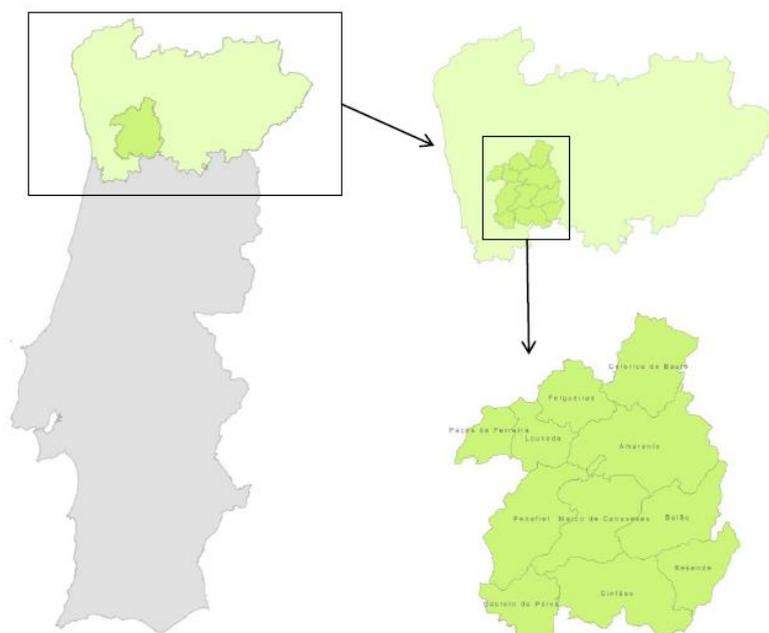


[CAPITULO I]

1. ENQUADRAMENTO DO CONCELHO DO MARCO DE CANAVESES NO TERRITÓRIO DO TÂMEGA E SOUSA

2

O território do Tâmega e Sousa é composto pelos municípios de Amarante, Baião, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Penafiel e Resende, como revela a figura seguinte. Esta comunidade é uma das sete entidades intermunicipais em que se encontram organizados os municípios da Região Norte de Portugal, no quadro da Lei n.º 75/2013, tendo recebido o seu nome dos rios Tâmega e Sousa, em cujas bacias se situam a maioria dos concelhos da comunidade.



Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal, CIM TS, 2014

O território do Tâmega e Sousa integra uma área de 1 830 km², que corresponde a 8,6% do total da Região Norte. Confronta, a oeste, com a Área Metropolitana do Porto, a norte, com a Comunidade Intermunicipal do Ave, a este, com a do Douro e, a sul, com a de Dão-Lafões, esta já na Região Centro.

Em termos da tradicional organização administrativa portuguesa, os concelhos do Tâmega e Sousa repartem-se por quatro distritos: Aveiro, Braga, Porto e Viseu.

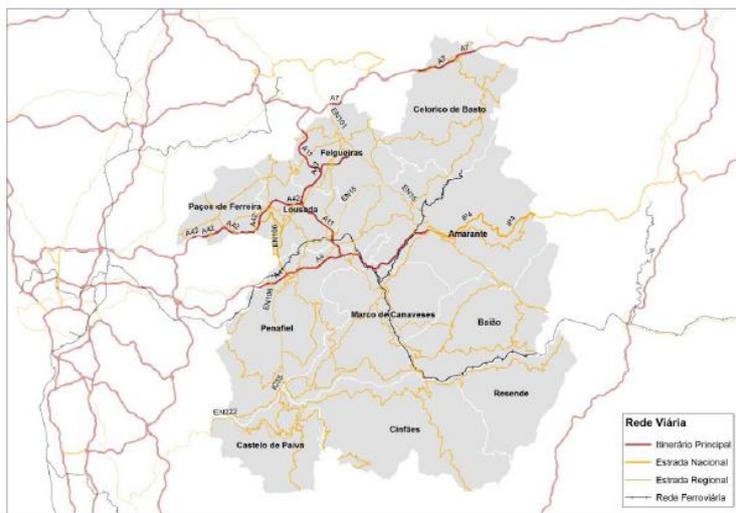
Em termos de nomenclatura, das unidades territoriais, para fins estatísticos, tal como vigorou até 2013, o Tâmega e Sousa insere-se, mas não coincide integralmente, na NUT III (sub-região) Tâmega. De facto, esta sub-região incluía também os municípios de Cabeceiras de Basto e Mondim de Basto, integrados na CIM Ave, de Paredes, que passou a integrar a Área Metropolitana do Porto, e de Ribeira de Pena, que integra a CIM do Alto Tâmega.

O território do Tâmega e Sousa caracteriza-se pela transição, entre o litoral de vocação industrial, e o interior, ainda predominantemente rural.

3

É habitual sintetizar essa heterogeneidade no dualismo entre o Vale do Sousa, por um lado, e o Baixo Tâmega e Douro, por outro. O Vale do Sousa é concebido como uma região fortemente industrializada, muito marcada pela proximidade à Área Metropolitana do Porto (AMP), de povoamento disperso e desordenado, onde as instalações industriais convivem com a habitação e com a atividade agrícola remanescente. No Baixo Tâmega e no Douro, pelo contrário, a presença industrial é reduzida, a atividade económica assenta na agricultura, na floresta e nos serviços, o povoamento é mais concentrado e a influência da Área Metropolitana é bastante mais difusa.

1.1. ACESSIBILIDADE, MOBILIDADE E TRANSPORTES - REDE VIÁRIA DO TÂMEGA E SOUSA



Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal, CIM TS, 2014

O Tâmega e Sousa usufrui de uma posição privilegiada na Região Norte. A sua proximidade relativamente à AMP aporta benefícios, posicionando-o junto da rede de acessibilidades regional e de ligação quer ao interior, quer ao centro do país.

A região encontra-se servida por uma rede rodoviária e ferroviária com sentido predominante Este-Oeste, composta pela A4/IP4 e pela Linha do Douro, sendo a ligação rodoviária a principal via de comunicação inter-regional, permitindo efetuar a ligação, a oeste, ao Porto, respetiva área metropolitana e à autoestrada do norte e a este, ao interior norte e à fronteira com Espanha (PTD, 2008).

Para além das referidas ligações, destaca-se ainda a A42/IC25 (ligação à A3, no nó de Ermesinde) e a A11/IP9 (ligação à A7/IC5, no sentido de Felgueiras), ambas com ligação à A4/IP4 e a Linha do Tâmega que efetua a conexão a Vila Meã, Amarante, a partir da Linha do Douro (PTD, 2008). É de referir a ligação ao centro de Amarante, por via ferroviária, que foi interrompida para obras de requalificação sem que as mesmas tenham sequer sido iniciadas.

A Linha do Douro tem vindo a perder a sua relevância na ligação do Tâmega e Sousa com o restante território nacional e internacional, fruto da aposta que se efetuou na potenciação das acessibilidades rodoviárias. No entanto, têm-se verificado importantes investimentos na modernização desta linha, potenciando-a como um excelente meio de ligação da e para a região.

O Tâmega e Sousa beneficia ainda da proximidade ao Aeroporto Francisco Sá Carneiro, bem como, embora com menor importância, ao Aeródromo de Vila da Luz (Maia) e a Este, os Aeródromos de Pedras Salgadas (Minhéu) e de Vila Real.

Os últimos programas de financiamento comunitários contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento das ligações rodoviárias intrarregionais, persistindo no entanto alguns constrangimentos no que diz respeito às ligações entre as sedes de concelho e as freguesias rurais, bem como da articulação entre as diferentes redes (regionais e municipais).

Verificam-se diversos entraves relativamente aos sistemas de transportes públicos de passageiros nos diferentes municípios da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa (CIM TS). Na sua essência, estas dificuldades resultam do facto de as operações se encontrarem a cargo de operadores privados, com âmbito territorial limitado, o que dificulta a articulação de horários e a coordenação de transbordos, bem como a intermodalidade.

O automóvel continua a ser o modo de transporte com maior predominância no Tâmega e Sousa, à semelhança do que acontece na Região Norte e no resto do país.

1.2. AMBIENTE E ENERGIA

No que respeita a recursos hídricos, a CIM TS, no conjunto de municípios que a constituem, compreende uma fração da bacia do Douro, incluindo a sub-bacia do Sousa, bem como a porção terminal da sub-bacia do Tâmega.

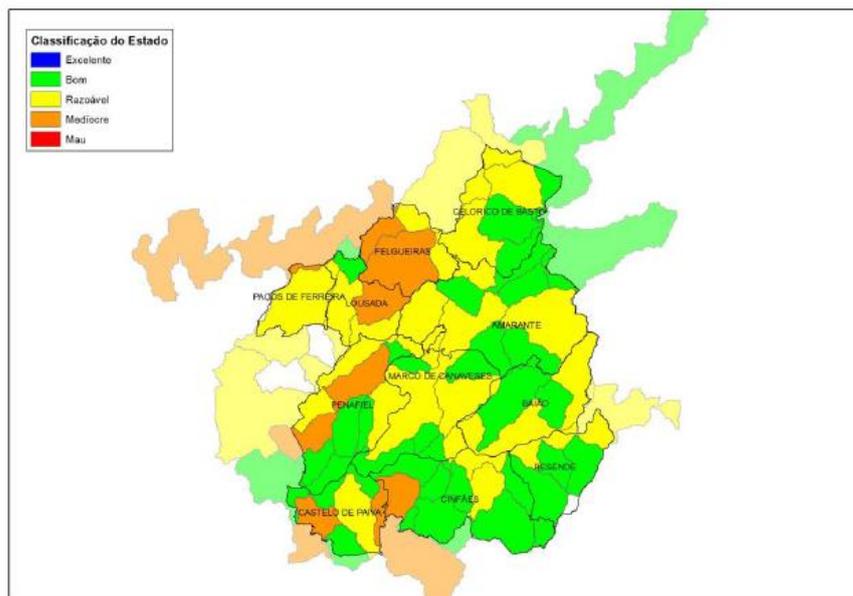
Do ponto de vista da qualidade do meio hídrico, a Diretiva-Quadro da Água (DQA), Diretiva nº 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de setembro, constitui um marco de atuação comunitária no âmbito da política da água, que visa colmatar as lacunas existentes na legislação comunitária atual. A DQA cria um sistema uniforme, que permite a adaptação de objetivos gerais de qualidade às condições ambientais específicas de cada bacia hidrográfica,

surgindo o conceito de “estado das águas de superfície”, que expressa o estado global de uma massa de água.

5

Assim, o estado das massas de água que se encontram compreendidas nos municípios da CIM do Tâmega e Sousa foi estabelecido no âmbito da elaboração do Plano de Gestão Hidrográfica do Douro (PGRH – Douro).

Figura 2 - Classificação do estado das massas de água superficiais compreendidas nos municípios do Tâmega e Sousa



Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal, CIM TS, 2014

Embora mais de 50% destas massas de água se encontrasse no estado Bom, verificavam-se casos de acentuada degradação nos municípios de Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira, fundamentalmente devido a atividades industriais e pecuárias no vale do Sousa, assim como a descargas de efluentes urbanos próximo de grandes centros populacionais. Entretanto, a construção dos intercetores do Mesio e do Sousa, a encaminharem o efluente “em alta” para a ETAR do Sousa, terá potencialmente resolvido ou minimizado este problema, sendo por isso expectável uma melhoria do estado das massas de água. O próximo ciclo de implementação da Lei da Água – que transpõe a DQA para o direito jurídico nacional – deverá permitir confirmar esta melhoria.

O estado das massas de água subterrâneas que se encontram compreendidas nos municípios da CIM TS foi de igual modo estabelecido no âmbito da elaboração do PGRH - Douro. A distribuição do estado das massas de água subterrâneas compreendidas nos municípios da CIM TS encontra-se quase na sua totalidade no estado “Bom”, tanto relativamente ao seu estado químico como quantitativo, com exceção de uma massa de água no concelho de Paços de Ferreira onde se evidencia a degradação da qualidade da água.

De acordo com o PGRH – Douro, as necessidades da bacia do Douro são bastante inferiores às disponibilidades hídricas. Em termos anuais e em ano médio, as utilizações para esta bacia correspondem a cerca de 3% das disponibilidades estimadas. Relativamente à bacia do Tâmega, que compreende os municípios de Celorico de Basto, Amarante, Marco de Canaveses e parte do município de Penafiel, as suas necessidades são igualmente muito inferiores às disponibilidades hídricas, correspondendo a uma taxa de utilização de cerca de 7%.

1.3. RESÍDUOS

Não é possível falar de um verdadeiro desenvolvimento do País sem ter em conta a necessidade de dispor destes serviços de forma generalizada em todo o território e com uma aceitável qualidade de serviço. Neste sentido, a evolução necessária no setor da gestão dos resíduos urbanos (RU) centra-se na prossecução dos objetivos específicos fixados em matéria de valorização material e orgânica inerente à fração dos resíduos urbanos, com vista ao cumprimento das metas de valorização de resíduos de embalagem e resíduos biodegradáveis definidos no Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2007-2016 (PERSU II).

O PERSU II estabelece, como meta para 2016, valores de produção nacionais de RU na ordem das 4,937 milhões de toneladas. Já o Programa de Prevenção de Resíduos Urbanos 2009-2016 (PPRU) aponta como meta global para os resíduos urbanos, para o mesmo horizonte temporal (2016), a redução de 10% de capitação média diária, relativamente aos valores de 2007.

Sendo atividades com forte impacto ambiental, os serviços de gestão de resíduos estão ainda condicionados pelos requisitos, objetivos e instrumentos impostos pela legislação ambiental, sendo de destacar o regime jurídico de gestão de resíduos (Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho), que veio fixar os princípios que norteiam a gestão dos resíduos e definir instrumentos económico-financeiros que visam induzir comportamentos mais sustentáveis e eficientes nos operadores e nos utilizadores finais (princípio “utilizador-pagador”), como a taxa de gestão de resíduos.

Entre os principais objetivos ou metas estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho, importa destacar a necessidade de se alcançar até 2020 uma reutilização ou reciclagem mínima de 50% dos RU, incluindo o papel, o cartão, o plástico, o vidro, o metal, a madeira e os resíduos urbanos biodegradáveis, e 70% para a reutilização, a reciclagem e outras formas de valorização material, incluindo operações de enchimento que utilizem resíduos como substituto de outros materiais, resíduos de construção e demolição não perigosos.

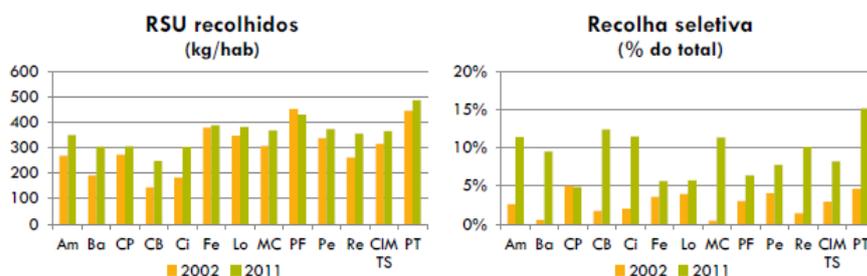
A Agência Portuguesa do Ambiente (APA), como Autoridade Nacional de Resíduos, a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) e as Comissões de Coordenação e

Desenvolvimento Regional (CCDR) como Autoridades Regionais dos Resíduos são as principais entidades nacionais com competências de regulação e licenciamento das entidades gestoras de resíduos.

Os modelos de gestão dos serviços de gestão de resíduos implementados na Região do Tâmega e Sousa caracterizam-se, na vertente em “Alta”, pela existência de uma entidade gestora em regime de concessão multimunicipal e outra em regime de empresa multimunicipal, a RESINORTE e a AMBISOUSA, respetivamente. O sistema multimunicipal sob concessão da RESINORTE foi constituído, em 2009, com a duração de 30 anos, e os seus serviços abrangem os municípios de Amarante, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Marco de Canaveses e Resende. Já a empresa intermunicipal AMBISOUSA foi constituída em 2002 e os seus serviços abrangem os municípios de Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel. As vertentes em “Baixa” são atualmente geridas pelos próprios serviços municipais.

Segundo os mais recentes dados estatísticos disponíveis, a CIM do Tâmega e Sousa tem registado na última década um crescimento da sua produção de resíduos urbanos (RU), apesar da registada estagnação do efetivo populacional entre os dois últimos exercícios censitários. Analisando a produção de RU por habitante, verifica-se que a capitação anual nacional em 2011 foi de 487 kg/hab.ano, ao passo que a CIM Tâmega e Sousa se pautou pelos 364 kg/hab.ano. Os últimos valores disponíveis para a UE indicam que a capitação média europeia em 2010 foi de 502 kg/hab.ano. O PPRU aponta como meta para 2016 a redução de 10% na produção de RU relativamente a 2007. Esse objetivo não está a ser atingido, quer a nível municipal, como a nível regional ou nacional, visto que entre 2002 e 2011 a produção de resíduos na CIM Tâmega e Sousa cresceu 16% e 10% em termos nacionais, respetivamente. Como se pode verificar pelo gráfico, o único município que apresentou uma redução da capitação de recolha de resíduos urbanos foi o de Paços de Ferreira, apesar de ter registado um crescimento de 6% no seu efetivo populacional nos dois últimos exercícios censitários.

Figura 3 - Produção *per capita* de resíduos urbanos e percentagem relativa à recolha seletiva



Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal, CIM TS, 2014

1.4. SOLO E BIODIVERSIDADE

8

O solo representa a componente fundamental dos ecossistemas e dos ciclos naturais pois, ao mesmo tempo que constitui um reservatório de água, é também o suporte essencial ao sistema agrícola e silvícola e o espaço físico para o desenvolvimento das atividades humanas.

Por sua vez, a biodiversidade engloba todas as espécies de seres vivos existentes no planeta e desempenha um papel fundamental para a espécie humana, quer seja em termos económicos quer seja da dependência dos recursos biológicos.

No que se refere ao solo, as preocupações de proteção e utilização sustentável encontram-se vertidas na Estratégia Temática de Proteção do Solo, na Lei dos Solos (Decreto-Lei n.º 794/76, de 5 de novembro) e na Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo, que serão ambas substituídas pela Lei de Bases da política dos solos, do ordenamento do território e do urbanismo, bem como em diversos documentos legais dos quais se destaca o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), a Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) e a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE). Por outro lado, ao nível estratégico existe já um conjunto de planos que visam, em última instância a proteção do solo, nomeadamente a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, a Estratégia Nacional para as Florestas, o Plano Estratégico Nacional do Desenvolvimento Rural, o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação, entre outros.

Particularmente no que se refere à biodiversidade acresce destacar a Estratégia de Biodiversidade da União Europeia para 2020 (adotada em maio de 2011) que estabelece como objetivo central travar a perda de biodiversidade e a degradação dos serviços dos ecossistemas. Já no panorama nacional destacam-se: a Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, que para além da constituição da Rede Fundamental de Conservação da Natureza e o Sistema Nacional de Áreas Classificadas (Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho), pretende essencialmente promover a valorização das áreas protegidas e assegurar a conservação do seu património natural, cultural e social; o Plano Sectorial da Rede Natura, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho uma vez que esta pretende estabelecer regime de salvaguarda dos recursos e valores naturais dos locais e, a Lei da Água (Decreto-Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro) que, para além de prever a elaboração de um conjunto de IGT, prevê a conservação e a reabilitação da rede hidrográfica e zonas ripícolas.

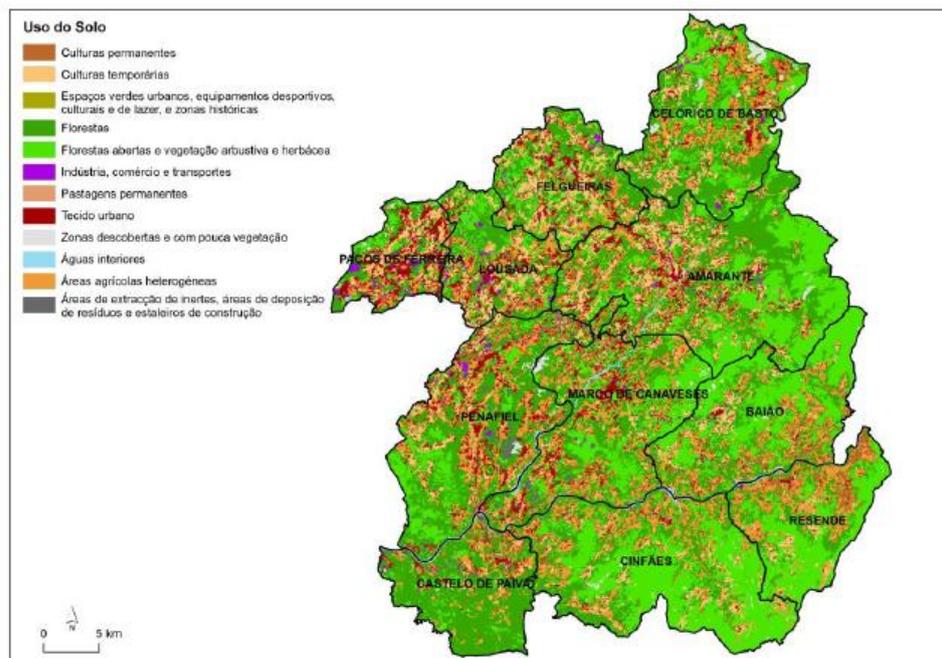
Neste sentido, as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), a Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) e, especialmente, as autarquias e entidades multimunicipais, têm um papel fundamental na proteção do solo através da regulamentação e orientação do seu uso e ocupação e na preservação da biodiversidade. Relativamente a esta, o Instituto da Conservação da Natureza e da Floresta –

ICNF é o principal responsável pela classificação e gestão das Áreas Protegidas (AP) de âmbito nacional.

9

Acresce contudo referir que no caso das AP de âmbito regional ou local a sua classificação pode ser feita pelos próprios municípios ou associações de municípios, desde que sob acompanhamento técnico do ICNF.

Figura 4 - Uso do solo nos municípios do Tâmega e Sousa



Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal, CIM TS, 2014

Concretamente no que se refere ao uso do solo nos municípios da CIM Tâmega e Sousa, verifica-se que este é marcado pela ocupação florestal e áreas agrícolas.

Em 2007, mais de metade do território era ocupado por florestas, florestas abertas e vegetação natural (63%), especialmente nos concelhos a sul e a este. Os concelhos a este, especificamente Paços de Ferreira Felgueiras e Lousada são os que possuem uma mancha urbana mais concentrada.

No entanto, o solo está também sujeito a um conjunto de pressões que ameaçam as suas funções e que conduzem à sua degradação. Nos municípios do Tâmega e Sousa, onde a ocupação florestal abrange grande parte do território, o solo fica especialmente vulnerável aos efeitos e consequências dos incêndios florestais.

Entre 2008 e 2012, na área da CIM Tâmega e Sousa foi fortemente afetada pelos incêndios florestais, sendo os concelhos de Baião, Cinfães e Marco de Canaveses os que registaram mais área ardida. Só em 2008, arderam mais de 65 mil hectares, correspondendo a 36% da

área total dos municípios da CIM TS. Desde então e até 2012 registou-se uma diminuição da área ardida.

Por sua vez, apesar da forte concentração humana e de atividades económicas de diversas índoles, os municípios do Tâmega e Sousa exibem um conjunto de valores naturais endógenos considerados relevantes no âmbito da conservação na natureza e com repercussões diretas ao nível da biodiversidade presente, sendo possível destacar para cada um dos concelhos presentes os principais valores que devem ser tidos em conta no desenvolvimento do plano.

1.5. ENERGIA

As linhas estratégicas nacionais para o setor da energia encontram-se definidas na Estratégia Nacional para a Energia (ENE), aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/2010, de 15 de abril, tendo como objetivos a liberalização do mercado, redução da intensidade energética no produto, redução da fatura energética, melhoria da qualidade de serviço, segurança do aprovisionamento e do abastecimento, diversificação das fontes e aproveitamento dos recursos endógenos, minimização do impacto ambiental e contribuição para o reforço da produtividade de economia nacional.

Para dar continuidade às orientações definidas na ENE, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2013, de 10 de abril, aprovou e publicou o Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética para o período 2013-2016 (Estratégia para a Eficiência Energética - PNAEE 2016) e o Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis para o período 2013-2020 (Estratégia para as Energias Renováveis - PNAER 2020), tendo em vista a adequação aos novos objetivos definidos pela Diretiva 2012/27/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho de 25 de outubro de 2012, relativa à Eficiência Energética.

Procedeu-se à revisão integrada do PNAEE de 2008 e do PNAER, na medida em que a integração dos dois Planos permite uma ação concertada para o cumprimento dos objetivos nacionais e europeus, minimizando o investimento necessário e aumentando a competitividade nacional. Esta revisão teve por base o alinhamento dos respetivos objetivos em função do consumo de energia primária e da necessidade de contribuição do setor energético para a redução das emissões gases com efeito de estufa.

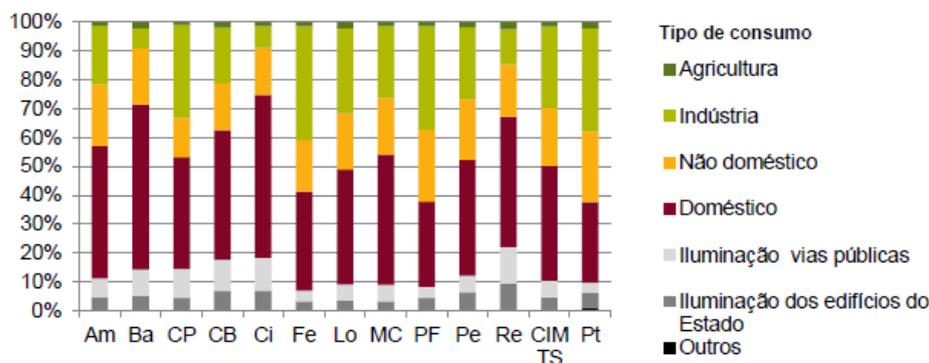
Em resultado, o Governo pretende prosseguir o objetivo de assegurar a continuidade das medidas para garantir o desenvolvimento de um modelo energético com racionalidade económica, que assegure custos de energia sustentáveis, que não comprometam a competitividade das empresas nos diferentes setores económicos, nem a qualidade de vida dos cidadãos, bem como assegurar a melhoria substancial na eficiência energética do País, através da execução do PNAEE 2016 e do PNAER 2020. Assim sendo, o Pacote Energia-Clima veio estabelecer uma redução de 20% do consumo de energia primária em 2020, a

incorporação de 20% de energias renováveis no consumo bruto de eletricidade em 2020, uma redução de Gases com Efeito de Estufa (GEE) de 20% até 2020, e ainda uma meta mínima vinculativa de 10% de incorporação de energias renováveis nos transportes.

Portugal apresenta cerca de seis milhões de consumidores de energia elétrica com um consumo de 49 mil milhões de kWh. Os municípios do Tâmega e Sousa abrangem cerca de 209 mil consumidores, com uma taxa de variação de 12,56% para o período 2001-2011. Os consumidores do setor doméstico têm uma expressão de 84%, seguindo-se o setor não-doméstico (que engloba os consumidores associados ao comércio, serviços e instituições) com 11%, a indústria com 2% e a agricultura com 4% do total de consumidores. A CIM do Tâmega e Sousa representa cerca de 2,46% do consumo de energia elétrica nacional (cerca de 1.2 mil milhões), destacando-se os municípios de Paços de Ferreira (213 milhões de kWh), Penafiel (212 milhões de kWh) e Felgueiras (198 milhões de kWh).

À escala nacional, o consumo de eletricidade centra-se, sobretudo, nos setores da indústria (36%), doméstico (28%) e não-doméstico (24%), sendo que os restantes sectores representam 12% do consumo. No que refere ao consumo de energia por tipologia, no Tâmega e Sousa destacam-se os setores doméstico com 40%, a indústria com 28% e o setor não-doméstico com 20%.

Figura 5 - Consumo de eletricidade (%) por tipologia (2011)



Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal, CIM TS, 2014

Neste sentido, a análise dos dados sobre o consumo de eletricidade no ano 2011 permite aferir que, com a exceção dos municípios de Felgueiras e Paços de Ferreira, onde o consumo é superior no setor da indústria (com 40% e 36% respetivamente), nos restantes municípios, o consumo do setor doméstico é mais elevado, com especial foco para Cinfães e Baião com 57%, Amarante com 46% e Resende e Celorico de Basto com 45%. Salienta-se ainda o reduzido consumo de energia no setor agrícola.

Quadro 1 - Taxa de variação do consumo de eletricidade (%) por tipo de consumo (2001-2011)

	Total	Doméstico	Não doméstico	Indústria	Agricultura	Iluminação vias públicas	Iluminação dos edifícios do Estado
Portugal	21,2	29,5	32,3	5,4	25,8	46,3	48,3
Tâmega e Sousa	32,1	35,6	54,2	10,0	-1,9	58,9	81,7
Amarante	33,4	33,8	27,6	30,8	-14,0	43,5	92,5
Baião	44,5	36,3	76,5	6,3	53,5	85,2	51,2
Castelo de Paiva	30,4	32,0	55,2	5,2	1,6	97,5	125,7
Celorico de Basto	41,8	41,8	42,1	23,1	-29,7	82,1	117,4
Cinfães	37,2	28,4	34,4	69,1	59,4	44,4	94,7
Felgueiras	13,7	39,1	43,2	-11,8	-26,7	79,0	59,5
Lousada	42,5	43,1	81,6	18,2	-16,0	118,4	121,8
M. Canaveses	26,7	39,1	52,2	-2,4	-2,7	49,4	15,2
Paços de Ferreira	54,4	42,4	70,5	62,2	35,1	49,4	20,0
Penafiel	25,1	23,6	56,9	-4,4	12,6	33,0	217,4
Resende	43,1	47,0	46,9	-15,1	98,0	64,2	169,0

Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal, CIM TS, 2014

2. CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DO CONCELHO DO MARCO DE CANAVESES INTEGRADO NO TÂMEGA E SOUSA

13



Os 1 830 km² do Tâmega e Sousa são o local de residência de 433 mil pessoas. O Tâmega e Sousa alberga 11,7% da população da Região Norte de Portugal em 8,6% do respetivo território. A densidade populacional ronda, portanto, as 236 pessoas por km², valor que excede em 37% a média da Região Norte e é cerca do dobro da média nacional. Um elemento distintivo da população do Tâmega e Sousa, no contexto regional e nacional, é a sua juventude. A idade média, no recenseamento de 2011, era de 38,5 anos, substancialmente abaixo dos 41 anos registados na Região Norte e dos 41,8 correspondentes a Portugal.

O índice de dependência de jovens, que corresponde ao número de pessoas até aos 14 anos por cada 100 pessoas entre os 15 e os 64 anos, é claramente superior ao registado no Norte de Portugal e no conjunto do país: 24,9 no Tâmega e Sousa contra 22,3 no Norte e 22,5 em Portugal.

Em contrapartida, os residentes com 65 ou mais anos são 14,1% da população do Tâmega e Sousa mas ascendem a 17,1% na Região Norte e a 19% no país. O índice de dependência de idosos – número de pessoas com 65 ou mais anos por cada 100 pessoas entre os 15 e os 64 anos – é de apenas 20,5 no Tâmega e Sousa, ascende a 25,2 na Região Norte e atinge 28,8 no conjunto do país.

O índice de envelhecimento, que corresponde ao número de pessoas com 65 ou mais anos por cada 100 pessoas com 14 anos ou menos, é de apenas 82,3 no Tâmega e Sousa mas atinge 113,3 na Região Norte e 127,8 em Portugal.

Outro elemento caraterístico da população do Tâmega e Sousa é a sua inserção predominantemente rural: os habitantes que residem em localidades com mais de 2 000 habitantes não atingem sequer um terço da população, quando a média regional e nacional excede os 60%.

A população do Tâmega e Sousa tem as vantagens, e os inconvenientes, da homogeneidade nacional, étnica e linguística: os estrangeiros e as pessoas com dupla nacionalidade têm escassa representação nesta comunidade intermunicipal, muito longe dos valores médios nacionais.

Em termos de dinâmica, na última década (2001-2011), a população do Tâmega e Sousa registou um ligeiro declínio, da ordem de -0,3%. No mesmo período, a população da Região Norte estagnou (+0,1%) e a do país registou algum crescimento (+2%). Esta evolução contrasta francamente com o ocorrido nas décadas anteriores, em que o Tâmega e Sousa registou crescimento superior à média regional e nacional: 3% em 1981-1991 e 8% em 1991-2001.

Mais para o interior, pode distinguir-se o núcleo central composto por Amarante e Marco de Canaveses, da coroa constituída por Celorico de Basto, Baião, Resende e Cinfães.

Amarante e o Marco de Canaveses encontram-se entre os concelhos mais populosos da comunidade, com um quarto da respetiva população, mas apresentam uma densidade populacional da ordem dos 200 habitantes por km², inferior à dos concelhos do Sousa embora ainda acima da média da Região Norte. Cerca de um terço da sua população reside em lugares com mais de 2 000 habitantes. A população do Marco de Canaveses tem uma estrutura etária semelhante à dos concelhos do Sousa sendo a de Amarante mais envelhecida, com o número de pessoas com 65 anos ou mais praticamente idêntico ao das que têm menos de 15.

O envelhecimento é, contudo, uma caraterística muito mais acentuada em Baião, Celorico de Basto, Cinfães e Resende: o índice de envelhecimento varia aqui entre o mínimo de 123 idosos por cada 100 jovens, em Baião, e o máximo de 144, em Resende. A densidade populacional não vai além dos 118 habitantes por km² de Baião, descendo até 85 em Cinfães, e a percentagem da população a viver em lugares com mais de 2 000 pessoas vai desde 0% neste último concelho até um máximo de 22% em Resende. Em conjunto, estes 4 concelhos correspondem a 17% da população do Tâmega e Sousa.

A heterogeneidade que se constata atualmente entre estes concelhos tem-se vindo a acentuar progressivamente ao longo das últimas décadas. Analisando os dados dos últimos 5

recenseamentos da população, constata-se que os concelhos do Sousa têm tendencialmente registado uma dinâmica demográfica muito mais favorável do que os do Tâmega e Douro. Desde 1971, a população de Paços de Ferreira aumentou 71% e a dos vizinhos concelhos de Lousada, Felgueiras e Penafiel 63%, 44% e 34%, respetivamente.

Na fachada ocidental do Tâmega e Sousa, só Castelo de Paiva, com um crescimento residual de 2%, foge a esta dinâmica positiva. Mais para o interior, Marco de Canaveses e Amarante, com crescimentos de 25% e 15%, respetivamente, mostram, aliás, resultados mais favoráveis. Quanto aos restantes concelhos do Tâmega e Sousa mostram tendências persistentes de perda populacional: 13% em Celorico de Basto, cerca de 20% em Baião e Cinfães e quase 30% em Resende.

De uma maneira geral, a última década prolongou estas tendências de longo prazo. No entanto, Penafiel e Felgueiras, que vinham a registar um rápido crescimento, viram a sua população estabilizar; por sua vez, Amarante que tinha registado um crescimento mais moderado perdeu 5,7% da sua população na última década, tendo Castelo de Paiva registado também algum recuo.

A heterogeneidade é menor no que respeita ao crescimento migratório uma vez que, nessa matéria, quase todos os concelhos apresentam sistematicamente perdas populacionais. Celorico de Basto, a par de Paços de Ferreira, apresenta os indicadores menos desfavoráveis, com variações normalmente próximas de zero. Apesar dessa exceção, também a este nível, é visível a tendência para a zona do Sousa alcançar resultados mais favoráveis do que os concelhos mais interiores.

O Tâmega e Sousa é, em síntese, uma comunidade demográfica muito heterogénea, onde se reúnem os concelhos do Sousa, de elevada densidade populacional, população jovem e relativamente urbanizada, com os do Tâmega e Douro, marcados pela baixa densidade, ruralidade e envelhecimento. Todos partilham, no entanto, uma perda de dinâmica demográfica, fruto do abrandamento do crescimento natural e, em quase todos os casos, da emigração.

Quadro 2 – População Residente no ano de 2011

	Tâmega e Sousa	Região Norte	Portugal
População Residente	432.915	3.689.682	10.562.178
Densidade Populacional (hab. Km2)	236	173	115
Idade Média	38,5	41,0	41,8
% 0 aos 14 anos (H/M)	18 / 16,3	16,1 / 14,2	15,9 / 13,9
% 15 aos 24 anos (H/M)	13,8 / 12,8	12,2 / 10,9	11,5 / 10,3
% 25 aos 64 anos (H/M)	56,0 / 54,9	56,7 / 55,8	55,9 / 54,6
% 64 ou mais anos (H/M)	12,2 / 15,9	14,9 / 19,1	16,7 / 21,2
Índice de Dependência de Jovens	24,9	22,3	22,5
Índice de Dependência de Idosos	20,5	25,2	28,8
Índice de Envelhecimento	82,3	113,3	127,8
% em lugares com mais de 2000 hab.	30,6	60,4	61,0
% Mulheres	51,3	52,1	52,2
% Estrangeiros	0,5	1,2	3,4
% Com dupla nacionalidade	1,0	1,7	2,3

Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal, CIM TS, 2014

Quadro 3 - Indicadores demográficos por município (2011)

	Densidade populacional	População	% em lugares com mais de 2 000 habitantes	Dependência de idosos	Envelhecimento
Cinfães	85	20 427	0,0%	32,1	140,3
Resende	92	11 364	21,6%	33,8	143,7
Celorico B.	111	20 098	11,8%	28,9	125,3
Baião	118	20 522	11,1%	28,2	123,4
Castelo P.	145	16 733	45,6%	22,6	96,5
Amarante	187	56 264	30,3%	23,8	100,9
Marco C.	265	53 450	29,1%	18,9	72,6
Penafiel	340	72 265	33,4%	18,3	72,6
Lousada	493	47 387	25,7%	15,7	59,8
Felgueiras	502	58 065	40,8%	18,0	74,2
Paços F.	794	56 340	44,5%	15,8	61,1

Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal, CIM TS, 2014

Quadro 4 – Análise sociodemográfica do concelho do Marco de Canaveses

FREGUESIA	POPULAÇÃO 2011			% POP.	VAR. POP. %	ÁREA KM2	ÁREA %	D.P. KM2
	TOTAL	H	M					
Alpendorada, Várzea e Torrão	8485	4231	4254	15,9	8,1	16,8	8,3	503,9
Avessadas e Rosem	1467	704	763	2,7	1,2	11,1	5,5	132,0
Banho e Carvalhosa	1276	619	657	2,4	-13,2	4,9	2,4	260,4
Bem Viver	3877	1836	2041	7,3	0,6	9,6	4,7	406,0
Constance	1626	802	824	3,0	-0,8	4,8	2,4	338,8
Livração	2083	722	1361	3,9	-3,0	4,7	2,3	443,2
Marco	11014	3113	7901	20,6	14,8	17,4	8,6	633,0
Paredes de Viadores e Manhuncelos	1775	892	883	3,3	5,1	13,1	6,5	135,5
Penha Longa e Paços de Gaiolo	2924	1642	1282	5,5	-11,1	18,2	9,0	160,7
Sande e São Lourenço	2869	1382	1487	5,4	-3,1	12,6	6,2	227,7
Sobretâmega	1132	556	576	2,1	0,7	2,8	1,4	404,3
Soalhães	3682	1789	1893	6,9	-3,5	24,1	11,9	152,8
Tabuado	1375	674	701	2,6	-0,9	6,8	3,4	202,2
Várzea, Aliviada e Folhada	2771	1361	1410	15,5	8,1	16,8	8,3	503,9
Vila Boa do Bispo	3240	1540	1700	6,1	5,0	12,5	6,2	259,2
Vila Boa de Quires e Maureles	3854	1864	1990	7,2	-4,5	19,3	9,6	199,7
TOTAL	53 450	26 039	27 411	100	-----	202	100	265

Fonte: INE, Censos 2011

Quadro 5 - População do concelho do marco de canaveses por grande grupo etário em comparação com o território Tâmega

	POPULAÇÃO TOTAL	0-14	15-24	25-64	65 +
PORTUGAL	10 541 840	1 560 030	1 137 143	5 795 886	3 041 235
NORTE	3 679 416	548 133	422 618	2 064 183	949 696
TÂMEGA	549 426	92 896	72 355	305 378	116 069
AMARANTE	56 003	8 799	7 064	30 964	13 533
BAIÃO	20 398	3 033	2 637	10 895	5 835
CASTELO PAIVA	16 682	2 653	2 083	9 307	3 918
CELORICO BASTO	19 986	3 020	2 498	10 596	5 967
CINFAES	20 320	2 986	2 408	10 665	6 483
FELGUEIRAS	57 990	9 708	8 222	32 548	10 909
LOUSADA	47 370	8 601	6 571	26 816	7 744
MARCO DE CANAVESES	53 450	9 429	7 268	29 626	10 525
PAÇOS DE FERREIRA	56 355	10 151	7 528	32 209	9 153
PENAFIEL	72 177	12 468	9 702	40 569	13 883
RESENDE	11 308	1 658	1 400	5 802	3 737

Fonte: INE, Censos 2011

Quadro 6 - Indicadores da população, referentes ao ano de 2011

	INDICE ENVELHECIMENTO	INDICE DEPENDENCIA IDOSOS	INDICE DEPENDENCIA TOTAL	INDICE DEPENDENCIA JOVENS
PORTUGAL	131,3	29,6	51,2	22,7
NORTE	117,6	25,9	46,8	22,1
TÂMEGA	84,8	20,9	44,6	24,7
AMARANTE	104,3	24,1	45,8	23,1
BAIÃO	126,4	28,3	50,4	22,2
CASTELO PAIVA	99,5	23,2	46,0	23,6
CELORICO BASTO	128,2	29,6	52,5	23,3
CINFAES	142,7	32,6	54,6	23,0
FELGUEIRAS	77,4	18,4	41,0	23,9
LOUSADA	62,6	16,1	41,0	26,0
MARCO DE CANAVESES	75,2	19,2	44,0	25,7
PAÇOS DE FERREIRA	63,7	16,3	40,6	25,4
PENAFIEL	75,7	18,8	42,9	24,9
RESENDE	147,6	34,0	58,3	24,0

Fonte: PORDATA, 2011

De acordo com a informação estatística referente ao ano de 2011 o concelho do Marco de Canaveses, no que concerne à população idosa, regista um total de 53450 de população residente, sendo que 10 525 desta tem 65 ou mais anos (o equivalente a 19,691%).

Portugal, de acordo com os Censos 2011, apresenta um quadro de envelhecimento demográfico bastante acentuado, com uma população idosa (pessoas com 65 e mais anos) de 19,15%, uma população jovem (pessoas com 14 e menos anos) de 14,89% e uma esperança média de vida à nascença de 79,2 anos.

Prevê-se que se acentue, em 2050, a tendência de involução da pirâmide etária, com 35,72% de pessoas com 65 e mais anos e 14,4% de crianças e jovens, apontando a longevidade para os 81 anos.

Portugal regista, em 2011, um índice de longevidade de 79,20 (80,57 para as mulheres e 74,0 para os homens), apontando as projeções para 2050 para um aumento significativo deste índice, já que se prevê que as pessoas possam viver, em média, 81 anos (84,1 as mulheres e 77,9 os homens).

Actualmente, e face aos dados referentes aos Censos 2011, pelo INE, o concelho do Marco de Canaveses com um total de 53 450 habitantes, do qual um total de 10 525 habitantes correspondentes à população com idade igual ou superior a 65 anos (19,69%), em comparação com a área do Tâmega que conta com um total de 549 426 habitantes, sendo que 116 069 da população tem idade igual ou superior a 65 anos, ao que corresponde cerca de 21,35% da população.

Dados publicados pela *United Nations, World Population Ageing, 1950-2050 – Economic and Social Affairs*, 2001 apontam, ainda, para a existência, em Portugal, de 300 pessoas com 100 ou mais anos, prevendo-se que em 2025 esse número ascenda aos 1.800 e, em 2050, atinja 6.400 pessoas (IGFSE).

Segundo o Anuário Estatístico (2011), o Índice de Envelhecimento, que expressa o número de residentes com 65 ou mais anos por 100 residentes com menos de 15 anos, no caso do Marco de Canaveses encontra-se nos 75,2%, em comparação com os 84,8% da área do Tâmega, e os 131,3% de Portugal.

O Índice Dependência do Idoso, traduz a relação entre o número de pessoas que atingem uma idade em que estão geralmente inativas do ponto de vista económico (65 e mais anos), e o número de pessoas em idade activa (dos 15 aos 64 anos), viu em toda a área do Tâmega aumentar essa relação, o que vai de encontro com a tendência nacional.

O Índice de Dependência Total, traduz a relação entre a soma do número de jovens e do número de idosos com idades consideradas inativas o ponto de vista económico (menores de 15 anos e 65 e mais anos), e o número de pessoas em idade activa (dos 15 aos 64 anos), correspondendo assim à soma do índice de dependência de jovens e do índice de dependência de idosos.

Já o Índice de Dependência de Jovens, que expressa a relação entre a população jovem e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos, o concelho do Marco situa-se nos 25,5% em comparação com os 24,5% da área do Tâmega, e Portugal com 22,5%.

2.1. POPULAÇÃO ESTRANGEIRA COM ESTATUTO LEGAL DE RESIDENTE SEGUNDO AS PRINCIPAIS NACIONALIDADES

21

À data da realização dos Censos 2011, residiam em Portugal 394 496 pessoas de nacionalidade estrangeira, o que representava cerca de 3,7% do total da população. Na última década, a população estrangeira cresceu cerca de 70%, já que era de 226 715 em 2001.

A maior comunidade estrangeira residente em Portugal era a brasileira, com 109 787 pessoas (cerca de 28%), seguindo-se a cabo-verdiana, com 38 895 (10%). A comunidade ucraniana era a terceira mais representada em Portugal, com 9%, surgindo a angolana em 4º lugar, com cerca de 7% (em 2001 ocupava o 1º lugar no conjunto da população estrangeira residente em Portugal, com um peso de 16%). Destaca-se, ainda, o aumento da população romena e chinesa verificada na última década.

Quadro 7 – Distribuição da população estrangeira residente segundo as principais nacionalidades (números absolutos)

	BRASIL	UCRÂNIA	CABO VERDE	ROMÉLIA	ANGOLA	GUINÉ BISSAU	REINO UNIDO	MOLDÁVIA	CHINA	SÃO TOMÉ PRINCIPE
NORTE	14010	7162	2393	2887	1388	520	749	646	3517	507
TÂMEGA	792	498	73	51	42	25	47	82	230	26
MARCO CANAVESES	76	119	24	7	3	4	8	36	11	7

Fonte: INE, Censos 2011

A população estrangeira regista-se por ser mais jovem do que a portuguesa, sendo que a estrutura etária da população estrangeira difere significativamente da estrutura da população portuguesa.

O maior grupo da população estrangeira situa-se na população em idade ativa (15-64 anos), com 82%, enquanto na população nacional este grupo representa 66%. Adicionalmente, a população estrangeira idosa representa apenas 5%, contra 20% da população idosa portuguesa.

2.2. CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-FAMILIAR

22

O conceito de Família é definido por Daniel Sampaio como *“um conjunto de elementos emocionalmente ligados, compreendendo pelo menos três gerações, mas não só: de certo modo consideramos que “fazem parte da família” elementos não ligados por traços biológicos, mas que são significativos no contexto relacional do indivíduo, ou indivíduos, assim temos a Família nuclear tradicional (pais e filhos), a Família extensa (família alargada com várias gerações)...”* (pp.9, 2002).

Por Família Clássica entende-se o conjunto de indivíduos que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como Família Clássica qualquer pessoa independente que ocupa uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento. Núcleo Familiar define o conjunto de indivíduos dentro de uma família clássica, entre os quais existe um dos seguintes tipos de relação:

- Casal “de direito” ou “de facto”, com ou sem filho(s)
- Avô ou Avó com neto(s) não casado(s)

O conceito de Famílias Monoparentais refere-se a uma Mãe ou um Pai, a viver sem cônjuge e com filhos dependentes (crianças ou jovens adultos solteiros). São também incluídos nas famílias monoparentais pais e mães sós com filhos de qualquer idade e, também, com situações diversas em termos de estado civil (Wall, 2000).

Tomando por centro a família, os vários papéis de cada elemento caem em duas grandes categorias, que de forma diferenciada afetam as relações familiares, e são as Intergeracionais (vertical) e Intraeracionais (horizontal) – existem maiores diferenças de idade entre relações Intergeracionais do que dentro de uma mesma geração. Pelo que as Famílias Alargadas são caracterizadas pela convivência de várias gerações dentro da mesma casa, por exemplo, uma casa onde vivem simultaneamente avós, pais, filhos, tios, primos, etc.

Na última década, acentuaram-se as transformações que se vinham verificando ao nível da Família e do lugar que esta ocupa na sociedade. Entre 2001 e 2011, o número de famílias clássicas aumentou cerca de 11%, atingindo as 4 043 726. Esta evolução decorre não só do crescimento da população, mas também da influência de outros fatores sociodemográficos, como as alterações nos padrões de nupcialidade, a divorcialidade e a fecundidade, bem como do aumento da esperança média de vida que concorrem para as alterações verificadas ao nível das estruturas familiares.

As famílias são hoje mais pequenas. A dimensão média das famílias era de 2,6, em 2011, enquanto em 2001 era de 2,8. As R.A. dos Açores e da Madeira e a Região Norte, com 3,0 pessoas por família, apresentavam os valores mais elevados. Lisboa, Alentejo e Algarve

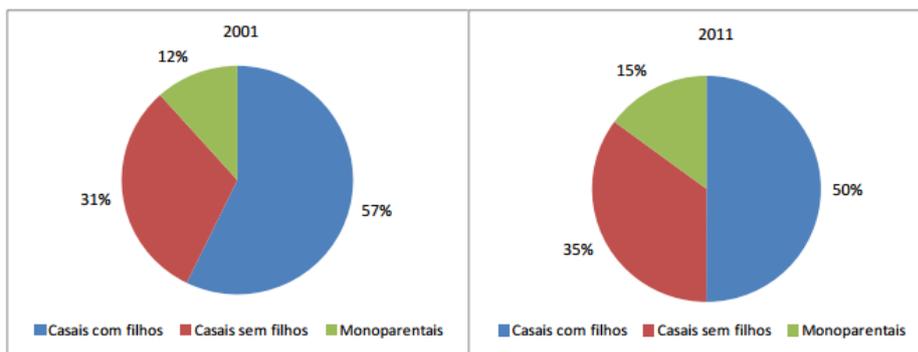
tinham as famílias menos numerosas, com 2,4 elementos. Aumentou o número de pessoas que vivem sós.

As famílias clássicas constituídas por uma só pessoa representavam, em 2011, cerca de 21% do total de famílias, tendo o seu número vindo a aumentar nas últimas décadas. Em 2011 foram recenseadas 866 827 famílias unipessoais, contra as 631 762 apuradas em 2001. O número de famílias unipessoais constituídas por uma pessoa idosa representava a maior parte das famílias unipessoais e correspondia a cerca de 10% do total de famílias clássicas. As famílias unipessoais concentravam-se, predominantemente, nos territórios do interior, em geral com índices de envelhecimento mais elevados.

A estrutura familiar predominante continuava a ser a de “casal com filhos”, apesar de perder importância relativa. Em 2011 o número de núcleos familiares “casal com filhos” era de 1 614 290, em queda face ao registado em 2001, em que estes núcleos eram 1 740 522. A proporção de casais com filhos, 50% em 2011, recuou cerca de 7% na última década. Esta proporção não se verificou apenas na Região Norte e as Regiões Autónomas, onde a proporção de núcleos familiares “casais com filhos” se situava acima de 50%.

Núcleos familiares monoparentais aumentam significativamente. Em 2011, foram recenseados 480 443 núcleos familiares monoparentais, o que representa um crescimento de cerca de 36% face a 2001. O aumento da proporção de núcleos familiares monoparentais, no total de núcleos familiares, revela a alteração do modelo de vivência familiar que tem vindo a operar-se na sociedade portuguesa nos últimos anos.

Imagem 6 – Núcleos familiares segundo o tipo de núcleo, em 2001 e 2011



Fonte: INE, Censos 2011

À semelhança do que se verificara ao longo da década de 90, os núcleos monoparentais constituídos por mãe com filhos continuam, na primeira década do milénio, a prevalecer face ao número de núcleos de pai com filhos, representando mais de 86% do total de núcleos monoparentais (416 343 e 64 100 respetivamente). Em termos regionais, a R.A. da Madeira

apresentava 20% do total de núcleos familiares monoparentais, a proporção mais elevada do País, seguindo-se-lhe Lisboa, com 18%.

Imagem 7 – Proporção de núcleos monoparentais no total de núcleos, por NUTS II em 2011



Fonte: INE, Censos 2011

2.3.INDICADORES DA CONSTRUÇÃO E DA HABITAÇÃO NO MUNICÍPIO DO MARCO DE CANAVESES

25

Quadro 8 – Estimativas do parque habitacional entre 2006 – 2011

	EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO FAMILIAR CLÁSSICA		ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS	
	2006 Rv	2011	2006 Rv	2011
NORTE	1 178 241	1 217 199	1 797 864	1 872 753
TÂMEGA	189 513	197 410	242 997	254 297
AMARANTE	22 027	23 010	27 831	29 118
BAIÃO	10 781	11 092	11 745	12 126
CASTELO PAIVA	6 025	6 195	6 963	7 215
CELORICO DE BASTO	9 714	10 107	10 561	10 912
CINFÃES	10 407	10 783	11 268	11 700
FELGUEIRAS	17 531	18 284	24 317	25 376
LOUSADA	13 519	14 142	18 473	19 471
MARCO DE CANAVESES	17 341	18 060	22 565	23 463
PAÇOS DE FERREIRA	14 335	15 076	20 394	21 555
PENAFIEL	22 190	23 373	29 947	31 702
RESENDE	6 818	6 996	7 329	7 536

Fonte: INE, Censos 2011

Na última década, manteve-se um forte crescimento do parque habitacional. De acordo com os resultados dos Censos 2011, o número de edifícios destinados à habitação era de 3 544 389 e o de alojamentos de 5 878 756, valores que, face a 2001, representam um aumento de 12% e 16%, respetivamente. O Algarve e a R.A. da Madeira registaram o crescimento mais elevado de alojamentos com 36% cada.

Quadro 9 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual

26

Localização geográfica (à data dos Censos 2011)	Alojamentos familiares clássicos de residência habitual (N.º) por Localização geográfica (à data dos Censos 2011) e Escalão de área útil por ocupante; Decenal								
	Período de referência dos dados								
	2011								
	Escalão de área útil por ocupante								
	Total	Menos de 10 m²	10 m² a menos de 15 m²	15 m² a menos de 20 m²	20 m² a menos de 30 m²	30 m² a menos de 40 m²	40 m² a menos de 60 m²	60 m² a menos de 80 m²	80 m² ou mais
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
Portugal	3 991 112	74 093	112 455	286 513	605 361	790 247	1 095 308	418 965	608 170
Continente									
	3 818 574	68 050	103 699	270 260	576 768	759 363	1 053 310	403 169	583 955
Tâmega	181 586	4 123	8 002	16 369	35 183	37 890	47 472	14 332	18 215
Castelo de Paiva	5 539	127	299	544	1 078	1 188	1 410	431	462
Celorico de Basto	6 775	73	221	540	1 252	1 315	1 816	591	967
Amarante	19 178	306	647	1 577	3 614	3 891	5 263	1 674	2 206
Baião	7 162	174	326	718	1 401	1 541	1 798	544	660
Felgueiras	18 867	410	778	1 547	3 558	3 990	5 131	1 548	1 905
Lousada	15 118	312	608	1 285	2 907	3 275	4 042	1 266	1 423
Marco de Canaveses	17 610	306	645	1 440	3 450	3 906	4 827	1 298	1 738
Paços de Ferreira	17 683	525	885	1 669	3 389	3 587	4 677	1 367	1 584
Penafiel	23 672	490	1 028	2 161	4 641	5 022	6 239	1 833	2 258
Cinfães	7 233	195	329	763	1 543	1 389	1 738	591	685
Resende	4 060	123	218	431	775	745	990	321	457

Fonte: Alojamentos familiares clássicos de residência habitual (N.º) por Localização geográfica (à data dos Censos 2011) e Escalão de área útil por ocupante; Decenal - INE, Recenseamento da População e Habitação

Os indicadores de habitação apresentados no quadro seguinte apontam para que os problemas existentes no Tâmega e Sousa tenham mais a ver com o domínio da infraestruturização do que com a frequência de formas de alojamento não convencionais.

Quadro 10 - Indicadores de habitação (2011)

	Proporção de alojamentos não clássicos	Proporção de alojamentos familiares clássicos sem, pelo menos, uma infraestrutura básica	Proporção de alojamentos sobrelotados
Portugal	0,11%	1,9%	11,4%
Norte	0,06%	2,5%	11,7%
Amarante	0,03%	3,3%	11,0%
Baião	0,00%	8,1%	13,3%
Castelo de Paiva	0,08%	4,4%	13,9%
Celorico de Basto	0,02%	5,3%	9,6%
Cinfães	0,02%	10,2%	14,7%
Felgueiras	0,02%	3,0%	12,7%
Lousada	0,05%	2,7%	13,1%
Marco de Canaveses	0,04%	3,7%	14,9%
Paços de Ferreira	0,09%	2,9%	15,4%
Penafiel	0,05%	3,8%	15,2%
Resende	0,03%	9,0%	12,4%

Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal, CIM TS, 2014

De facto, na generalidade dos concelhos do Tâmega e Sousa, a proporção de alojamentos não clássicos é inferior à média de 0,06% da Região Norte e todos ficam aquém dos 0,11% registados a nível nacional. Castelo de Paiva e Paços de Ferreira são os únicos concelhos da CIM onde este problema ultrapassa a média da Região Norte.

27

Já a ausência de, pelo menos, uma infraestrutura básica nos alojamentos clássicos é, em todos os concelhos do Tâmega e Sousa, mais comum do que na média da Região Norte. Este tipo de problema é mais comum em concelhos como Baião, Cinfães e Resende, onde abrange 8% a 10% dos alojamentos. A maioria dos concelhos da CIM apresenta também índices de sobrelotação nos alojamentos acima da média regional de 11,7%. Amarante e Celorico de Basto são os únicos que não ultrapassam esse limiar.

2.3.1 CARACTERIZAÇÃO DA HABITAÇÃO SOCIAL NO CONCELHO DO MARCO DE CANAVESES, EM COMPARAÇÃO COM O TÂMEGA E SOUSA

28

O Património habitacional do Município do Marco de Canaveses é composto, atualmente, por um conjunto de fogos sociais que se encontram dispersos por dois bairros:

- Bairro Social da Quinta dos Morteirados, constituído por 79 fogos sociais;
- Conjunto habitacional do Talegre, constituído por 3 fogos sociais;

Ao abrigo do Decreto-Lei nº 199/2002 de 25 de Setembro, foram transferidos pelo IGAPHE – Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado para o Município do Marco de Canaveses, através de escritura de transferência patrimonial, celebrada em Fevereiro de 2004. Acresce ainda, a conversão do Jardim de Infância da Carreira para fins de habitação social.

Quadro 11 – Bairros Sociais e distribuição de habitações

BAIRROS SOCIAIS	EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO SOCIAL				FOGOS DE HABITAÇÃO SOCIAL					CASOS (ALGREGADOS FAMILIARES)	VALOR MÓDIO DAS RENDAS
	TOTAL	PROPRIEDADE MUNICIPAL DE OBRAS NO ÚLTIMO ANO	OBJECTO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO NO ÚLTIMO ANO	TOTAL	ARRENDADAS	DISPONÍVEIS PARA VENDA	DISPONÍVEIS PARA ARRENDAMENTO	OBJECTO DE OBRAS REABILITAÇÃO NO ÚLTIMO ANO			
NORTE	690	4699	3728	976	41 403	39 258	514	1 162	3 068	9 960	53
TÂMEGA	52	371	312	42	1 577	1 526	0	51	144	524	36
AMARANTE	8	27	22	6	204	193	0	11	73	18	35
BAIAO	1	3	3	0	3	3	0	0	0	21	14
CASTELO PAIVA	4	42	42	0	42	42	0	0	0	0	59
CELORICO DE BASTO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CINFAES	2	21	21	3	21	20	0	1	3	19	12
FELGUEIRAS	7	48	30	1	183	166	0	17	13	40	37
LOUSADA	4	17	13	0	271	261	0	10	10	24	36
MARCO DE CANAVESES	2	82	82	0	79	79	0	0	0	16	20
PAÇOS DE FERREIRA	7	50	30	28	240	238	0	2	10	35	28
PENAFIEL	9	24	13	2	268	267	0	1	10	246	27
RESENDE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: INE, Censos 2011

Quadro 12 – Quadro resumo da população por tipologia de alojamento

	2001			2011		
	Marco de Canaveses (Município)	Tâmega (NUTS III)	Portugal	Marco de Canaveses (Município)	Tâmega (NUTS III)	Portugal
População residente	52.460	551.405	10.362.722	53.514	550.880	10.557.560
Alojamentos familiares clássicos	22.048	229.635	5.357.900	24.192	249.536	5.882.130
Alojamentos próprios (%)	68,4	72,5	75,7	71,6	72,9	73,2
Alojamentos arrendados e outros casos (%)	31,6	27,5	24,3	28,4	27,1	26,8
Edifícios de habitação familiar	16.109	175.449	3.185.972	18.998	198.932	3.556.196
Valores médios de avaliação bancária dos alojamentos (€/m²)	-	-	-	822,0	832,0	1.121,0

Fonte: Retratos de Portugal, PORDATA, 2011

CAPITULO II

1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MERCADO DE TRABALHO NO TÂMEGA E SOUSA

31

Os principais indicadores do mercado de emprego no Tâmega e Sousa, quando considerado na sua globalidade, não divergem significativamente das médias nacionais e regionais: de acordo com o Censo de 2011, a taxa de desemprego no Tâmega e Sousa era de 14%, ligeiramente abaixo dos 14,5% registados na Região Norte e um pouco acima dos 13,2% do conjunto do país. A taxa de atividade, por sua vez, era de 46,5% no Tâmega e Sousa face a uma média de 47,6% em Portugal e no Norte.

Como noutras matérias, também a nível do mercado de trabalho o Tâmega e Sousa é profundamente heterogéneo. A análise da taxa de atividade sugere a sua segmentação em três zonas. A noroeste, em Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira, mais de metade dos residentes estão no mercado de trabalho. Pelo contrário, a sudeste, Baião, Cinfães e Resende apresentam taxas de atividade abaixo dos 40%. Entre estas zonas, em Amarante, Marco de Canaveses, Penafiel e Castelo de Paiva, este indicador ronda os 45%. Celorico de Basto foge a este esquema de classificação, com uma taxa de 40,9%, muito inferior à dos seus vizinhos imediatos.

A análise da taxa de desemprego não suporta, no entanto, o mesmo padrão geográfico de agregação dos municípios. Felgueiras apresenta uma taxa (10,3%) muito inferior à de qualquer outro concelho do Tâmega e Sousa, bem como à média nacional e regional, fruto das especificidades do seu tecido produtivo. Penafiel apresenta a segunda taxa de desemprego mais baixa (12,4%), embora excedendo já a de Felgueiras em mais de 2 pontos percentuais. A baixíssima taxa de atividade de Resende, apenas 34,4%, permite-lhe ser o único concelho do Tâmega e Sousa com níveis de desemprego inferiores à média nacional. Já Baião e Cinfães, apesar de taxas de atividade também reduzidas, apresentam os níveis de desemprego mais elevados da Comunidade Intermunicipal, da ordem dos 20%. Entre estes extremos, Lousada, Amarante e Paços de Ferreira apresentam taxas de 13%-14%, enquanto Celorico de Basto, Marco de Canaveses e Castelo de Paiva se situam na ordem dos 16%-17%.

Quadro 13 – Emprego e Desemprego no Tâmega e Sousa

32

	Desempregados	Empregados	Tx. Desemprego (%)	Tx. Atividade (%)
Portugal	662.180	4.361.187	13,2	47,6
Norte	254.182	1.501.883	14,5	47,6
Tâmega e Sousa	28.238	172.935	14,0	46,5
Amarante	3.514	21.590	14,0	44,6
Baião	1.579	6.577	19,4	39,7
Castelo de Paiva	1.271	6.150	17,1	44,3
Celorico de Basto	1.337	6.890	16,3	40,9
Cinfães	1.516	6.082	20,0	37,2
Felgueiras	3.079	26.716	10,3	51,3
Lousada	3.178	20.817	13,2	50,6
Marco de Canaveses	3.859	19.806	16,3	44,3
Paços de Ferreira	4.155	24.920	14,3	51,6
Penafiel	4.237	29.991	12,4	47,4
Resende	513	3.396	13,1	34,4

Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal, CIM TS, 2014

Quase dois terços dos residentes na Comunidade do Tâmega e Sousa estavam empregados, aquando do Censo de 2011, num de três setores de atividade: indústria transformadora (30,2%), construção (18,9%) e comércio e reparação de veículos (14,9%). Nenhum outro setor se aproximava do limiar de 10% do emprego.

Nos dois primeiros setores, indústria transformadora e construção, o peso no emprego na CIM era cerca do dobro do registado a nível nacional: por si sós, estes dois sectores asseguravam quase metade do emprego local quando, no país, a sua representatividade não ia além de 24,9%. Em termos relativos, o setor mais sobre representado no emprego da CIM era o das indústrias extrativas, com cerca do triplo do peso registado a nível nacional, embora a sua importância absoluta no emprego no Tâmega e Sousa não fosse além de 0,9%.

O comércio e a reparação de veículos, apesar da sua elevada representatividade (14,9%) no emprego local, tem menor peso na comunidade do que no conjunto do país. Outros setores com peso significativo, mas inferior à média nacional, são a educação (6,4% no Tâmega e Sousa, 8,6% no país), a administração pública e defesa (5,0% contra 7,2%) e as atividades de saúde e apoio social (4,5% contra 8,2%). As atividades mais associadas ao setor público estão, portanto, sub-representadas no emprego dos residentes no Tâmega e Sousa. De assinalar, ainda, a sub-representação das atividades ligadas ao turismo, como o alojamento e restauração (3,9% contra 6,7%).

Em conjunto, indústria transformadora e construção representam 40% a 60% do emprego dos residentes em todos os concelhos do Tâmega e Sousa, com exceção de Resende, onde não

vão além de 24,9%. Este concelho distingue-se por um peso do setor agrícola no emprego (20,1%) que não tem paralelo em nenhum outro concelho da comunidade. Também o emprego público, nomeadamente nos setores da administração pública e defesa (10%) e educação (9%), tem, em Resende, uma relevância muito superior à que é comum noutros concelhos do Tâmega e Sousa.

Em termos de escolaridade, o emprego no Tâmega e Sousa reflete o perfil da população residente, anteriormente analisado. Apenas 11,4% dos residentes nesta CIM que tinham emprego, à data do Censo de 2011, tinham completado o ensino superior. Essa percentagem ascendia a 22,2% na Região Norte e a 25,7% no conjunto do país. A desvantagem do Tâmega e Sousa era extensiva ao ensino secundário, completado apenas por 17,5% dos seus residentes empregados, contra 21,5% na Região Norte e 24,5% no país.

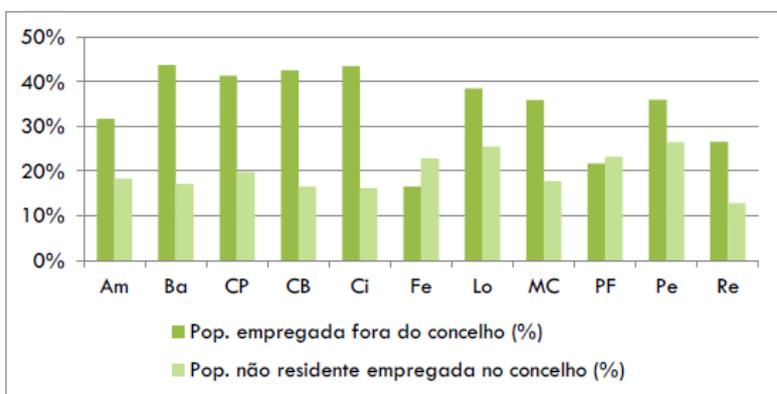
Amarante é o concelho com um perfil de emprego mais qualificado: 35,9% dos seus residentes empregados completaram, pelo menos, o ensino secundário e 16,1% terminaram o ensino superior. Seguem-se-lhe Celorico de Basto e Resende, onde a percentagem dos empregados que completaram, pelo menos, o ensino secundário é de 32,0% e 31,9%, respetivamente. O relativamente elevado perfil de escolaridade do emprego nestes concelhos pode parecer surpreendente face às carências de escolaridade que demonstram a nível da população em geral mas explica-se pelo peso que têm, nesses concelhos, setores como a administração, educação e saúde, devido à debilidade de outras alternativas. Estes setores representam 21,2% do emprego em Celorico de Basto e 25,7% em Resende, quando não vão além de 15,9% no conjunto do Tâmega e Sousa. Em contrapartida, as elevadas taxas de atividade e o fortíssimo peso da indústria transformadora em Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira estão associados a um perfil de emprego com menores níveis de escolaridade: só 26% a 27% do emprego destes concelhos corresponde a indivíduos que completaram, pelo menos, o ensino secundário.

1.1. EXTROVERSÃO DO MERCADO DE TRABALHO CONCELHIO

Uma parte significativa dos residentes no Tâmega e Sousa que tinham emprego, no ano de 2011, trabalhavam no estrangeiro: enquanto no conjunto do país esta percentagem se ficava por 1,6%, no Tâmega e Sousa atingia 5,3%. Como se pode verificar na imagem, Paços de Ferreira era o único concelho da comunidade intermunicipal a ficar abaixo da média nacional neste domínio.

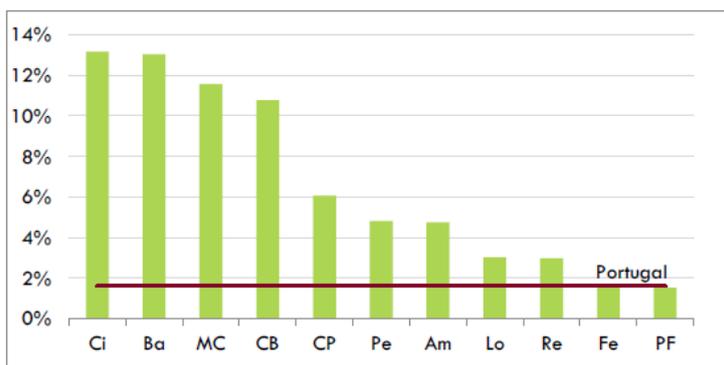
Em quatro concelhos, Cinfães, Baião, Marco de Canaveses e Celorico de Basto, mais de 10% dos residentes empregados trabalhavam no estrangeiro e em Castelo de Paiva, Penafiel e Amarante esta percentagem era da ordem dos 5% a 6%.

Figura 8 - Extroversão do mercado de trabalho em 2011



Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal, CIM TS, 2014

Figura 9 - Proporção da população residente empregada a trabalhar no estrangeiro (2011)



Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal, CIM TS, 2014

Quadro 14 - Estrutura setorial do pessoal ao serviço nas empresas com sede nos concelhos do Tâmega e Sousa

	Indústria (%)	Construção (%)	Serviços (%)	Outras (%)
Portugal	18	11	67	4
Norte	29	12	56	3
Tâmega e Sousa	40	21	36	3
Amarante	65	9	25	0,9
Baião	58	5	36	1
Castelo de Paiva	47	21	31	1
Celorico de Basto	37	24	35	4
Cinfães	29	25	43	3
Felgueiras	22	36	40	2
Lousada	22	35	38	5
Marco de Canaveses	21	24	41	14
Paços de Ferreira	11	46	41	3
Penafiel	9	21	48	22
Resende	6	48	44	3

Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal, CIM TS, 2014

1.2. ECONOMIA ACTIVA VS EMPREGO NO CONCELHO

De acordo com os dados do IEFP, no concelho de Marco de Canaveses, à data de janeiro de 2014, 54% da população tem uma economia ativa e estava empregada, sendo que a média nacional se situava nos 55,9% e na zona Norte 56,1%. Da população total ativa e empregada no Concelho 66,5% são do género masculino e 42,4% do género feminino.

Quadro 15 - População residente com economia ativa e empregada, por género, no ano 2014

	Total (%)	M (%)	F (%)
Portugal	55,9	61,4	51,0
Norte	56,1	62,4	50,4
Marco de Canaveses	54,0	66,5	42,4

Fonte: Estatísticas mensais do IEFP em Janeiro de 2014

Do total da população empregada no concelho, a maioria (50,7%) trabalha no setor secundário, 47,4% no setor terciário e apenas cerca de 2% no setor primário. Os dados apontam para o peso da indústria transformadora e dos serviços na economia do concelho.

Quadro 16 - População empregada segundo o sector de atividade económica, em 2014

	Total (%)	Setor Primário (%)	Setor Secundário (%)	Setor Terciário (%)
Portugal	100	3,1	26,5	70,5
Norte	100	2,9	35,5	61,6
Tâmega e Sousa	100	2,6	49,3	48,1
Marco de Canaveses	100	1,9	50,7	47,4

Fonte: Estatísticas mensais por concelho, IEFP em Janeiro de 2014

Sendo, globalmente, o setor mais representativo no emprego do Tâmega e Sousa, a indústria transformadora tem, no entanto, uma importância muito diversa de município para município, muito mais elevada nos concelhos do Sousa do que na zona mais interior da comunidade. Em Felgueiras e Paços de Ferreira, este setor emprega metade dos residentes, triplicando o peso que tem a nível nacional. Lousada é também um concelho fortemente industrializado, com quase 40% do emprego no setor. Na zona sul desta fachada ocidental do Tâmega e Sousa, em Penafiel e Castelo de Paiva, a indústria transformadora absorve cerca de um quarto do emprego, substancialmente acima da média nacional mas longe dos valores registados mais a norte. Avançando para o interior, o peso da indústria transformadora em Amarante, Marco de Canaveses e Celorico de Basto está próximo da média nacional de 16,4%. O contributo da indústria para o emprego é muito menor nos concelhos mais próximos do Douro, Baião (8,5%), Cinfães (6,3%) e Resende (6,1%).

O peso da construção para o emprego municipal tem, praticamente, a ordenação inversa. É inferior a 10% em Felgueiras e, sobretudo, em Paços de Ferreira, únicos concelhos do Tâmega e Sousa que ficam, nesta matéria, abaixo da média nacional. Em Lousada, emprega 15,3% dos residentes e em Resende 18,8%. A sua importância relativa é muito maior em Baião e Cinfães, onde representa mais de um terço do emprego, aproximando-se também desse limiar no Marco de Canaveses. Nos restantes concelhos, o peso da construção ronda um quarto do emprego.

Quadro 17 - Estrutura sectorial (CAE) do emprego (2011)

	Portugal	Norte	Tâmega e Sousa
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	3,1%	2,9%	2,5%
Indústrias extrativas	0,3%	0,3%	0,9%
Indústrias transformadoras	16,4%	24,1%	30,2%
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0,6%	0,6%	0,6%
Capt., trat. e distr. água; saneamento, g. resíduos e desp.	0,7%	0,6%	0,5%
Construção	8,5%	10,0%	18,9%
Com. p/ grosso e retalho; reparação de veículos aut. e mot.	17,3%	17,4%	14,9%
Transportes e armazenagem	3,7%	2,9%	2,2%
Alojamento, restauração e similares	6,7%	5,4%	3,9%
Atividades de informação e de comunicação	2,3%	1,5%	0,7%
Atividades financeiras e de seguros	2,4%	1,7%	0,9%
Atividades imobiliárias	0,6%	0,5%	0,2%
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	4,1%	3,5%	2,1%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	4,4%	3,3%	2,0%
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigat.	7,2%	5,2%	5,0%
Educação	8,6%	8,5%	6,4%
Atividades de saúde humana e apoio social	8,2%	7,3%	4,5%
Ativ. artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	1,0%	0,8%	0,4%
Outras atividades de serviços	2,0%	1,9%	1,4%
Ativ. das famílias emp. pess. dom. e prod. p/ uso próprio	1,9%	1,8%	1,8%
Ativ. dos org. internacionais e out. inst. extraterritoriais	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal, CIM TS, 2014

Em conjunto, indústria transformadora e construção representam 40% a 60% do emprego dos residentes em todos os concelhos do Tâmega e Sousa, com exceção de Resende, onde não vão além de 24,9%. Este concelho distingue-se por um peso do setor agrícola no emprego (20,1%) que não tem paralelo em nenhum outro concelho da comunidade. Também o emprego público, nomeadamente nos setores da administração pública e defesa (10%) e educação (9%), tem, em Resende, uma relevância muito superior à que é comum noutros concelhos do Tâmega e Sousa.

Em termos de escolaridade, o emprego no Tâmega e Sousa reflete o perfil da população residente, anteriormente analisado. Apenas 11,4% dos residentes nesta comunidade intermunicipal que tinham emprego, à data do Censo de 2011, tinham completado o ensino superior. Essa percentagem ascendia a 22,2% na Região Norte e a 25,7% no conjunto do país. A desvantagem do Tâmega e Sousa era extensiva ao ensino secundário, completado apenas por 17,5% dos seus residentes empregados, contra 21,5% na Região Norte e 24,5% no país.

Amarante é o concelho com um perfil de emprego mais qualificado: 35,9% dos seus residentes empregados completaram, pelo menos, o ensino secundário e 16,1% terminaram o ensino

superior. Seguem-se-lhe Celorico de Basto e Resende, onde a percentagem dos empregados que completaram, pelo menos, o ensino secundário é de 32,0% e 31,9%, respetivamente. O relativamente elevado perfil de escolaridade do emprego nestes concelhos pode parecer surpreendente face às carências de escolaridade que demonstram a nível da população em geral mas explica-se pelo peso que têm, nesses concelhos, setores como a administração, educação e saúde, devido à debilidade de outras alternativas. Estes setores representam 21,2% do emprego em Celorico de Basto e 25,7% em Resende, quando não vão além de 15,9% no conjunto do Tâmega e Sousa. Em contrapartida, as elevadas taxas de atividade e o fortíssimo peso da indústria transformadora em Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira estão associados a um perfil de emprego com menores níveis de escolaridade: só 26% a 27% do emprego destes concelhos corresponde a indivíduos que completaram, pelo menos, o ensino secundário.

Quadro 18 - Proporção da população empregada em profissões socialmente mais valorizadas (2011)

	2001	2011
Portugal	15,5%	22,2%
Norte	14,1%	20,8%
Tâmega e Sousa	4,7%	13,4%
Amarante	6,1%	17,5%
Baião	4,8%	11,3%
Castelo de Paiva	5,1%	11,2%
Celorico de Basto	5,6%	12,6%
Cinfães	6,7%	13,8%
Felgueiras	3,4%	12,4%
Lousada	3,6%	11,8%
Marco de Canaveses	4,2%	13,6%
Paços de Ferreira	3,4%	13,0%
Penafiel	5,2%	13,8%
Resende	6,4%	14,7%

Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal, CIM TS, 2014

Dos residentes no Tâmega empregados, 13,4% dedicam-se a “profissões socialmente mais valorizadas”, isto é, profissões de nível 1 e 2 na Classificação Portuguesa das Profissões. A nível concelhio, esta percentagem varia entre um mínimo de 11,2% em Castelo de Paiva e um máximo de 17,5% em Amarante com uma distribuição que segue de perto o peso da população com ensino superior completo. Na última década, o peso destas profissões no emprego aumentou muito significativamente em todos os concelhos, como se pode observar no quadro.

Na análise dos resultados anteriores é necessário ter em conta que o mercado de trabalho não coincide, em geral, com as fronteiras administrativas concelhias, não podendo, por isso, as características dos empregados residentes no concelho ser automaticamente associadas a características do emprego aí existente.

Em quatro concelhos do Tâmega e Sousa – Baião, Castelo de Paiva, Celorico de Basto e Cinfães – mais de 40% da população empregada estava empregada fora do concelho. Noutros quatro – Amarante, Lousada, Marco de Canaveses e Penafiel – esta percentagem situava-se entre os 30% e 40%. Felgueiras, com 16,6%, era o único concelho em que menos de 20% dos empregados trabalhavam fora do concelho de residência.

Simetricamente, em muitos concelhos, os não residentes ocupavam uma fração significativa do emprego existente: Penafiel, com 26,5%, era o concelho em que este fenómeno era mais intenso mas esta percentagem situava-se acima de 20% em todos os concelhos do Sousa. Resende era o concelho que demonstrava menor capacidade de atração, com apenas 12,8% do emprego ocupado por não residentes.

Quadro 19 – Síntese dos fatores económicos no concelho do marco de canaveses

	2001			2011		
	Marco de Canaveses (Município)	Tâmega (NUTS III)	Portugal	Marco de Canaveses (Município)	Tâmega (NUTS III)	Portugal
População residente	52.460	551.405	10.362.722	53.514	550.880	10.557.560
Empresas não financeiras	-	-	-	3.647	42.750	1.112.000
Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras	-	-	-	15.165	164.565	3.735.340
Sociedades constituídas	393	2.788	45.290	↓ 140	↓ 1.447	↓ 31.987
Sociedades dissolvidas	15	164	6.858	↓ 161	↓ 1.192	↓ 32.473
Bancos e caixas económicas	13	144	4.899	21	194	5.834
Habitantes por banco e caixa económica	4.035,4	3.829,2	2.115,3	2.548,3	2.839,6	1.809,7
População activa	22.952	253.359	4.990.208	↓ 23.665	↓	↓
População empregada + População desempregada					256.397	5.023.367
Taxa de emprego (%)	52,8	55,0	53,5	45,2	48,2	48,5
População empregada por cada 100 indivíduos com 15 e mais anos						
População empregada no sector primário (%)	3,7	5,0	5,0	1,9	2,6	3,1
População empregada no sector secundário (%)	61,2	58,9	35,1	50,7	49,3	26,5
População empregada no sector terciário (%)	35,1	36,1	59,9	47,4	48,1	70,5
Trabalhadores por conta de outrem (%)	84,3	82,7	81,6	83,6	82,8	81,2
Trabalhadores por conta própria isolados (%)	5,2	6,3	6,3	5,6	6,4	6,6
Taxa de desemprego (%)	5,3	5,1	6,8	↓ 16,3	↓ 14,3	↓ 13,2
População desempregada por 100 activos						
Desempregados inscritos nos centros de emprego	1.550,4	14.956,6	324.700,0	3.833,3	36.625,1	551.943,9
Ofertas de emprego nos centros de emprego	19,7	271,7	-	15,3	339,0	-

Fonte: Retrato de Portugal, PORDATA, 2011

Quadro 20 - Estrutura setorial do pessoal ao serviço nas empresas com sede nos concelhos do Tâmega e Sousa (2011)

	Indústria	Construção	Serviços	Outras
Portugal	18%	11%	67%	4%
Norte	29%	12%	56%	3%
Tâmega e Sousa	40%	21%	36%	3%
Felgueiras	65%	9%	25%	0,9%
Paços de Ferreira	58%	5%	36%	1%
Lousada	47%	21%	31%	1%
Castelo de Paiva	37%	24%	35%	4%
Penafiel	29%	25%	43%	3%
Amarante	22%	36%	40%	2%
M. Canaveses	22%	35%	38%	5%
Celorico de Basto	21%	24%	41%	14%
Baião	11%	46%	41%	3%
Resende	9%	21%	48%	22%
Cinfães	6%	48%	44%	3%

Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal, CIM TS, 2014

2. DESEMPREGO

Em todos os concelhos, o desemprego feminino é mais acentuado do que o masculino. No entanto, nos concelhos mais industrializados do Sousa, Felgueiras e Paços de Ferreira, a diferença entre o desemprego dos dois sexos é inferior à média nacional, não indo além de um ponto percentual. Nos concelhos vizinhos de Lousada e Penafiel, o diferencial aumenta para 3 a 4 pontos percentuais, sensivelmente o mesmo que se verifica no conjunto da Região Norte. Quando se avança para o interior, esta diferença salta para a ordem dos 9 a 10 pontos percentuais em Amarante e Marco de Canaveses, sendo um pouco mais reduzida em Celorico de Basto. Na margem esquerda do Douro, os concelhos de Castelo de Paiva, Cinfães e Resende apresentam taxas de desemprego feminino que excedem em mais de 10 pontos percentuais as do masculino. No entanto, a situação mais extrema registava-se em Baião, onde o desemprego masculino (12,7%) era inferior à média do Tâmega e Sousa (14,0%) mas o feminino atingia 29,5%.

Dada a estrutura produtiva do Tâmega e Sousa, a escolaridade oferece aí menos proteção contra o desemprego do que acontece, em média, no país e na Região Norte. De acordo com o Censo de 2011, quando se passa da população que completou apenas algum ciclo do ensino básico para a que completou o ensino secundário, a taxa de desemprego cai de 15,7% para 12,9% no conjunto do país, de 16,6% para 14,0% na Região Norte mas apenas de 14,5% para 14,3% no Tâmega e Sousa. Nesta comunidade intermunicipal, é só a conclusão do ensino superior que proporciona uma taxa de desemprego substancialmente mais baixa, da ordem dos 10%. Este efeito da conclusão do ensino superior é comum a todos os concelhos. O ensino

pós-secundário surge associado a uma taxa de desemprego mais elevado do que o ensino secundário mas corresponde a uma fração muito diminuta da população.

41

No que respeita à evolução do total de desemprego registado na região, os quadros em anexo ilustram as principais tendências registadas entre janeiro de 2013, 2014 e 2015, e revelam a estabilização do fenómeno na região Norte e, proporcionalmente, na região Tâmega e Sousa e em Marco de Canaveses.

Os dados apontam que neste concelho, em janeiro de 2015, se verificou uma tendência de diminuição do desemprego registado, com menos 512 casos, relativamente ao mesmo mês do ano anterior. No panorama geral o desemprego diminuiu em todo o país, tal como na região e concelho.

Quadro 21 - Evolução total de desemprego registado

	Janeiro 2013	Janeiro 2014	Janeiro 2015
Norte	304100	296816	258153
Tâmega e Sousa	37262	37059	32210
Marco de Canaveses	5200	5417	4905

Fonte: Estatísticas mensais, IEFP

Analisando o perfil de género da população desempregada, constata-se que o desemprego registado na região é equilibrado, embora com uma maior incidência do desemprego feminino, cuja variação no último ano é de 1,4 pontos percentuais. Ao invés, o desemprego masculino baixou ligeiramente, embora de forma pouco expressiva. Esta tendência pode dever-se aos casos de desemprego registados no sector têxtil, predominantemente feminino. O concelho de Marco de Canaveses acompanha a tendência da região, apesar de registar valores ligeiramente superiores.

Quadro 22 - Evolução do Desemprego por género

	Janeiro 2013			Janeiro 2014			Variação	
	Desemprego Masculino	Desemprego Feminino	Total	Desemprego Masculino	Desemprego Feminino	Total	Desemprego Masculino	Desemprego Feminino
Norte	48,0	51,9	304100	47,8	52,2	296816	- 0,3	0,3
Tâmega e Sousa	49,4	50,6	37262	48,0	52,0	37059	-1,4	1,4
Marco de Canaveses	47,5	52,52	5200	44,1	55,9	5417	-3,4	3,4

Fonte: Estatísticas mensais por concelho, IEFP

Na caracterização geral do emprego e analisando o conjunto de motivos que levaram a inscrição nos Centros de Emprego, em janeiro de 2014, por parte dos desempregados da sub-

região do Tâmega e Sousa, constata-se uma tendência genérica para o término de contratos a termo, logo a seguir os despedimentos, com expressão na ordem dos 21,3%.

42

No concelho de Marco de Canaveses, o motivo principal para inscrição nos Centros de Emprego segue a tendência, no entanto, em segundo plano surge a categoria dos ex-inativos, isto é, situações como o fim da indisponibilidade prolongada para o emprego, ex-domésticas e reformados). Na categoria de *outros motivos*, a expressão também é significativa e surge em 3º lugar, e nesta categoria cabem situações de reinscrições por falta à convocatória dos Centros de Emprego, fim do serviço militar, ex-emigrantes e beneficiários de desemprego no espaço europeu.

Quadro 23 - Motivos da Inscrição no Centro de Emprego em Janeiro 2014

MOTIVOS DA INSCRIÇÃO

Área Geográfica	Ex-inativos	Despedido	Despediu-se	Despedimento Mutuo Acordo	Fim Trabalho Não Permanente	Trabalhador por Conta Própria	Outros Motivos	TOTAL
Norte	3711	3947	1009	926	7555	512	7113	24799
Tâmega e Sousa	548	662	119	84	928	43	725	3110
Marco de Canaveses	89	75	15	12	150	3	89	433

Fonte: Estatísticas mensais IEFP

No que diz respeito aos grupos etários e à expressão do desemprego, constata-se que o mesmo se regista principalmente na faixa dos 35-54 anos e na faixa anterior, isto é, na faixa dos 25-34 anos. Esta dimensão é igual preocupante na faixa jovem (<25 anos) e na faixa a partir dos 55 anos, com valores igualmente altos.

Quadro 24 - Desemprego registado em Janeiro 2014 por idade

	Desemprego Jovem < 25 anos	25 – 34 anos	34 – 55 anos	55 anos e +	TOTAL
Norte	41274	59401	137280	58861	296816
Tâmega e Sousa	5791	6999	17111	7158	37059
Marco de Canaveses	906	1073	2569	869	5417

Fonte: Estatísticas mensais IEFP

O perfil de desemprego registado na sub-região e concelho traduzem igualmente um perfil ao nível das habilitações escolares. A este propósito, a situação registada em Marco de Canaveses e na sub-região do Tâmega e Sousa difere das dinâmicas da região Norte e do Continente, em especial pelo peso elevado dos desempregados com o 1º ciclo do Ensino Básico, cujo peso na sub-região supera os 30% (11 684 desempregados) e em Marco de Canaveses 28,33% (1535 desempregados) comparativamente aos 25,2% (74 782 desempregados) na região Norte e 21% registados no Continente.

Quadro 25 - Desemprego registado em Janeiro 2014 por nível de habilitações

	< 1ºCiclo	1ºCiclo	2ºCiclo	3ºCiclo	Secundário	Superior	Total
Norte	14305	74782	50229	56347	63378	37775	296816
Tâmega e Sousa	2363	11684	6415	6585	6707	3305	37059
Marco de Canaveses	366	1535	989	1110	969	448	5417

Fonte: Estatísticas mensais IEFP

Se a taxa de desemprego só diminui significativamente para o grupo populacional que concluiu o ensino superior, sendo que a variabilidade da taxa de desemprego concelhio é tanto mais reduzida quanto maior o nível de escolaridade.

Para a população que não concluiu nenhum ciclo de escolaridade, a taxa de desemprego varia entre um mínimo de 4,4% em Resende e um máximo de 27,0% em Celorico de Basto, um intervalo com uma amplitude de 22,6 pontos percentuais; esta amplitude reduz-se para 11,5 pontos entre os que completaram o ensino básico, 7,3 pontos entre os que concluíram o secundário e apenas 2,5 pontos entre os que concluíram o ensino superior. Só o ensino pós-secundário escapa a esta regularidade.

Os jovens têm, no Tâmega e Sousa, taxas de desemprego muito superiores às de outros escalões etários: a taxa de desemprego atinge os 30,1% dos 15 aos 19 anos e é de 18,8% dos 20 aos 24. Na comunidade, a taxa de desemprego atinge um mínimo de 11,1% dos 30 aos 34 e aumenta depois progressivamente até 18,1%, dos 60 aos 64 anos, escalão etário em que ultrapassa a média regional e nacional. Apesar das muito elevadas taxas de desemprego jovem, a estrutura produtiva do Tâmega é, em termos relativos, mais favorável aos jovens do que as do conjunto da Região Norte e do país.

44

2.1. RESPOSTAS À EMPREGABILIDADE E AO EMPREENDEDORISMO

- DINÂMICAS DA TAXA DE COLOCAÇÃO DE DESEMPREGADOS

No início de 2014, o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) registava uma taxa de colocação no concelho de Marco de Canaveses de 3,9%, valor muito abaixo da taxa de colocação da sub-região do Tâmega e Sousa de 9,3%, e toda a região Norte, que se situou nos 12,6%.

Embora o balanço entre desempregados inscritos e as ofertas seja desequilibrado na região, a taxa de colocação, pelo IEFP, no início de 2014, regista valores muito baixos no concelho.

Quadro 26 - Taxa de colocação/inscritos por género em Janeiro de 2014

Área geográfica	Taxa de colocações	Tx Masculino	Tx Feminino
Norte	12,6	n/i	n/i
Tâmega e Sousa	9,3	5,5	14,3
Marco de Canaveses	3,9	2,1	6,2

Fonte: Estatísticas mensais por concelho do IEFP

Quadro 27 – Taxa de colocação e ofertas em janeiro de 2014

Área geográfica	Desempregadas			Ofertas	Colocações		Total de colocações
	Homens	Mulheres	Total	Recebidas	Homens	Mulheres	
Norte	12 771	12 028	24 799	5947	1 395	1 858	3 253
Tâmega e Sousa			3 110	597			305
Marco de Canaveses	239	194	433	4	5	12	17

Fonte: Estatísticas mensais por concelho do IEFP

- DINÂMICAS DE CRESCIMENTO E EMPREGABILIDADE

O conjunto das transformações ocorridas na região em termos de perfis de emprego setorial e especialização produtiva encontra correspondência em determinadas áreas que apresentam crescimento do número de empresas. Um fator bastante importante assenta no facto da região do Tâmega e Sousa acompanhar com performances de crescimento a tendência global da região Norte.

Quadro 28 – Dinâmicas de crescimento do n.º de empresas, por sector de atividade económica, entre 2004 e 2012, no Tâmega e Sousa e região Norte.

	Norte		Tâmega e Sousa		
	Evolução	Variação	Evolução	Variação	Variação pessoal ao serviço
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	CC	1372	CC	285	469
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	C	122	C	13	44
Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição	C	158	C	25	615
Atividades de informação e de comunicação	C	450	C	20	23
Atividades imobiliárias	CC	1059	C	86	-68
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	CC	2261	CC	336	953
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	CC	15823	CC	1032	2058
educação	CC	4954	CC	679	971
Atividades de saúde humana e apoio social	CC	7220	CC	728	1544
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas.	C	1839	CC	220	394

Fonte: INE

Legenda:

C – crescimento relevante do número de empresas do setor;

CC – crescimento muito relevante do número de empresas do setor.

- DINÂMICAS DE EMPREGO REGIONAL

Segundo dados dos Censos de 2011 (INE), no território do Tâmega e Sousa, os concelhos com maior atração de emprego são, destacadamente, Felgueiras e Paços de Ferreira. Marco de Canaveses e Penafiel, também evidenciam, ainda que de modo mais modesto, alguma capacidade de atração de mão de obra.

O tecido produtivo do emprego regional incide em três grandes setores de atividade: indústria transformadora, construção e comércio, reparação de veículos (30,2%, 18,9% e 14,9%, respetivamente).

2.2. ÍNDICE DO PODER DE COMPRA

Este indicador pretende traduzir o poder de compra em termos *per capita*. É um número índice com o valor 100 na média do país, que compara o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos *per capita*, nos diferentes municípios ou regiões.

Deste estudo resulta que em termos temporais houve um aumento associado do poder de compra, tanto ao nível da região e sub região, como ao nível concelhio. Os dados indicam que o concelho de Marco de Canaveses apresenta, ainda assim, poder de compra acima da média da Sub-região.

Quadro 29 – Evolução do Poder de compra *per capita*

Territórios	Poder de compra <i>per capita</i>	
	1993	2011
Portugal	100	100
Norte	81,72	89,22
Tâmega e Sousa	37,97	67,15
Marco de Canaveses	41,28	70,52

Fonte: PORDATA

Comparativamente aos concelhos que compõem a sub-região do Tâmega e Sousa, podemos observar no quadro que se segue, que o concelho de Marco de Canaveses se apresenta, conjuntamente com os concelhos de Felgueiras, Paços de Ferreira, Amarante e Penafiel com maior poder de compra *per capita*. Os concelhos de Baião, Celorico de Basto e Cinfães apresentam os valores mais baixos. O concelho de Resende apresenta a maior variação positiva entres os concelhos que constituem a sub-região do Tâmega e Sousa.

Quadro 30 – Evolução do Poder de Compra per *capita* no Tâmega e Sousa

	1993	2011	Varição
Tâmega e Sousa	37,97	67,15	+29,18
Amarante	39,35	69,09	+29,74
Baião	21,84	52,63	+30,79
Castelo de Paiva	36,47	58,90	+22,43
Celorico de Basto	19,89	49,83	+29,94
Cinfães	18,88	49,87	+30,99
Felgueiras	49,51	73,63	+24,12
Lousada	35,94	64,55	+28,61
Marco de Canaveses	41,28	70,52	+29,24
Paços de Ferreira	45,50	71,62	+26,12
Penafiel	40,38	69,56	+29,18
Resende	22,09	54,67	+32,58

Fonte: PORDATA

Os dados sobre o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, publicados pelo Ministério do Trabalho e da Segurança Social, mostram que em nenhum concelho do Tâmega este indicador se aproxima do valor médio de 949 euros registado para o conjunto da Região Norte nem, naturalmente, dos 1 085 euros do conjunto do país. Amarante com 834 euros e Penafiel com 823 são os concelhos da comunidade intermunicipal onde o ganho médio é mais elevado. Os valores mais reduzidos verificam-se nos seus vizinhos de noroeste, Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira, onde este indicador ronda os 700 euros. Nos restantes concelhos, o ganho médio é um pouco mais elevado, aproximando-se dos 730 a 760 euros.

No entanto, o nível de vida da população não é determinado exclusivamente pelos rendimentos provenientes do trabalho por conta de outrem.

O índice de poder de compra do INE tem a vantagem de não se focar nessa única fonte de rendimento e proporciona uma perspetiva diferente da realidade intermunicipal. De acordo com este indicador, no Tâmega e Sousa, o poder de compra varia entre metade da média nacional, em Cinfães e Celorico de Basto, e 74%, em Felgueiras. Os valores mais elevados registam-se nos concelhos do Sousa, embora Lousada apresente valores um pouco abaixo dos municípios vizinhos, bem como no Marco de Canaveses e em Amarante. Baião e Resende, com valores entre 50 e 55 da média nacional, seguem-se a Cinfães e Celorico de Basto, entre os concelhos com valores mais reduzidos. Castelo de Paiva posiciona-se entre estes dois grupos, com um valor de 58,9.

Quadro 31 - Indicadores de condições económicas (2011)

	Ganho médio mensal	Índice de poder de compra	Consumo doméstico de energia elétrica (KWh. / hab.)
Portugal	1 084,55	100	1 302,3
Norte	949,08	89,22	1 310,1
Amarante	833,69	69,09	1 118,7
Baião	766,89	52,63	998,7
Castelo de Paiva	732,58	58,90	981
Celorico de Basto	733,08	49,83	824,4
Cinfães	710,78	49,87	962,7
Felgueiras	701,88	73,63	1 173,2
Lousada	688,77	64,55	1 127,2
Marco de Canaveses	757,73	70,52	1 224,5
Paços de Ferreira	705,85	71,62	1 116,7
Penafiel	823,08	69,56	1 174,8
Resende	752,93	54,67	887,2

Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal, CIM TS, 2014

Obtém-se basicamente a mesma perspetiva da realidade intermunicipal quando se analisa diretamente um indicador de consumo, como o consumo doméstico de energia elétrica. O nível de consumo mais elevado regista-se no Marco de Canaveses, correspondendo a 95% da média nacional. Amarante, Felgueiras, Lousada, Penafiel e Paços de Ferreira apresentam níveis de consumo um pouco mais baixos, próximos de 85% da média do país. O consumo de eletricidade é bastante inferior nos restantes concelhos, atingindo um mínimo correspondente a 63% da média portuguesa em Celorico de Basto.

As condições económicas dos habitantes do Tâmega e Sousa são, portanto, em média, inferiores às de outras zonas de Portugal. Dentro desta comunidade, os concelhos do Sousa, bem como Amarante e o Marco de Canaveses, apresentam uma situação mais favorável do que os situados na zona ribeirinha do Douro e do que o de Celorico de Basto. Esta dicotomia é igualmente visível na importância de diversos mecanismos de apoio social em cada um dos territórios.

A relativa juventude da população do Tâmega e Sousa, no contexto nacional, justifica que só 21,9% dos seus residentes com 15 ou mais anos de idade tenham por principal meio de vida as pensões e reformas, quando essa percentagem ascende a 27,4% a nível nacional. No entanto, a estrutura etária muito diversa dos diferentes municípios leva a que este indicador apresente uma forte variabilidade intermunicipal. Os concelhos do Sousa apresentam valores entre 17% e 21%, abaixo da média da comunidade.

O Marco de Canaveses apresenta igualmente valores desta ordem de grandeza. Em contrapartida, em concelhos mais interiores, como Baião, Celorico de Basto, Cinfães e Resende, a percentagem da população que depende fundamentalmente desta fonte de rendimento varia entre 28% a 31%, acima da média nacional. Amarante e Castelo de Paiva apresentam, nesta matéria, uma situação intermédia entre os dois grupos. Tendencialmente, os concelhos onde a população depende mais de pensões e reformas são também aqueles onde o seu valor monetário é mais reduzido.

A dependência do subsídio de desemprego apresenta uma incidência diferente, sendo, em regra, mais elevada nos concelhos mais industrializados do Sousa e mais reduzida no interior.

Quadro 32 - Reformas e apoios sociais (2011)

Percentagem da população com 15 ou mais anos que tem por principal meio de vida ...				
	Reforma/ Pensão	Subsidio de desemprego	RSI + Outros Subsídios + Apoio Social	Valor médio das pensões da segurança social (€/ N.º)
Portugal	27,4%	3,3%	2,4%	4742
Norte	26,0%	4,1%	2,9%	4447
Tâmega e Sousa	21,9%	3,8%	3,2%	-
Amarante	23,4%	2,9%	2,7%	3801
Baião	28,3%	3,4%	4,0%	3903
Castelo de Paiva	25,8%	4,1%	2,6%	4193
Celorico de Basto	28,6%	2,4%	3,1%	3421
Cinfães	29,2%	3,8%	5,1%	3681
Felgueiras	20,5%	3,9%	2,6%	3911
Lousada	18,4%	4,7%	2,7%	4109
Marco de Canaveses	20,7%	4,3%	4,3%	4092
Paços de Ferreira	17,3%	4,9%	3,3%	3878
Penafiel	20,5%	3,6%	3,0%	4219
Resende	30,7%	1,7%	3,6%	3378

Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal, CIM TS, 2014

CAPITULO III

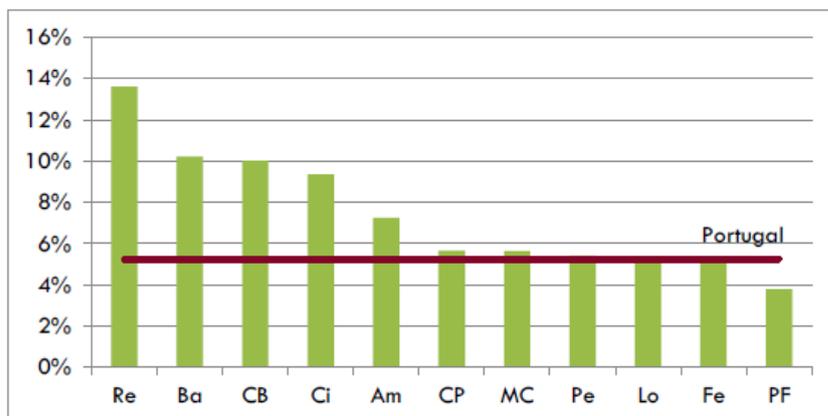
1. ENQUADRAMENTO GERAL DA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

51

O Tâmega e Sousa apresenta um claro défice em matéria de educação e formação face ao todo do país e da Região Norte. No entanto, também nesta matéria há uma significativa heterogeneidade dentro da comunidade intermunicipal.

Esta heterogeneidade é, desde logo, visível ao nível do analfabetismo. O Tâmega e Sousa tem uma percentagem de pessoas com 10 ou mais anos que não sabem ler nem escrever (6,3%) que não se afasta muito da média da Região Norte (5,0%) e do país (5,2%) mas a situação varia substancialmente de concelho para concelho. Na fachada ocidental da comunidade, Paços de Ferreira está claramente abaixo da média nacional e Felgueiras, Lousada, Penafiel e Castelo de Paiva pouco dela se afastam. Mais para o interior, só o Marco de Canaveses se encontra alinhado com a média portuguesa. Amarante excede-a em 2 pontos percentuais, Cinfães em 4, Celorico de Basto e Baião em 5 e Resende em mais de 8.

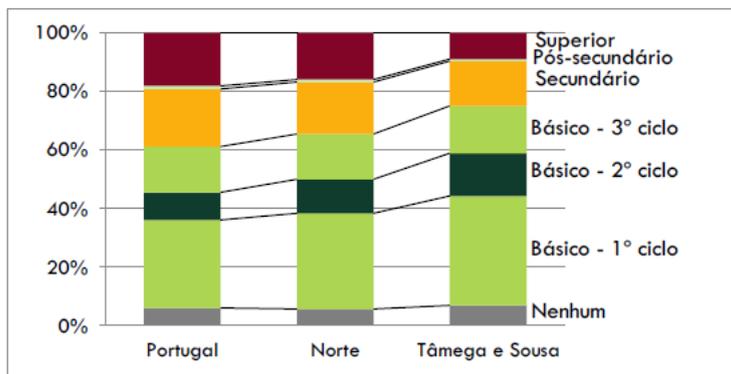
Figura 10 - Percentagem da população com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever (2011)



Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal, CIM TS, 2014

Mais do que ao nível do analfabetismo, as desvantagens educativas do Tâmega e Sousa são, no entanto, visíveis quando se analisa a escolaridade da população potencialmente ativa. As pessoas que não completaram nenhum nível de escolaridade ou que apenas completaram algum dos níveis do ensino básico representam uma percentagem substancialmente mais elevada da população do Tâmega e Sousa do que da Região Norte e de Portugal, passando-se o inverso a nível do ensino secundário e superior. Concretamente, entre as pessoas com 15 ou mais anos, as que completaram estudos pós-secundários ou superiores representam 19,2% dos residentes em Portugal, 16,8% na Região Norte e apenas 9,6% no Tâmega e Sousa. Em contrapartida, os que não foram além do 1º ciclo do ensino básico representam 44% no Tâmega e Sousa, 38% no Norte e 36% no país.

Figura 11 - Distribuição da população residente com 15 ou mais anos por nível de escolaridade (2011)



Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal, CIM TS, 2014

Como se pode verificar, existe uma considerável variabilidade entre os concelhos do Tâmega e Sousa em matéria de escolaridade. Baião, Cinfães e Resende apresentam inequivocamente o perfil mais desfavorável. Nestes concelhos, a percentagem da população com 15 ou mais anos que não completou nenhum nível de escolaridade ou se ficou pelo 1º ciclo do ensino básico excede 50% enquanto a dos que completaram estudos pós-secundários ou superiores varia entre 6,6% em Cinfães e 8,2% em Resende, em qualquer caso bem abaixo da média de 9,6% do Tâmega e Sousa.

Quadro 33 - Níveis de escolaridade dos residentes com 15 ou mais anos de idade, por município (2011)

	Nenhum	Básico 1º ciclo	Básico 2º ciclo	Básico 3º ciclo	Secundário	Pós-secundário e superior
Portugal	6,0%	30,1%	9,5%	15,6%	19,7%	19,2%
Norte	5,7%	32,7%	11,6%	15,4%	17,7%	16,8%
Tâmega e Sousa	6,9%	37,5%	14,5%	16,2%	15,3%	9,6%
Amarante	7,9%	38,2%	10,5%	14,8%	16,1%	12,6%
Baião	10,7%	42,8%	11,6%	14,7%	13,0%	7,1%
Castelo de Paiva	6,0%	32,9%	20,8%	17,0%	14,8%	8,5%
Celorico de Basto	11,0%	37,1%	13,0%	15,2%	14,6%	9,1%
Cinfães	10,2%	42,1%	15,8%	12,6%	12,6%	6,6%
Felgueiras	5,6%	37,5%	14,0%	17,0%	16,2%	9,7%
Lousada	5,7%	35,7%	16,2%	18,4%	15,2%	8,9%
M. Canaveses	6,3%	37,2%	15,4%	16,3%	15,4%	9,4%
Paços de Ferreira	4,5%	37,5%	17,8%	16,3%	14,7%	9,2%
Penafiel	5,9%	35,7%	14,2%	17,1%	16,7%	10,4%
Resende	14,8%	41,1%	9,8%	12,9%	13,2%	8,2%

Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal, CIM TS, 2014

Uma tentativa de ordenação da posição relativa dos restantes concelhos, em matéria de escolaridade, afigura-se mais complexa. Amarante tem a maior percentagem de residentes que completaram o ensino pós-secundário ou superior (12,6%) mas não se encontra entre os concelhos com situação mais favorável quanto aos residentes que não foram além do ensino básico. Com 46,1% surge, logo depois de Celorico de Basto e dos três concelhos anteriormente mencionados, na quinta pior situação a esse nível. Já Castelo de Paiva é o concelho com menor percentagem de população que não foi além do 1º ciclo do ensino básico (38,9%) mas, com apenas 8,5%, é também o quarto concelho com menor percentagem de população a completar estudos pós-secundários e superiores. Os concelhos do Sousa situam-se, em geral, entre os que têm menores percentagens de população apenas com o 1º ciclo do ensino básico mas não se afastam significativamente da média quanto à percentagem dos que completaram estudos pós-secundários ou superiores. O Marco de Canaveses encontra-se, em ambos os aspetos, muito próximo da média.

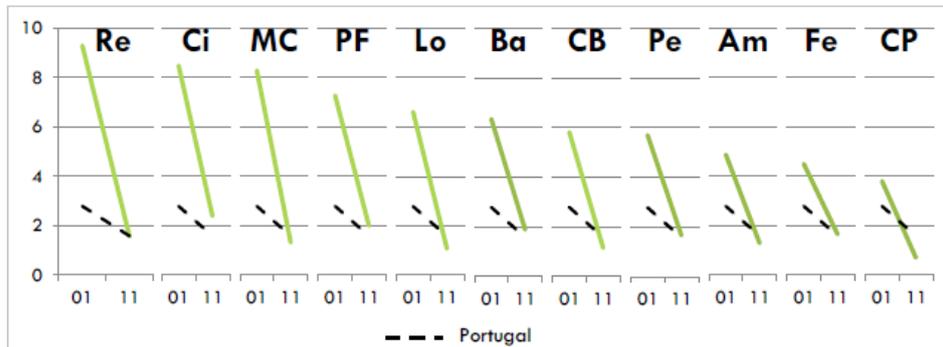
Segmentando a população por escalão etário, constata-se que a desvantagem educativa do Tâmega e Sousa é tanto mais acentuada quanto maior a idade da população. No escalão das pessoas com 65 ou mais anos, as que não têm nenhum nível de escolaridade têm um peso na população do Tâmega e Sousa que é 150% do que têm a nível nacional. Neste escalão etário, todos os outros níveis de escolaridade estão sub-representados, sendo o peso das pessoas que atingiram o ensino secundário ou superior apenas 25% a 30% do verificado a nível nacional.

Entre os 45 e os 64 anos, o Tâmega e Sousa continua a estar sub-representado no ensino secundário (43%) e superior (33%), embora ligeiramente menos do que no escalão anterior. Continua, igualmente, a estar sobre representado quanto à população sem nenhum nível de escolaridade (115%), embora em muito menor medida do que entre os mais velhos, e passa a está-lo também no ensino básico (123%). Descendo ao escalão dos 25 aos 44 anos, a desvantagem do Tâmega e Sousa diminui substancialmente no que respeita ao ensino secundário, onde atinge uma percentagem da população correspondente a dois terços da média nacional. A sobre representação da população sem nenhum nível de escolaridade reduz-se acentuadamente (107%) mas aumenta muito a da população que completou algum dos ciclos do básico (163%).

Finalmente, na população entre os 15 e os 24 anos, o Tâmega e Sousa quase anula a sua desvantagem relativa a nível de ensino secundário (97%) e reduz consideravelmente a registada a nível de ensino superior (70%). Também passa a ter uma percentagem da população sem nenhum nível de escolaridade abaixo da média nacional (88%) mas mantém uma considerável sobre representação da que não vai além do ensino básico (135%).

Estes indicadores comprovam existência de um processo, claro mas muito lento, de convergência dos níveis de escolaridade da população do Tâmega e Sousa com a média nacional.

Figura 12 - Abandono escolar entre os 10 e os 15 anos



Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal, CIM TS, 2014

A redução do abandono escolar é um elemento central neste processo. O Tâmega e Sousa fez progressos muito significativos nesta matéria, desde o início do século.

Em 2001, todos os concelhos da CIM tinham níveis de abandono escolar entre os 10 e os 15 anos acima da média nacional, excedendo-a por uma margem que variava entre um mínimo de 36% em Castelo de Paiva e um máximo de 233% em Resende. Dez anos depois, a situação é radicalmente diferente. Todos os concelhos conseguiram reduzir acentuadamente o abandono escolar, em percentagens que variam entre 64% em Felgueiras e 84% em Lousada e no Marco de Canaveses. Seis deles (Amarante, Celorico de Basto, Castelo de Paiva, Marco de Canaveses, Lousada, Resende) têm já níveis de abandono escolar inferiores à média nacional, sendo de destacar o nível particularmente baixo atingido em Castelo de Paiva.

À data do último censo, a generalidade dos concelhos do Tâmega e Sousa tinham alcançado níveis de taxa bruta de frequência do pré-escolar próximos da média nacional, aproximando-se de uma completa cobertura da população: os valores mais baixos registavam-se em Amarante, Baião e Cinfães mas nenhum deles ficava abaixo de 80%, quando a média nacional era de 90,9%. No ensino básico, todos os concelhos tinham índices que denotavam a completa cobertura da população. No entanto, alguns deles apresentavam níveis de retenção e desistência significativos.

Quadro 34 - Indicadores escolares, por município (2011/2012)

	Pré-escolar		Básico	Secundário	
	Tx. bruta de frequência	Tx. bruta escolarização	Retenção e desistência (%)	Tx. bruta escolarização	Transição e conclusão (%)
Portugal	90,9	117,9	9,9	124,9	79,9
Norte	93,9	117,2	8,4	122,4	83,0
Amarante	80,1	130,0	5,4	140,2	86,7
Baião	83,2	116,6	13,9	78,1	81,0
Castelo P.	109,0	118,6	12,5	95,0	82,7
Celorico B.	86,2	110,1	7,76	106,4	87,4
Cinfães	83,9	125,7	8,3	88,2	89,9
Felgueiras	85,6	116,1	10,5	103,1	81,1
Lousada	87,7	113,4	9,6	74,8	82,5
Marco C.	93,7	112,8	7,6	85,0	84,7
Paços F.	89,0	116,5	11,1	81,5	81,0
Penafiel	92,3	117,0	7,6	86,8	82,9
Resende	101,0	113,9	7,0	86,7	80,1

Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal, CIM TS, 2014

Já a nível do ensino secundário, apenas 3 concelhos do Tâmega e Sousa (Amarante, Celorico de Basto e Felgueiras) atingiram já níveis de 100, indicando a completa cobertura da população no escalão etário correspondente. Em contrapartida, Baião e Lousada apresentam ainda valores abaixo de 80, sugerindo continuar a existir um número considerável de jovens com idade para o fazerem que não frequentam este nível de ensino. Todos os concelhos da comunidade intermunicipal apresentam, contudo, taxas de transição e conclusão mais favoráveis do que a média nacional.

A adequação da oferta educativa à procura e às expectativas da população é um elemento indispensável no combate ao insucesso e ao abandono escolar, sendo a oferta de cursos vocacionados para a aproximação ao mercado de trabalho um importante contributo nesse sentido. No Tâmega e Sousa, no ano letivo de 2011/2012, 9,5% dos matriculados no 3º ciclo do ensino básico estavam inscritos em cursos de educação e formação, percentagem que excede ligeiramente a média nacional. Estes cursos foram particularmente frequentados em Baião, Celorico de Basto, Cinfães e Marco de Canaveses. Pelo contrário, em Penafiel e Resende, apenas cerca de 7% dos alunos se inscreveram em cursos desta natureza.

Os cursos de educação e formação existem também, mas com pouca expressão, no ensino secundário. Neste nível de ensino, no entanto, o ensino profissional capta já uma significativa percentagem dos alunos: no Tâmega e Sousa, são cerca de 35%, percentagem ligeiramente mais alta do que a média nacional e regional. Os níveis mais elevados de frequência são em Celorico de Basto, Castelo de Paiva e Cinfães, onde rondam os 50%. Em contrapartida, em Amarante, são de apenas 26% e em Lousada, Paços de Ferreira e Penafiel rondam os 30%.

Quadro 35 - Modalidades de educação/formação orientadas para jovens, por município: percentagem dos matriculados em cada ciclo de ensino (2011/2012)

	3º ciclo – Básico		Ensino secundário	
	C. Prof.	C. Educ. Form.	C. Prof.	C. Educ. Form.
Portugal	0,1%	9,2%	32,6%	0,6%
Norte	0,2%	9,8%	33,8%	0,4%
Tâmega e Sousa	0,0%	9,5%	34,9%	0,0%
Amarante	0,0%	9,4%	25,9%	0,0%
Baião	0,0%	16,8%	38,6%	0,0%
Castelo de Paiva	0,0%	8,3%	49,8%	0,0%
Celorico de Basto	0,0%	13,1%	52,0%	0,0%
Cinfães	0,0%	11,0%	46,5%	0,0%
Felgueiras	0,0%	8,9%	42,9%	0,0%
Lousada	0,0%	9,6%	29,2%	0,0%
Marco de Canaveses	0,0%	10,4%	35,9%	0,0%
Paços de Ferreira	0,0%	9,1%	30,9%	0,0%
Penafiel	0,0%	7,5%	30,9%	0,0%
Resende	0,0%	6,8%	38,1%	0,0%

Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal, CIM TS, 2014

Dado o ritmo inevitavelmente lento com que a educação dos jovens se refletirá nas qualificações médias da população ativa, a educação e formação de adultos pode dar um contributo relevante para atenuar as desvantagens que o Tâmega e Sousa apresenta nestes domínios.

No ensino secundário, o Tâmega e Sousa tem uma percentagem da população a frequentar cursos vocacionados para adultos que se aproxima da média nacional de 0,7%. Celorico de Basto com 1,86% apresenta o valor mais elevado, seguido por Baião, com 1,01%. Em contrapartida, os dados disponíveis indicam não existir adultos a frequentar cursos desta natureza em Resende. No 3º ciclo do ensino básico, Cinfães lidera, com 1,82%, seguido de Celorico, Amarante e Penafiel. Resende é, novamente, o concelho em que a frequência de cursos para adultos é menos frequente.

A população do Tâmega e Sousa tem, portanto, níveis de escolarização inferiores à média da Região Norte e do país. Esse défice é menos acentuado entre os jovens mas ao ritmo da substituição natural das populações persistirá ainda por muitos anos. Ao nível do ensino básico, o Tâmega e Sousa conseguiu já alinhar-se com os padrões nacionais de abandono escolar. No entanto, no ensino secundário, as taxas de escolarização carecem ainda de reforço.

Quadro 36 - Percentagem da população com 15 anos ou mais matriculada em modalidades de educação/formação orientadas para adultas/os, por município (2011/2012)

	1º ciclo Básico	2º ciclo Básico	3º ciclo Básico	Secundário
Portugal	0,03%	0,16%	0,58%	0,70%
Norte	0,02%	0,22%	0,74%	0,75%
Tâmega e Sousa	0,02%	0,24%	1,04%	0,73%
Amarante	0,01%	0,22%	1,42%	0,94%
Baião	0,10%	0,34%	0,56%	1,01%
Castelo de Paiva	0,00%	0,00%	0,52%	0,35%
Celorico de Basto	0,11%	0,46%	1,46%	1,86%
Cinfães	0,00%	0,63%	1,82%	0,49%
Felgueiras	0,00%	0,31%	0,71%	0,88%
Lousada	0,00%	0,19%	0,78%	0,41%
Marco de Canaveses	0,03%	0,16%	0,82%	0,39%
Paços de Ferreira	0,01%	0,28%	1,06%	0,64%
Penafiel	0,01%	0,14%	1,38%	0,86%
Resende	0,00%	0,00%	0,16%	0,00%

Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal, CIM TS, 2014

O território escolar no concelho de Marco de Canaveses está organizado em quatro Agrupamentos Escolares e conta, ainda, com três Escolas Profissionais que dão resposta a uma população de 10.440 indivíduos, registados em 2012 (fonte PORDATA).

Relativamente ao ano de 2009, podemos constatar uma diminuição significativa do número de alunos matriculados neste concelho, seguindo a tendência da região Norte.

A maior diferença registada situa-se ao nível do 1º ciclo, com um diferencial de 466 alunos inscritos, logo seguinte do 3º ciclo, com 441 alunos e do 2º ciclo, com 305 alunos. No quadro que apresenta podemos constatar o número de alunos matriculados nos diferentes graus de ensino nos anos de 2009 e 2012.

Quadro 37 - Alunos matriculados no ensino pré-escolar, básico e secundário: total e por nível de ensino, em 2009 e 2012

Território	Nível de ensino													
	Total		Educação pré-escolar		Ensino Básico 1º ciclo		Ensino básico 2º ciclo		Ensino básico 3º ciclo		Ensino Secundário		CET	
	2009	2012	2009	2012	2009	2012	2009	2012	2009	2012	2009	2012	2009	2012
Portugal	x	1.844.419	x	272547	x	454003	x	266095	x	437713	x	411238	x	2823
Norte	761.859	661.737	94920	94053	173744	155903	100275	95425	210148	163922	182596	151683	176	751
Marco Canaveses	11.811	10.440	1600	1593	3026	2560	1878	1573	3264	2823	2043	1891	-	-

Fonte: PORDATA

Os estabelecimentos de educação/ensino existentes no concelho de Marco de Canaveses contemplam, entre o público e privado, 55 respostas de pré-escolar, 43 de 1º ciclo, quatro de 2º ciclo, 8 de 3º ciclo 3 cinco de ensino secundário.

Existem, ainda, três estabelecimentos de ensino profissional, que apesar de não estarem representados no próximo quadro, fazemos referência, pois constituem uma resposta importante ao nível da educação/formação profissional neste concelho.

Quadro 38 - Estabelecimentos de educação/ensino, segundo nível de ensino e natureza institucional

Território	Educação pré-escolar	Ensino Básico 1º ciclo	Ensino básico 2º ciclo	Ensino básico 3º ciclo	Ensino Secundário
Portugal	2462	1867	374	516	329
Tâmega e Sousa	425	372	52	73	43
Marco de Canaveses	55	43	4	8	5

Fonte: INE, Censos 2011

No que respeita aos estabelecimentos da rede pública existentes no concelho, apresentamos nos quadros seguintes o número de alunos por estabelecimento e ciclo de ensino, no ano letivo 2014/2015, no concelho do Marco de Canaveses.

Quadro 39 - Número de alunos por agrupamento de escolas e ciclo de ensino, ano letivo 2014/2015, no concelho do marco de canaveses

59

Escola/Agrupamento	Pré- Escolar	1º CEB	2º CEB	3º CEB	Ensino Secundário			Total
					CEF	Secundário	Profissional	
Agrupamento de Escolas de Alpendorada	370	595	540	195	x	405	161	2266
Agrupamento de Escolas de Sande	196	410	168	339	x	x	x	1113
Agrupamento de Escolas do Marco de Canaveses	568	937	479	331	0	0	0	2315
Agrupamento de Escolas nº 1 do Marco de Canaveses	222	367	186	544	22	643	316	2300
Escola Profissional de Agricultura MC	x	x	x	x	106	x	238	344
Escola Profissional de Arqueologia	x	x	x	x	20	x	51	71
Escola Profissional Centro de Estudo e Trabalho da Pedra	x	x	x	x	x	x	x	98
Totais	1356	2309	1373	1409	148	1048	766	8409

Fonte: Agrupamentos Escolares concelhios

Quadro 40 - Estabelecimentos de ensino pré-escolar, por freguesia, número de turmas e número de alunos, no ano letivo 2014/2015

	Freguesia	Nº escolas	Nº Turmas	Nº alunos
Alpendorada	Alpendorada, Várzea e Torrão	7	13	230
	Favões	1	1	18
	Vila Boa do Bispo	1	4	55
Marco de Canaveses	Avessadas	1	2	31
	Marco	8	18	344
	Sobretâmega	1	2	34
	Soalhães	4	5	95
	Tabuado	1	2	32
	Várzea, Aliviada e Folhada	3	3	50
	Nº 1 Marco de Canaveses	Banho e Carvalhosa	2	2
	Constance	2	3	56
	Livração	2	2	31
	Vila Boa de Quires	3	6	120
Sande	Bem Viver	1	2	40
	Paredes de Viadores e Manhucelos	2	2	35
	Penhalonga e Paços de Gaiolo	4	4	71
	Sande e S. Lourenço do Douro	3	4	77
	Total		46	73

Fonte: Agrupamentos Escolares concelhios

Quadro 42 - Níveis de escolaridade dos residentes com 15 ou mais anos de idade, por município (2011) 61

	Básico		Básico	Básico	Secundário	Pós-secundário
	1º ciclo		2º ciclo	3º ciclo		e superior
Portugal	6,0%	30,1%	9,5%	15,6%	19,7%	19,2%
Norte	5,7%	32,7%	11,6%	15,4%	17,7%	16,8%
Tâmega e Sousa	6,9%	37,5%	14,5%	16,2%	15,3%	9,6%
Amarante	7,9%	38,2%	10,5%	14,8%	16,1%	12,6%
Baião	10,7%	42,8%	11,6%	14,7%	13,0%	7,1%
Castelo de Paiva	6,0%	32,9%	20,8%	17,0%	14,8%	8,5%
Celorico de Basto	11,0%	37,1%	13,0%	15,2%	14,6%	9,1%
Cinfães	10,2%	42,1%	15,8%	12,6%	12,6%	6,6%
Felgueiras	5,6%	37,5%	14,0%	17,0%	16,2%	9,7%
Lousada	5,7%	35,7%	16,2%	18,4%	15,2%	8,9%
M. Canaveses	6,3%	37,2%	15,4%	16,3%	15,4%	9,4%
Paços de Ferreira	4,5%	37,5%	17,8%	16,3%	14,7%	9,2%
Penafiel	5,9%	35,7%	14,2%	17,1%	16,7%	10,4%
Resende	14,8%	41,1%	9,8%	12,9%	13,2%	8,2%

Fonte: Agrupamentos Escolares concelhios

Quadro 43 - Indicadores escolares, por município (2011/2012)

	Pré-escolar		Básico		Secundário
	Tx. bruta de frequência	Tx. bruta escolarização	Retenção e desistência (%)	Tx. bruta escolarização	Transição e conclusão (%)
Portugal	90,9	117,9	9,9	124,9	79,9
Norte	93,9	117,2	8,4	122,4	83,0
Amarante	80,1	130,0	5,4	140,2	86,7
Baião	83,2	116,6	13,9	78,1	81,0
Castelo P.	109,0	118,6	12,5	95,0	82,7
Celorico B.	86,2	110,1	7,76	106,4	87,4
Cinfães	83,9	125,7	8,3	88,2	89,9
Felgueiras	85,6	116,1	10,5	103,1	81,1
Lousada	87,7	113,4	9,6	74,8	82,5
Marco C.	93,7	112,8	7,6	85,0	84,7
Paços F.	89,0	116,5	11,1	81,5	81,0
Penafiel	92,3	117,0	7,6	86,8	82,9
Resende	101,0	113,9	7,0	86,7	80,1

Fonte: INE (Anuário Estatístico da Região Norte 2013).

Quadro 44 - Taxa de abandono escolar (%) por Local de residência (à data dos Censos 2001 e 2011)

Local de residência	2001	2011
Portugal	2,79	1,58
Continente	2,71	1,54
Tâmega	6,20	1,51
Castelo de Paiva	3,80	0,70
Celorico de Basto	5,82	1,16
Amarante	4,88	1,28
Baião	6,34	1,89
Felgueiras	4,50	1,64
Lousada	6,61	1,08
Marco de Canaveses	8,28	1,31
Paços de Ferreira	7,27	1,99
Penafiel	5,70	1,67
Cinfães	8,48	2,39
Resende	9,30	1,56

Fonte: Plano de Desenvolvimento Social Supraconcelhio do Tâmega e Sousa, Junho de 2015

O contexto de alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos introduz novos desafios à capacidade das escolas fixarem os jovens em trajetórias escolares mais longas, bem-sucedidas e, em muitos casos, capazes de impulsionar o interesse vocacional por determinada área de atividade.

O Tâmega, com uma taxa de 96,3%, é a NUTS III da Região do Norte com o nível mais baixo de escolarização no Ensino Secundário, a uma distância ainda significativa em relação às restantes NUTS III deste espaço regional.

Quadro 45 - Taxa bruta de escolarização no ensino secundário (%), por Localização geográfica

	2004/05	2010/11
Portugal	107,6	134,9
Continente	108,3	136,3
Norte	93,7	131,7
Minho-Lima	102,9	169,6
Cávado	101,7	138,3
Ave	87,1	114,3
Grande Porto	107,4	147,7
Tâmega	64,9	96,3
Entre Douro e Vouga	82,6	116,8
Douro	102,2	152,3
Alto Trás-os-Montes	102,8	149,2

Fonte: Plano de Desenvolvimento Social Supraconcelhio do Tâmega e Sousa, Junho de 2015

Quadro 46 - Proporção de alunos matriculados no ensino secundário em ofertas qualificantes, por concelho, ano letivo 2011/2012

Modalidade	AM	B	CP	CB	CF	FG	LS	MC	PF	PN	RS	T e S
Científico-humanístico	1.007	245	305	288	309	1.275	942	1.101	1.095	1.432	155	9.563
Prof. qualificante	1.585	186	223	211	349	994	479	882	746	834	231	6.400
<i>Profissional</i>	701	165	223	211	244	935	447	687	460	626	153	5.144
<i>Aprendizagem</i>	88	21	0	0	105	59	32	195	286	208	78	1.256
Total	2.592	431	528	499	658	2.269	1.421	1.983	1.841	2.266	386	15.963
Proporção prof. qualificante (%)	61,15	43,16	42,23	42,28	53,04	43,81	33,71	44,48	40,52	36,80	59,84	40,09

Fonte: Plano de Desenvolvimento Social Supraconcelhio do Tâmega e Sousa, Junho de 2015

1.1. ENSINO PROFISSIONAL

64

A adequação da oferta educativa à procura e às expectativas da população é um elemento indispensável no combate ao insucesso e ao abandono escolar, sendo a oferta de cursos vocacionados para a aproximação ao mercado de trabalho um importante contributo nesse sentido. No Tâmega e Sousa, no ano letivo de 2011/2012, 9,5% dos matriculados no 3º ciclo do ensino básico se inscreveram em cursos de educação e formação, percentagem que excede ligeiramente a média nacional. Estes cursos foram particularmente frequentados em Baião, Celorico de Basto, Cinfães e neste concelho. Pelo contrário, em Penafiel e Resende, apenas cerca de 7% dos alunos se inscreveram em cursos desta natureza.

Os cursos de educação e formação existem também, mas com pouca expressão, no ensino secundário. Neste nível de ensino, no entanto, o ensino profissional capta já uma significativa percentagem dos alunos: no Tâmega e Sousa, são cerca de 35%, percentagem ligeiramente mais alta do que a média nacional e regional. Em Marco de Canaveses, os valores também se situam acima das médias nacional e regional.

Quadro 47 - Modalidades de educação/formação orientadas para jovens, por município: percentagem dos matriculados em cada ciclo de ensino (2011/2012)

	3º ciclo – Básico		Ensino secundário	
	C. Prof.	C. Educ. Form.	C. Prof.	C. Educ. Form.
Portugal	0,1%	9,2%	32,6%	0,6%
Norte	0,2%	9,8%	33,8%	0,4%
Tâmega e Sousa	0,0%	9,5%	34,9%	0,0%
Amarante	0,0%	9,4%	25,9%	0,0%
Baião	0,0%	16,8%	38,6%	0,0%
Castelo de Paiva	0,0%	8,3%	49,8%	0,0%
Celorico de Basto	0,0%	13,1%	52,0%	0,0%
Cinfães	0,0%	11,0%	46,5%	0,0%
Felgueiras	0,0%	8,9%	42,9%	0,0%
Lousada	0,0%	9,6%	29,2%	0,0%
Marco de Canaveses	0,0%	10,4%	35,9%	0,0%
Paços de Ferreira	0,0%	9,1%	30,9%	0,0%
Penafiel	0,0%	7,5%	30,9%	0,0%
Resende	0,0%	6,8%	38,1%	0,0%

Fonte: Agrupamentos Escolares concelhios

Ao nível do concelho, a expressão da oferta e procura ao nível dos cursos profissionalizantes é relevante, na medida em que 914 jovens frequentam essa tipologia de ensino, 148 nas modalidades de Curso de educação e Formação e 766 em cursos de Formação Profissional. Estes cursos funcionam em escolas especializadas como é o caso das três escolas profissionais situadas no concelho e em Agrupamentos escolares, nomeadamente estabelecimentos que ministram ao nível do 3º ciclo e secundário.

Durante o ano lectivo 2014/2015, na MULTIFORMACTIVA frequentaram 129 jovens em cursos de formação profissional (sistema Aprendizagem, cursos que conferem equivalência ao 12º ano de escolaridade e um nível 4 de qualificação profissional), 65 dos quais concluíram o curso com aproveitamento, tendo sido já certificados.

Quadro 48 – Número de alunos por Agrupamento de Escolas e ciclo de ensino, que frequentam cursos Educação e Formação (CEF) e cursos de Formação Profissional, no ano letivo 2014/2015, no concelho do Marco de Canaveses

Escola/Agrupamento	Nível de Ensino		Total
	CEF	Profissional	
Agrupamento de Escolas de Alpendorada	x	161	161
Agrupamento de Escolas de Sande	x	x	x
Agrupamento de Escolas do Marco de Canaveses	0	0	0
Agrupamento de Escolas nº 1 do Marco de Canaveses	22	316	338
Escola Profissional de Agricultura MC	106	238	344
Escola Profissional de Arqueologia	20	51	71
Escola Profissional Centro de Estudo e Trabalho da Pedra	x	x	98
Totais	148	766	914

Fonte: Agrupamentos Escolares concelhios

CAPITULO IV

1. INCLUSÃO SOCIAL

67

Nesta caracterização estão reunidos um conjunto de instrumentos que visam criar condições de maior equidade social no acesso a direitos de participação cívica, à qualificação e educação e ao mercado de trabalho. As políticas de apoio à inserção social e profissional de pessoas em situação de desfavorecimento e de promoção de uma cidadania mais activa e alargada constituem prioridade deste capítulo na prevenção e reparação de fenómenos de exclusão social.

O combate à pobreza e exclusão social é então uma das principais áreas de intervenção contempladas na inclusão social, privilegiando o desenvolvimento de respostas integradas que permitam uma estreita articulação.

No Tâmega e Sousa são tidas em conta, e cruzadas, duas linhas de análise, como:

- Por um lado, os principais grupos humanos com problemas sociais que carecem de resposta;
- Por outro, os principais agentes que já respondem, ou poderão vir a responder, a esses problemas e as necessidades de desenvolvimento da sua atuação.

O Quadro seguinte retrata os principais meios de vida da população do Tâmega e Sousa, de acordo com os Censos de 2011.

Quadro 49 - Distribuição da população com 15 ou mais anos de acordo com o principal meio de vida (2011)

	Rendimento do trabalho	Rendimento da propriedade ou da empresa	Proteção social	A cargo da família
Portugal	48,23	0,45	33,08	15,38
Continente	48,18	0,46	33,34	15,19
Tâmega e Sousa	47,36	0,34	28,99	20,13
Amarante	45,12	0,39	28,98	22,35
Baião	36,84	0,26	35,67	23,62
Castelo de Paiva	43,16	0,26	32,49	21,46
Celorico de Basto	40,09	0,36	34,15	20,47
Cinfães	34,59	0,29	38,14	22,57
Felgueiras	54,09	0,33	26,98	15,76
Lousada	53,11	0,33	25,76	17,70
Marco de Canav.	44,45	0,28	29,34	26,67
Paços de Ferreira	53,37	0,40	25,59	17,81
Penafiel	49,41	0,28	27,03	20,81
Resende	34,70	0,94	36,04	22,81

Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal, CIM TS, 2014

Esta informação sugere a existência de três grupos distintos de concelhos, nesta matéria:

- Em Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira, mais de metade dessa população tem como principal meio de vida o rendimento do trabalho, estando Penafiel ligeiramente abaixo do 50%;

- Em Castelo de Paiva, Amarante e Marco de Canaveses as percentagens dessa população que têm como principal meio de vida o rendimento do trabalho ou alguma forma de proteção social (pensões de reforma, subsídio de desemprego, subsídio por acidente de trabalho ou doença profissional, rendimento social de inserção, outros subsídios temporários e apoio social) estão ambas abaixo da média nacional, acontecendo o contrário com a percentagem de população que tem como principal meio de vida o apoio da família;

- Em Celorico de Basto, Baião, Cinfães e Resende as percentagens dessa população que têm como principal meio de vida alguma forma de proteção, ou o apoio da família, são ambas superiores à média nacional.

É, pois, nos concelhos menos industrializados e mais interiores que os mecanismos de proteção social e o apoio familiar têm maior importância como principais meios de vida da população. Nos concelhos mais industrializados e menos interiores a situação é diferente: aí os rendimentos do trabalho são o principal meio de vida da população.

Quadro 50 - Caracterização dos apoios sociais no concelho do marco de canaveses

69

	2001			2011		
	Marco de Canaveses (Município)	Tâmega (NUTS III)	Portugal	Marco de Canaveses (Município)	Tâmega (NUTS III)	Portugal
População residente	52.460	551.405	10.362.722	53.514	550.880	10.557.560
Pensionistas da Segurança Social	8.885	102.990	2.528.926	10.889	118.654	2.943.645
Reformados, aposentados e pensionistas da Caixa Geral de Aposentações	-	-	-	1.029	12.867	591.777
Pensionistas da Segurança Social e da CGA em % da população residente	-	-	-	27,0	28,7	39,4
Com 15 e mais anos						
Beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI)	-	-	-	4.884	34.669	448.107
Beneficiários do RSI em % da população residente	-	-	-	11,1	7,6	5,0
Com 15 e mais anos						
Beneficiários do subsídio de desemprego	565	3.994	110.106	1.466	14.698	261.093
Beneficiários do subsídio de desemprego em % da população residente	1,4	0,9	1,3	3,3	3,2	2,9
Com 15 e mais anos						

Fonte: Retratos de Portugal, PORDATA, 2011

1.1. IDOSOS E SAÚDE MENTAL

70

Apesar dos grandes progressos que aconteceram nas últimas décadas em termos de expansão de equipamentos e serviços de cuidado dos idosos, nomeadamente, as estruturas residenciais para idosos e os serviços de apoio domiciliário, esta rede ainda não é suficientemente densa para cobrir adequadamente as necessidades de apoio a este grupo da população.

Existem também carências em domínios importantes para reduzir a dependência dos idosos, como, por exemplo, centros de convívio, centros de noite com transporte de apoio e bancos de ajudas técnicas. Dito isto, antes de investimentos que possam ainda ser necessários no alargamento da rede, é necessário melhorar a cooperação e a coordenação entre as entidades responsáveis pela oferta existente de maneira a aproveitar em pleno a capacidade já instalada e a desenvolver estruturas e serviços de interesse comum.

Pelo Comando Territorial do Porto – Destacamento Territorial de Amarante da Guarda Nacional Republicana, no âmbito do programa “Idosos em Segurança”, desenvolvido pela Secção de Programas Especiais, foram registados os seguintes dados para o concelho do Marco de Canaveses, no que respeita à população idosa.

Quadro 51 – Distribuição da População Idosa no concelho do Marco de Canaveses no âmbito do Programa Nacional “Idosos em Segurança”

	TOTAL	<75anos	≥75anos	VIVE						
				ISOLADOS	SOZINHO	CASADO	DIVORCIADO	SEPARADO	SOLTEIRO	VIUVO
FEMININO	79	22	57	2	78	0	4	0	21	54
MASCULINO	18	2	16	0	0	2	0	1	1	14
TOTAL	97	24	73	2	78	2	4	1	22	68

Fonte: GNR

No PEDI, refere ainda que na CIM são identificadas carências em domínios importantes para reduzir a dependência dos idosos, como, por exemplo, centros de convívio, centros de noite com transporte de apoio e bancos de ajudas técnicas.

Quadro 52 - Estruturas residenciais para idosos e serviços de apoio domiciliário

	Pop. Res. c/ 65 ou mais anos	Estruturas residenciais			Serviços de apoio domiciliário		
		Nº Equip.	Capacid.	Utentes	Nº Equip.	Capacid.	Utentes
Tâmega e Sousa	60 998	52	1 823	1 611	90	2 815	2 208
Amarante	9 071	3	268	226	13	395	272
Baião	3 834	4	157	138	5	164	152
Castelo de Paiva	2 590	5	114	105	5	215	206
Celorico de Basto	3 823	5	180	175	8	261	217
Cinfães	4 226	6	186	152	7	255	202
Felgueiras	7 352	6	186	142	9	250	213
Lousada	5 231	3	98	95	6	216	124
Marco de Canaveses	6 959	3	158	143	9	232	163
Paços de Ferreira	6 263	3	98	95	9	241	161
Penafiel	9 210	8	209	197	14	383	365
Resende	2 439	6	169	143	5	203	133

Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal, CIM TS, 2014

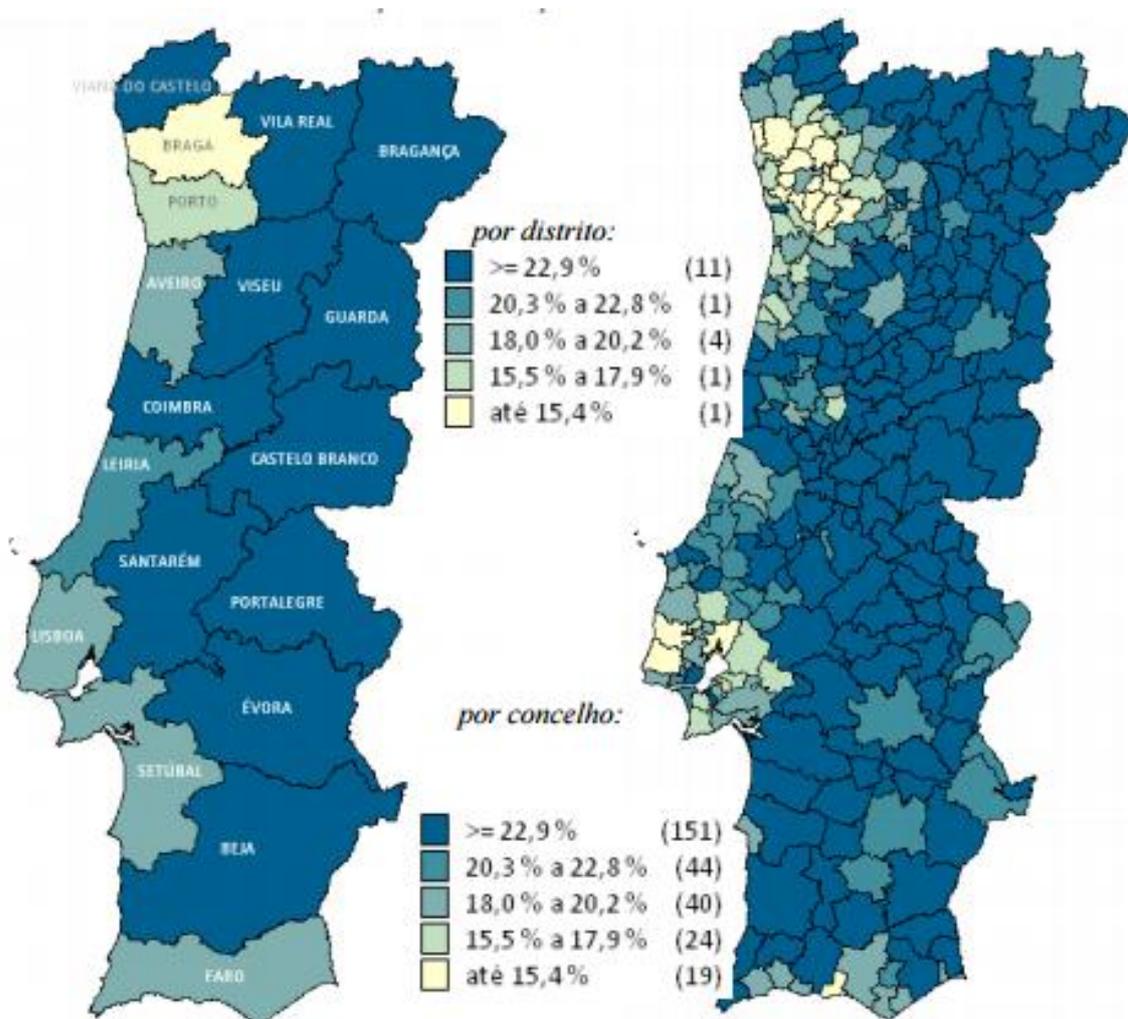
Segundo a informação veiculada na Carta Social 2013, as respostas sociais do âmbito da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (RSES) dirigidas às pessoas idosas evidenciam no período 2000-2013 um desenvolvimento notório (47 %), o que se traduz em mais 2300 novas respostas desde 2000. À semelhança dos anos anteriores, o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) constitui a resposta que tem revelado o maior crescimento (66 %) no âmbito deste grupo-alvo, seguindo-se a Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) (55 %) e o Centro de Dia (32 %). A capacidade das respostas para as Pessoas Idosas tem evidenciado, igualmente, um aumento significativo (53 %) desde 2000, refletindo um incremento superior a 95 700 novos lugares, dos quais 52 700 lugares em SAD. Esta resposta destaca-se neste conjunto, apresentando um crescimento de 108 % entre 2000 e 2013, o que confirma a sua importância na prestação de cuidados à população idosa.

As respostas sociais dirigidas à população idosa encontram-se disseminadas por todo o território continental. Em 2013, do total de concelhos do Continente (278), 227 tinha 10 ou mais respostas em funcionamento dirigidas a esta população. Quanto à natureza jurídica da entidade proprietária destes equipamentos, a oferta de SAD provém principalmente de entidades não lucrativas, designadamente da rede solidária, ainda que nos distritos de Lisboa e Porto o peso da rede lucrativa seja já superior a 20 % do total. Relativamente à resposta ERPI, ainda que as entidades da rede solidária sejam as principais provedoras deste serviço, as entidades lucrativas representam também já mais de 20 % da oferta em 8 distritos.

O peso da população com 65 ou mais anos tem-se intensificado nos últimos anos por todo o território continental. Ainda que se evidenciem assimetrias entre as regiões do interior e do litoral do país, é de destacar que 11 dos 18 distritos do território continental (a nível concelhio 195 dos 278 concelhos) apresentavam em 2013 um peso de população com 65 ou mais anos superior à média do Continente (20,2 %).

O crescente envelhecimento da população idosa coloca em evidência a procura acrescida de respostas de apoio a este grupo-alvo. Da relação entre a distribuição da oferta de lugares nas respostas dirigidas a esta população e a distribuição da população com ≥ 65 anos por distrito destaca-se um saldo positivo na maioria dos distritos a favor da oferta. As áreas metropolitanas de Lisboa e Porto uma vez que registam, em termos absolutos, um maior número de pessoas idosas, apresentam uma maior procura em relação à capacidade disponível.

Figura 13 - Relação entre a População Idosa (≥ 65 anos) e a População Total, por distrito e por concelho 2013

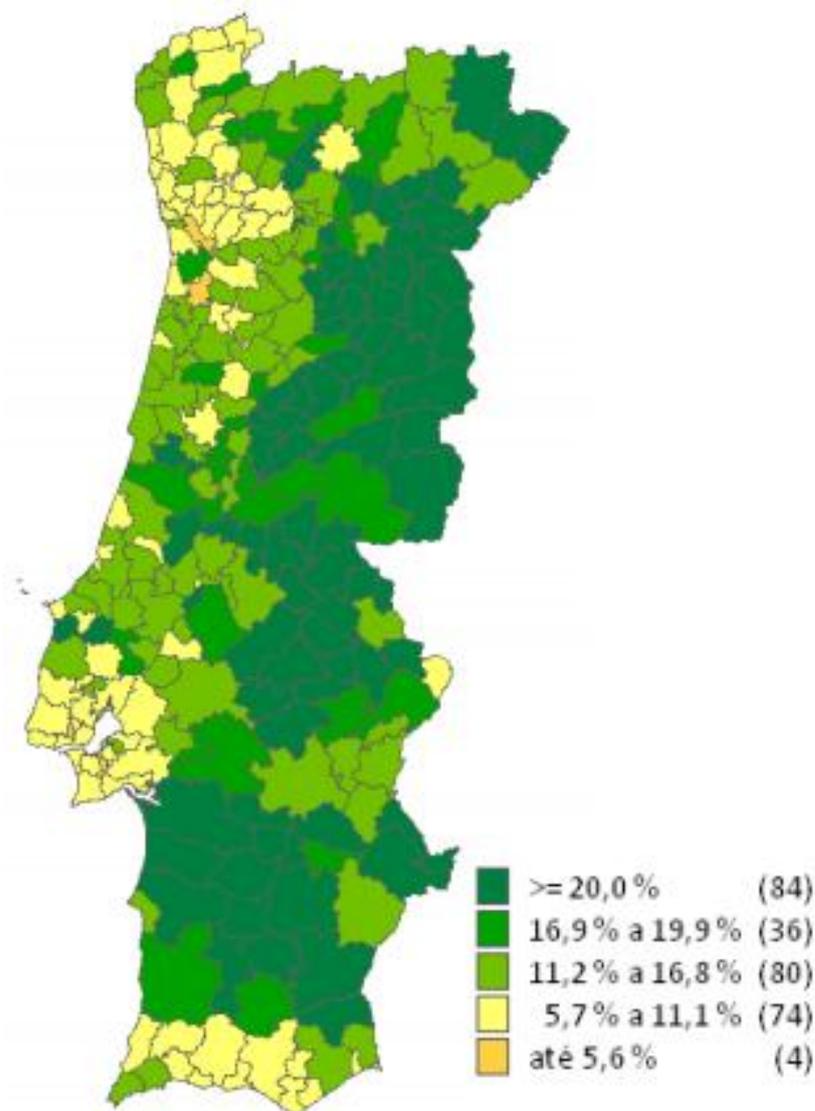


Fonte: Carta social, 2013, Gabinete Estratégia e Planeamento do Ministério da solidariedade Emprego e Segurança Social

A cobertura de respostas sociais dirigidas à população idosa tem evoluído de forma positiva ao longo do período de análise (2006-2013), reflexo do aumento significativo do número de lugares disponíveis nas respostas para esta população. Contudo, atendendo à evolução demográfica e ao agravamento do peso da população ≥ 65 anos, o crescimento da taxa de cobertura tem decorrido de forma lenta. A taxa de cobertura média das principais respostas

para este grupo-alvo situou-se nos 12,6 % em 2013, evidenciando um incremento de 14 % por referência a 2006. A distribuição territorial da cobertura denota, como ficou visível pela distribuição das respostas, alguma assimetria ao longo do território continental. Os concelhos do interior do país, com um peso mais elevado de idosos, registam uma cobertura superior à que é oferecida nos concelhos do litoral. Em 2013, 179 concelhos em 278, registaram uma taxa de cobertura igual ou superior à média do Continente (12,6 %), dos quais 84 apresentaram uma taxa acima dos 20 %.

Figura 14 - Taxa de cobertura das respostas sociais Centro Dia, Residência e Lar de Idosos e Serviço de Apoio Domiciliário, por concelho 2013



Fonte: Carta social, 2013, Gabinete Estratégia e Planeamento do Ministério da Solidariedade Emprego e Segurança Social

Em seguida são apresentados indicadores produzidos pelo Instituto de Segurança Social, no que respeita à Taxa de Cobertura (TC) e Indicador Compósito de Cobertura e Utilização

(ICCUSC), de utilização dos equipamentos sociais dos concelhos do grande porto e Tâmega para as respostas de Centro de Dia (CD), Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI).

74

- Centro de Dia

Concelho	Taxa de cobertura			Taxa de utilização			Indicador composto de cobertura e utilização			Taxa de cobertura da cooperação		
	TC	TCSC	TCS D	TU	TUSC	TUS D	ICCU	ICCUSC	ICCUSD	TCC	TCCSC	TCCSD
Amarante	3,1	48,4	71,0	56,8	85,5	75,1	5,4	56,6	94,6	2,4	60,7	75,3
Baião	5,7	89,7	131,6	47,0	70,7	62,1	12,0	126,7	211,9	2,5	64,5	80,1
Castelo de Paiva	4,1	65,3	65,3	89,1	134,1	116,6	4,6	48,7	56,0	3,7	94,9	74,2
Celorico de Basto	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Cinfães	2,6	41,9	48,6	42,0	63,2	57,9	6,3	66,2	83,9	0,8	21,4	21,6
Felgueiras	4,4	70,2	103,1	56,2	84,6	74,3	7,9	83,0	138,8	3,2	82,0	101,8
Gondomar	2,5	39,4	57,8	85,1	128,0	112,3	2,9	30,8	51,4	2,4	60,7	75,4
Lousada	0,6	10,2	15,0	75,0	112,9	99,1	0,9	9,0	15,1	1,1	26,9	33,5
Maia	3,5	55,5	81,4	77,1	116,0	101,8	4,5	47,8	80,0	2,2	55,3	68,7
Marco de Canaveses	6,1	96,8	142,1	84,8	127,6	112,0	7,2	75,9	126,9	5,2	131,3	163,0
Matosinhos	4,1	64,7	95,0	72,7	109,4	96,0	5,6	59,2	98,9	3,0	75,7	93,9
Paços de Ferreira	7,0	110,7	162,4	76,4	114,9	100,9	9,1	96,3	161,0	5,2	132,6	164,7
Paredes	5,1	81,0	118,9	66,9	100,6	88,3	7,6	80,5	134,6	3,4	86,7	107,6
Penafiel	6,8	107,0	157,1	87,3	131,4	115,3	7,7	81,5	136,2	5,9	150,5	186,9
Porto	7,0	110,4	162,0	80,1	120,5	105,8	8,7	91,6	153,2	5,3	133,3	165,5
Póvoa de Varzim	4,0	62,9	92,3	75,0	112,9	99,1	5,3	55,7	93,1	3,5	89,2	110,7
Resende	2,0	32,3	37,5	100,0	150,5	138,0	2,0	21,4	27,2	2,0	51,6	52,0
Santo Tirso	4,1	64,9	95,2	54,5	82,0	72,0	7,5	79,1	132,3	2,0	50,1	62,2
Valongo	3,3	51,8	76,0	86,4	130,1	114,1	3,8	39,8	66,6	2,1	53,2	66,0
Vila do Conde	3,9	61,4	90,1	76,3	114,8	100,8	5,1	53,5	89,4	2,8	70,9	88,1
Vila Nova de Gaia	3,0	47,0	69,0	79,5	119,7	105,1	3,7	39,3	65,7	2,1	54,3	67,4
Trofa	3,2	51,4	75,5	30,2	45,4	39,9	10,8	113,2	189,2	1,5	38,8	48,2

NOTA: Quanto menor a taxa de utilização, maior a percentagem de lugares vagos face à capacidade.

Quanto maior a diferença entre a taxa de cobertura e a taxa de cobertura da cooperação, maior a capacidade instalada de equipamentos lucrativos e/ou lugares em acordo.

- Serviço de Apoio Domiciliário

75

Concelho	Taxa de cobertura			Taxa de utilização			Indicador composto de cobertura e utilização			Taxa de cobertura da cooperação		
	TC	TCSC	TCSD	TU	TUSC	TUSD	ICCU	ICCUSC	ICCUUSD	TCC	TCCSC	TCCSD
Amarante	4,5	88,0	117,8	67,7	90,1	99,1	6,6	97,7	118,8	2,7	78,5	116,9
Baião	4,3	84,3	112,8	92,7	123,4	135,8	4,6	68,3	83,1	4,1	120,2	179,1
Castelo de Paiva	8,2	160,9	182,1	95,8	127,6	117,7	8,5	126,2	154,7	7,5	219,5	198,1
Celorico de Basto	7,4	146,3	148,8	76,7	102,1	89,3	9,7	143,3	0,0	6,8	199,0	164,9
Cinfães	6,0	118,8	77,9	80,8	107,6	104,5	7,5	110,5	74,5	4,6	133,8	91,9
Felgueiras	3,7	73,4	98,2	76,1	101,3	111,5	4,9	72,5	88,1	2,9	85,8	127,8
Gondomar	2,9	57,3	76,7	70,3	93,6	103,0	4,1	61,2	74,5	2,0	57,0	85,0
Lousada	4,0	78,7	105,3	57,4	76,4	84,1	7,0	103,0	125,2	1,5	44,8	66,7
Maia	3,6	70,3	94,0	57,2	76,1	83,8	6,2	92,3	112,2	1,4	40,9	61,0
Marco de Canaveses	3,2	63,6	85,1	70,3	93,5	102,9	4,6	68,0	82,7	2,5	72,7	108,3
Matosinhos	3,1	61,1	81,8	60,6	80,6	88,7	5,1	75,8	92,1	1,7	50,8	75,7
Paços de Ferreira	3,6	71,6	95,9	66,5	88,6	97,5	5,5	80,9	98,3	2,6	75,4	112,3
Paredes	4,5	88,7	118,8	70,0	93,2	102,5	6,4	95,3	115,8	3,2	92,5	137,8
Penafiel	4,0	78,7	105,3	95,3	126,9	139,6	4,2	62,0	75,4	4,0	115,6	172,2
Porto	5,9	115,7	154,8	65,0	86,5	95,2	9,0	133,7	162,6	3,2	92,4	137,7
Póvoa de Varzim	3,9	76,4	102,2	61,5	81,8	90,1	6,3	93,3	113,4	2,7	77,6	115,6
Resende	8,6	168,9	110,7	65,5	87,2	84,7	13,1	193,6	130,6	3,8	110,9	76,2
Santo Tirso	4,2	82,7	110,7	72,3	96,2	105,9	5,8	85,9	104,5	2,1	62,2	92,7
Valongo	3,2	62,5	83,7	77,0	102,5	112,8	4,1	61,0	74,2	1,8	52,9	78,8
Vila do Conde	2,6	51,3	68,7	85,5	113,8	125,2	3,0	45,1	54,9	2,1	60,4	89,9
Vila Nova de Gaia	2,5	49,7	66,5	66,8	88,9	97,9	3,8	55,9	68,0	1,5	44,3	65,9
Trofa	3,5	69,7	93,3	80,5	107,2	117,9	4,4	65,1	79,1	2,8	81,1	120,8

NOTA: Quanto menor a taxa de utilização, maior a percentagem de lugares vagos face à capacidade.

Quanto maior a diferença entre a taxa de cobertura e a taxa de cobertura da cooperação, maior a capacidade instalada de equipamentos lucrativos e/ou lugares em acordo.

- Estrutura Residencial Para Idosos

Concelho	Taxa de cobertura			Taxa de utilização			Indicador composto de cobertura e utilização			Taxa de cobertura da cooperação		
	TC	TCSC	TCS D	TU	TUSC	TUS D	ICCU	ICCUSC	ICCU S D	TCC	TCCSC	TCC S D
Amarante	6,0	68,3	105,7	84,3	93,6	97,4	7,1	73,0	108,6	5,1	89,4	143,3
Baião	7,6	86,1	133,2	87,9	97,5	101,5	8,6	88,3	131,2	5,7	99,1	158,9
Castelo de Paiva	9,3	105,7	123,3	86,8	96,3	91,9	10,8	109,8	134,2	9,2	160,6	143,0
Celorico de Basto	9,1	102,8	102,7	88,4	98,0	101,8	10,3	104,8	0,0	8,2	144,3	118,1
Cinfães	8,3	93,6	72,3	81,7	90,7	86,0	10,1	103,2	84,1	7,5	132,1	103,3
Felgueiras	5,8	66,1	102,3	72,8	80,8	84,1	8,0	81,8	121,6	4,2	72,8	116,7
Gondomar	2,9	32,8	50,7	82,4	91,5	95,2	3,5	35,9	53,3	1,7	29,6	47,4
Lousada	4,3	48,3	74,7	96,9	107,5	112,0	4,4	44,9	66,7	4,3	74,5	119,5
Maia	8,2	92,7	143,5	88,8	98,5	102,6	9,2	94,1	139,9	2,0	35,3	56,7
Marco de Canaveses	4,6	52,3	80,9	90,5	100,4	104,5	5,1	52,1	77,4	4,1	72,6	116,4
Matosinhos	4,7	52,8	81,6	90,3	100,2	104,3	5,2	52,7	78,3	5,9	102,6	164,4
Paços de Ferreira	3,6	40,8	63,2	96,9	107,5	112,0	3,7	38,0	56,4	3,0	52,8	84,6
Paredes	4,2	47,5	73,4	100,0	110,9	115,5	4,2	42,8	63,6	3,9	67,8	108,7
Penafiel	4,6	52,7	81,5	95,2	105,6	109,9	4,9	49,9	74,1	4,4	77,4	124,1
Porto	5,7	64,8	100,2	83,5	92,7	96,5	6,8	69,9	103,9	2,6	44,7	71,6
Póvoa de Varzim	8,7	98,7	152,8	76,2	84,5	88,0	11,4	116,9	173,7	5,4	95,1	152,4
Resende	13,1	148,7	114,9	84,6	93,9	89,0	15,5	158,4	129,0	8,4	146,8	114,8
Santo Tirso	10,3	116,9	180,9	77,2	85,6	89,1	13,4	136,6	202,9	5,7	99,0	158,8
Valongo	5,7	64,8	100,3	99,1	109,9	114,5	5,8	59,0	87,6	3,8	67,0	107,3
Vila do Conde	7,9	90,0	139,3	92,6	102,7	106,9	8,6	87,7	130,3	5,8	102,1	163,7
Vila Nova de Gaia	5,0	56,9	88,0	88,7	98,4	102,5	5,7	57,8	85,8	2,3	39,7	63,6
Trofa	8,2	92,7	143,4	82,1	91,0	94,8	10,0	101,8	151,3	6,6	115,3	184,8

NOTA: Quanto menor a taxa de utilização, maior a percentagem de lugares vagos face à capacidade.

Quanto maior a diferença entre a taxa de cobertura e a taxa de cobertura da cooperação, maior a capacidade instalada de equipamentos lucrativos e/ou lugares em acordo.

Um domínio comum ao território CIM onde há muitas carências revelando-se um problema que afeta um elevado e crescente de idosos é o da saúde mental, considerando-se que faltam organizações com respostas especializadas para este problema.

77

É ainda identificada insuficiência de formação de técnicos, cuidadores e famílias onde este problema existe, bem como necessidades de outros apoios às famílias onde este problema existe, nomeadamente em termos de transportes para as consultas.

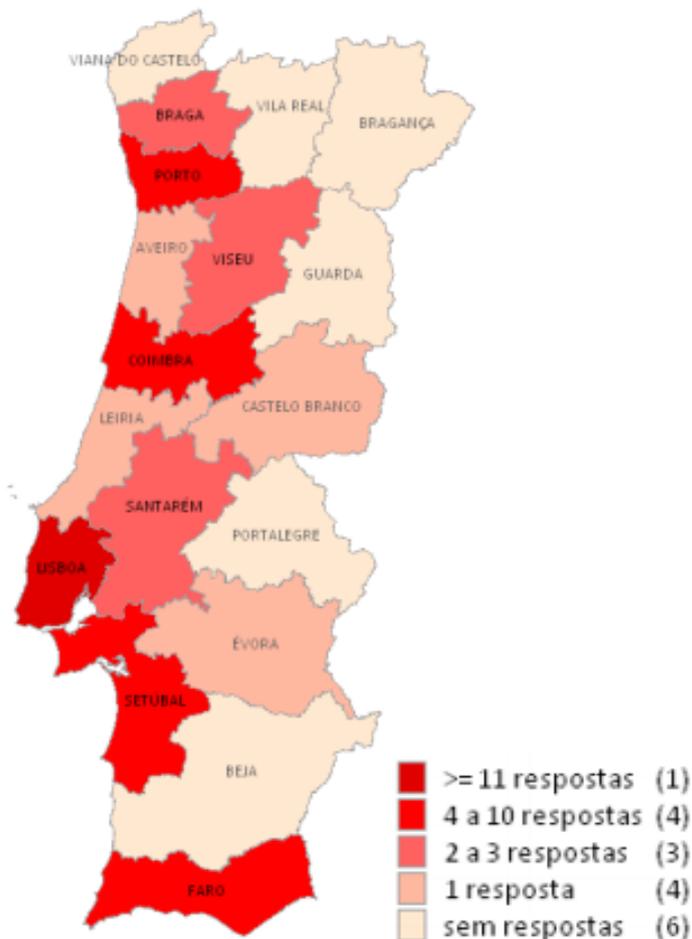
Segundo a Carta Social de 2013, as respostas sociais direcionadas às Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico do âmbito da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (RSES), embora tivessem verificado oscilações entre 2000 e 2013, registam desde 2010 alguma estabilização.

É de salientar, porém, o crescimento contínuo da resposta Fórum Sócio Ocupacional desde 2010 (67 %). No que diz respeito à capacidade instalada, não se verificam grandes alterações na generalidade das respostas, à exceção do Fórum Sócio Ocupacional que regista, à semelhança do número de respostas, um incremento do número de lugares desde 2010 (51 %).

A distribuição de respostas sociais para este grupo-alvo denota algumas disparidades entre os distritos do litoral e interior. Dos 18 distritos do continente, 12 oferecem respostas para esta população-alvo, 5 dos quais apresentam 4 ou mais respostas (Porto, Coimbra, Lisboa, Setúbal e Faro).

A utilização destas respostas tem-se caracterizado por elevados níveis de ocupação entre 2000 e 2013. Em 2013, apenas a resposta Unidade de Vida Apoiada regista uma taxa de utilização abaixo dos 90%.

Figura 15 - Distribuição espacial das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, por distrito 2013



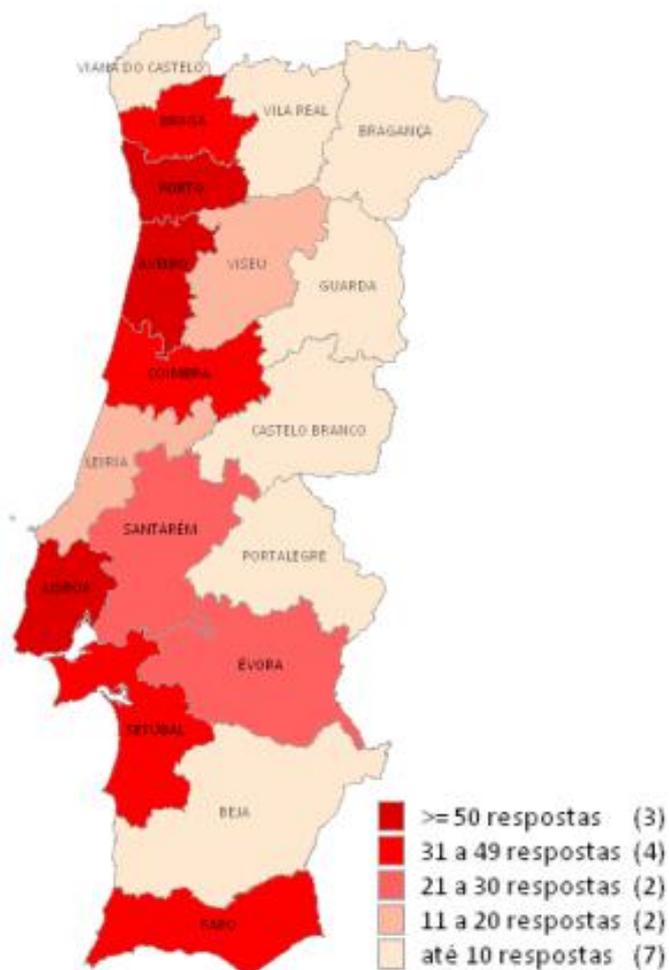
Fonte: Carta social, 2013, Gabinete Estratégia e Planeamento do Ministério da Solidariedade Emprego e Segurança Social

As respostas destinadas à Família e Comunidade, segundo informação da Carta Social de 2013, apresentam desde 2000 um desenvolvimento muito positivo (53 %), comprovando um aumento no apoio aos grupos mais vulneráveis.

A resposta Refeitório/Cantina Social, que ganhou um novo impulso através do Programa de Emergência Social (PES), regista um crescimento particularmente expressivo nos últimos anos, desempenhando um papel muito significativo no apoio à população mais desfavorecida. No que diz respeito à capacidade de resposta destes serviços, o Refeitório/Cantina Social e a Comunidade de Inserção destacam-se neste conjunto com um crescimento de 165 % por comparação ao ano de 2000. A utilização das respostas sociais para esta população-alvo, designadamente do Centro de Alojamento Temporário e Comunidade de Inserção, regista desde 2010 e uma quebra, particularmente o Centro de Alojamento Temporário que depois de

registar sobrelotação em 2010, encontra-se agora com maior ajustamento à capacidade instalada.

Figura 16 - Distribuição espacial das respostas sociais para a Família e Comunidade, por distrito 2013



Fonte: Carta social, 2013, Gabinete Estratégia e Planeamento do Ministério da Solidariedade Emprego e Segurança Social

1.2. INFÂNCIA E JUVENTUDE

80

O aumento da taxa de atividade das mulheres que aconteceu de forma relativamente rápida nas últimas décadas – particularmente, mas não apenas, nos concelhos mais industrializados – andou desfasado de um ritmo mais lento de expansão da rede de equipamentos e serviços de apoio ao cuidado das crianças. O apoio familiar, nomeadamente por parte dos avós, tem permitido cobrir parte das lacunas a este nível, não se revelando suficiente, considerando-se que a escola também não pode, nem deve, suprir todas estas lacunas, a par da carência de políticas na organização do trabalho das empresas deste território orientadas para a conciliação do emprego com a maternidade e a paternidade.

Daqui resultam situações de crianças que não têm o devido acompanhamento familiar, ficando algumas delas em situação de risco, ou, pelo menos, sem um desenvolvimento das suas capacidades cognitivas e não cognitivas que as habilitem para uma vida pessoal e profissional condigna.

Várias das crianças nestas situações acabam por ser jovens com comportamentos desviantes e/ou jovens “nem-nem” (nem trabalham, nem estudam), um problema que tem mais incidência noutras zonas do país.

Quadro 53 – Distribuição de Equipamentos de Creches e ATL's

	Pop. Res. até aos 14 anos	Creches			ATLs		
		Nº Equip.	Capacid.	Utentes	Nº Equip.	Capacid.	Utentes
Tâmega e Sousa	74 151	62	2 306	1 769	50	2 318	1 981
Amarante	9 037	6	283	193	2	90	75
Baião	3 112	3	99	99	1	60	19
Castelo de Paiva	2 703	4	151	137	5	310	286
Celorico de Basto	3 061	4	136	116	4	173	158
Cinfães	3 022	3	111	18	---	---	---
Felgueiras	9 967	10	317	273	7	305	305
Lousada	8 815	6	283	181	5	180	174
Marco de Canaveses	9 655	3	96	91	4	130	97
Paços de Ferreira	10 320	9	312	250	11	576	488
Penafiel	12 756	12	440	336	11	494	379
Resende	1 703	2	78	75	---	---	---

Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal, CIM TS, 2014

Os dados apresentados indiciam uma oferta ainda insuficiente de equipamentos e de serviços de apoio ao cuidado das crianças, se confrontarmos a capacidade instalada com a população infantil. No entanto, comparando o número de utentes com a capacidade há situações de excesso de capacidade decorrentes possivelmente dos seguintes fatores: duplicações de

investimentos em equipamentos e serviços, nomeadamente entre o sector público e o sector privado, nomeadamente ao nível dos ATLS, diminuição da população infantil, desemprego dos pais que, por isso, retiram as crianças das creches e as dificuldades de mobilidade das crianças para acederem a equipamentos e serviços já existentes situados longe do seu local de residência.

Por isso, também aqui, como no caso das respostas sociais dirigidas aos idosos, antes do investimento que possa ainda ser necessários na expansão da rede de equipamentos e serviços, é preciso melhorar a cooperação e a coordenação entre as entidades responsáveis pela oferta já existente de maneira a aproveitar melhor a capacidade já instalada, melhorar a qualidade dos serviços prestados e desenvolver equipamentos e serviços de interesse comum.

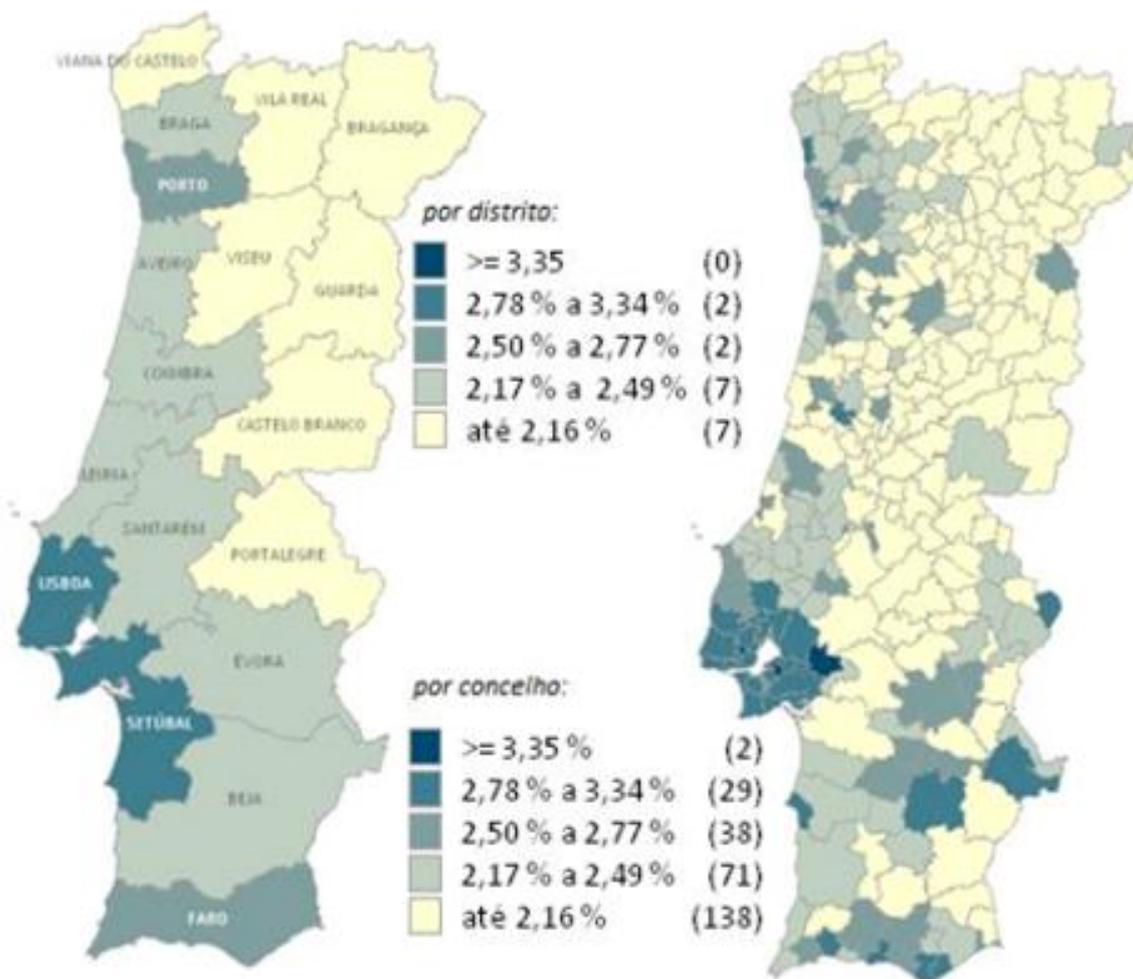
De acordo com a Carta Social de 2013, a taxa de cobertura das respostas sociais de apoio à 1.ª infância (Creche e Ama) registou ao longo dos últimos anos um incremento muito significativo, apresentando um aumento de 73 % no período 2006-2013. No ano de 2013, a taxa de cobertura média de respostas para a primeira infância no Continente fixou-se em 46,2 %, evidenciando um crescimento de 10 % em relação a 2012 (41,8 %), traduzindo um aumento superior a 4500 novos lugares em Creche.

As assimetrias demográficas existentes entre o interior e o litoral do território continental evidenciam-se desde logo no peso da população muito jovem (0-3 anos). Os distritos dispostos ao longo da faixa litoral, continuam a apresentar as maiores percentagens de crianças até aos 3 anos de idade, com particular ênfase a área metropolitana de Lisboa. O interior norte do país evidencia pelo contrário as menores percentagens de crianças, de acordo com a Carta Social de 2013.

Na análise da relação entre a distribuição da oferta de lugares nas respostas para a primeira infância (Creche e Ama) e a distribuição da população até aos 3 anos de idade por distrito, evidencia-se, à exceção de Lisboa, Porto e Setúbal, um peso superior da oferta na maioria dos distritos. O menor peso da oferta em relação à população-alvo nos territórios com maiores percentagens de crianças, traduz níveis de cobertura, ainda, abaixo das necessidades.

De seguida é apresentada a proporção da oferta de serviços e equipamentos para a Primeira Infância, relativamente à população residente de idade até 3 anos a nível do continente, segundo informação disponível na Carta Social elaborada em 2013 pelo Gabinete Estratégia e Planeamento do Ministério da Solidariedade Emprego e Segurança Social.

Figura 17 - Relação entre a população dos 0 aos 3 anos e a população total, por distrito e concelho 2013

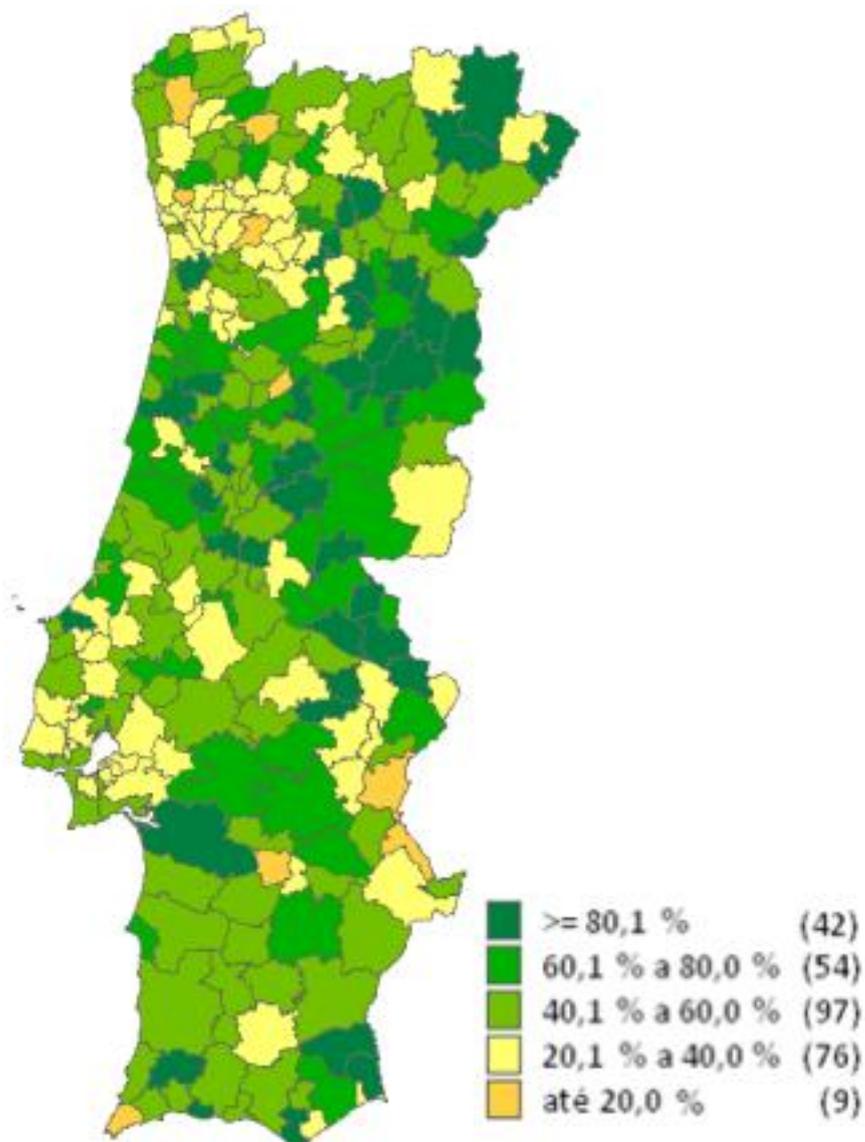


Fonte: Carta social, 2013, Gabinete Estratégia e Planeamento do Ministério da Solidariedade Emprego e Segurança Social

Apesar do efeito da diminuição da população residente até aos 3 anos de idade, o esforço desenvolvido no âmbito do apoio às famílias com crianças a cargo tem-se refletido num ritmo contínuo de crescimento das respostas sociais.

A nível concelhio, do total de concelhos do território continental (278), 193 registaram uma taxa de cobertura acima de 40 %, dos quais 96 registaram uma taxa superior a 60%.

Figura 18 - Taxa de cobertura das respostas sociais Creche e Ama, por concelho 2013



Fonte: Carta social, 2013, Gabinete Estratégia e Planeamento do Ministério da Solidariedade Emprego e Segurança Social

Em seguida são apresentados indicadores produzidos pelo Instituto de Segurança Social, no que respeita à Taxa de Cobertura (TC) e Indicador Compósito de cobertura e Utilização (ICCUSC), de uso dos equipamentos sociais dos concelhos do grande porto e Tâmega para as respostas na primeira infância (Ama e Creche).

- Primeira Infância (Ama e Creche)

Concelho	Taxa de cobertura			Taxa de utilização			Indicador composto de cobertura e utilização			Taxa de cobertura da cooperação		
	TC	TCSC	TCSD	TU	TUSC	TUSD	ICCU	ICCUSC	ICCUUSD	TCC	TCCSC	TCCSD
Amarante	24,2	52,4	75,6	68,9	84,7	85,1	35,1	61,8	88,9	17,4	59,9	94,9
Baião	36,2	78,4	113,1	89,8	110,4	110,9	40,3	71,0	102,0	22,4	77,4	122,6
Castelo de Paiva	43,8	94,7	75,2	90,7	111,6	110,2	48,2	84,9	68,2	41,2	142,1	87,5
Celorico de Basto	33,7	72,9	66,1	85,3	104,9	100,0	39,5	69,5	66,1	30,4	105,1	73,1
Cinfães	26,2	56,7	51,8	16,2	19,9	21,4	161,4	284,2	241,8	13,0	44,8	38,7
Felgueiras	26,2	56,8	82,0	85,4	105,0	105,4	30,7	54,1	77,8	18,9	65,1	103,2
Gondomar	23,2	50,3	72,6	75,3	92,5	92,9	30,8	54,3	78,1	12,3	42,5	67,3
Lousada	26,5	57,4	82,8	64,1	78,8	79,1	41,3	72,8	104,6	14,0	48,4	76,7
Maia	34,4	74,4	107,5	83,7	102,9	103,4	41,1	72,3	104,0	17,4	60,2	95,3
Marco de Canaveses	9,2	19,8	28,6	95,0	116,8	117,3	9,6	17,0	24,4	4,8	16,6	26,3
Matosinhos	36,9	79,9	115,4	86,2	106,0	106,5	42,8	75,4	108,3	23,9	82,6	130,9
Paços de Ferreira	23,5	50,8	73,4	79,7	98,0	98,4	29,5	51,9	74,5	13,8	47,5	75,3
Paredes	21,0	45,4	65,5	70,8	87,0	87,4	29,6	52,2	75,0	7,4	25,5	40,4
Penafiel	24,5	53,0	76,6	76,0	93,4	93,8	32,3	56,8	81,6	17,7	60,9	96,6
Porto	57,2	123,7	178,6	82,1	101,0	101,4	69,6	122,5	176,1	32,5	112,1	177,7
Póvoa de Varzim	45,6	98,6	142,4	77,8	95,6	96,1	58,6	103,1	148,2	25,4	87,6	138,8
Resende	34,5	74,7	68,3	94,9	116,7	125,5	36,3	64,0	54,4	22,7	78,4	67,8
Santo Tirso	29,5	63,8	92,1	79,2	97,4	97,8	37,2	65,5	94,2	21,2	73,3	116,1
Valongo	25,2	54,5	78,7	84,9	104,4	104,9	29,7	52,2	75,1	10,1	34,9	55,4
Vila do Conde	32,9	71,3	102,9	84,2	103,5	103,9	39,1	68,9	99,0	24,1	83,3	132,0
Vila Nova de Gaia	28,7	62,1	89,7	80,7	99,3	99,7	35,5	62,6	90,0	15,7	54,1	85,7
Trofa	17,9	38,7	55,9	88,6	108,9	109,4	20,2	35,6	51,1	13,4	46,1	73,1

NOTA: Quanto menor a taxa de utilização, maior a percentagem de lugares vagos face à capacidade.

Quanto maior a diferença entre a taxa de cobertura e a taxa de cobertura da cooperação, maior a capacidade instalada de equipamentos lucrativos e/ou lugares em acordo.

1.3. PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA

Os principais resultados definitivos do Censos 2011 elaborados pelo Instituto Nacional de Estatística, I.P. (INE, I.P.) integram na área da deficiência, os princípios preconizados na Classificação Internacional da Funcionalidade (CIF).

A CIF traduz um novo sistema de classificação inserido na *Família de Classificações Internacionais da Organização Mundial de Saúde (OMS) (World Health Organization Family of International Classifications - WHO-FIC)*, constituindo o quadro de referência universal adotado pela OMS para descrever, avaliar e medir a saúde e a incapacidade quer ao nível individual quer ao nível da população. Numa perspectiva geral, da leitura do Censos 2011 salientam-se os seguintes resultados relativos à População com dificuldades na realização de algumas atividades do dia-a-dia por motivos de saúde ou idade.

De acordo com a informação compilada no PEDI, os dados do Censo de 2011 centram-se sobre a percentagem de população residente com dificuldades em, pelo menos, uma das seguintes atividades: ver, ouvir, andar ou subir degraus, memória ou concentração, tomar banho ou vestir-se sozinho, compreender outros ou fazer-se compreender. Estes dados mostram que esta percentagem é superior à média nacional nos concelhos do interior como Baião, Celorico de Basto, Cinfães e Resende. Nesta zona, há carências na rede de equipamentos e serviços às pessoas portadoras de deficiência. Embora exista, pelo menos, um CAO em todos os concelhos, com exceção de Lousada, estes centros têm uma utilização da capacidade instalada de perto de 100%, o que pode indiciar a necessidade de algum alargamento pontual dessa capacidade.

Quadro 54 - População residente com, pelo menos, uma dificuldade (2011)

	2001
Portugal	17,79%
Continente	17,88%
Tâmega e Sousa	16,24%
Amarante	15,43%
Baião	20,67%
Castelo de Paiva	17,12%
Celorico de Basto	19,30%
Cinfães	23,63%
Felgueiras	14,73%
Lousada	15,27%
Marco de Canaveses	15,81%
Paços de Ferreira	14,24%
Penafiel	15,38%
Resende	21,25%

Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal, CIM TS, 2014

Quadro 55 - Equipamentos e serviços de apoio a pessoas portadoras de deficiência

	Crianças e jovens (intervenção precoce)			Adultos								
				Serviços de Apoio Domiciliário			Centros de Atividades ocupacionais			Lar Residencial		
	Nº Eq.	Cap.	Ut.	Nº Eq.	Cap.	Ut.	Nº Eq.	Cap.	Ut.	Nº Eq.	Cap.	Ut.
Tâmega e Sousa	---	---	---	---	---	---	12	412	377	4	54	26
Amarante	---	---	---	---	---	---	1	76	78	1	12	0
Baião	---	---	---	---	---	---	2	60	55	---	---	---
Castelo de P.	---	---	---	---	---	---	2	26	26	---	---	---
Celorico de B.	---	---	---	---	---	---	1	30	13	1	12	0
Cinfães	---	---	---	---	---	---	1	20	19	---	---	---
Felgueiras	---	---	---	---	---	---	1	35	42	---	---	---
Lousada	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Marco de C.	---	---	---	---	---	---	1	25	25	---	---	---
Paços de F.	---	---	---	---	---	---	1	30	36	---	---	---
Penafiel	---	---	---	---	---	---	1	90	72	1	12	12
Resende	---	---	---	---	---	---	1	20	11	1	18	14

Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal, CIM TS, 2014

Segundo a informação constante na Carta Social 2013, sobre as respostas sociais e capacidades, verifica-se que as respostas sociais dirigidas às Crianças, Jovens e Adultos com deficiência do âmbito da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (RSES) têm apresentado um crescimento significativo desde o ano 2000 (52 %).

O Lar Residencial e o Centro de Atividades Ocupacionais (CAO) constituem as respostas com maior incremento entre 2000-2013, apresentando um aumento, no que diz respeito ao número de respostas, na ordem dos 60 % e 104 %, respetivamente, o que se traduz em cerca de 270 novas respostas no período em análise.

Do mesmo modo, ao nível da capacidade (n.º de lugares), as respostas para pessoas com deficiência registam no período 2000-2013 um alargamento expressivo (89 %), o que se refletiu em mais de 16 000 novos lugares, aproximadamente.

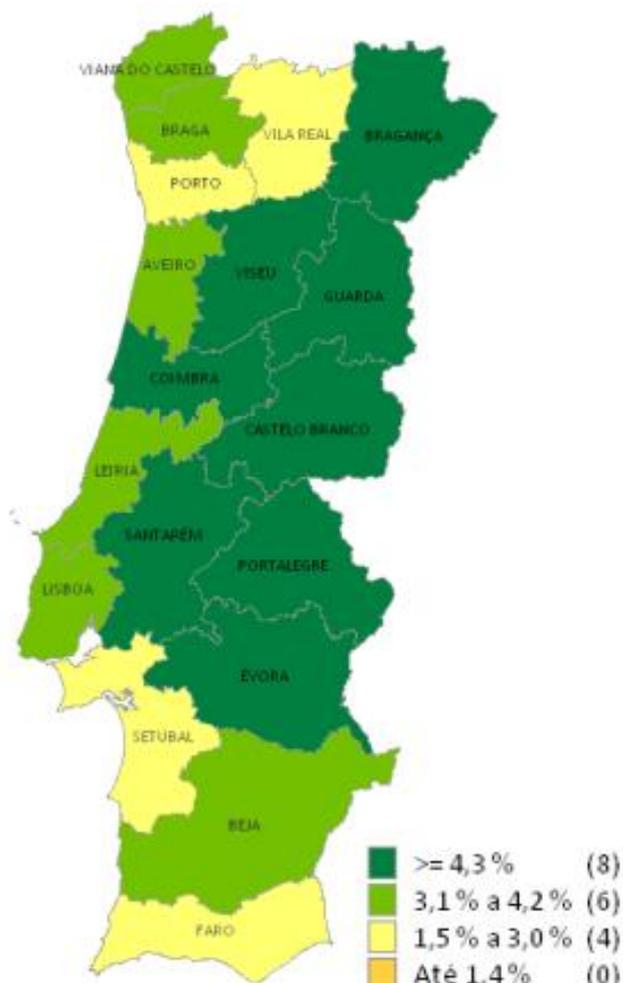
No ano de 2013, por referência a 2012, o Lar Residencial foi a resposta com o aumento mais significativo, no conjunto de respostas para este grupo-alvo, quer ao nível do número de respostas (mais 30 novas respostas), como do número de lugares disponíveis (mais 391 lugares).

A distribuição territorial de respostas sociais para Crianças, Jovens e Adultos com deficiência evidencia grandes assimetrias entre o litoral e o interior do país. Dos dezoito distritos do Continente, nove, dispostos maioritariamente ao longo da faixa litoral, concentram 76 % das respostas para esta população alvo.

A cobertura de respostas dirigidas a pessoas com deficiência, apesar de pouco expressiva, tem apresentado um crescimento positivo (32 %) ao longo do período de análise (2006-2013), o que resulta de um aumento de cerca de 5000 lugares desde 2006.

A taxa de cobertura das principais respostas para esta população-alvo (Lar Residencial, Centro de Atividades Ocupacionais e Serviço de Apoio Domiciliário para pessoas com deficiência) fixou-se no ano de 2013 em 3,6 %, traduzindo um incremento, por referência a 2012, de 11 %, o que representou um aumento de cerca de 2030 lugares. A nível distrital a cobertura de respostas em 2013 revela alguma dicotomia entre o litoral e o interior do país. Do total de distritos do Continente, 12 registaram uma taxa de cobertura igual ou superior à taxa de cobertura média nacional (3,6 %).

Figura 19 - Taxa de cobertura das respostas sociais Lar Residencial, Centro de Atividades Ocupacionais e Serviço de Apoio Domiciliário para pessoas com deficiência, por distrito 2013



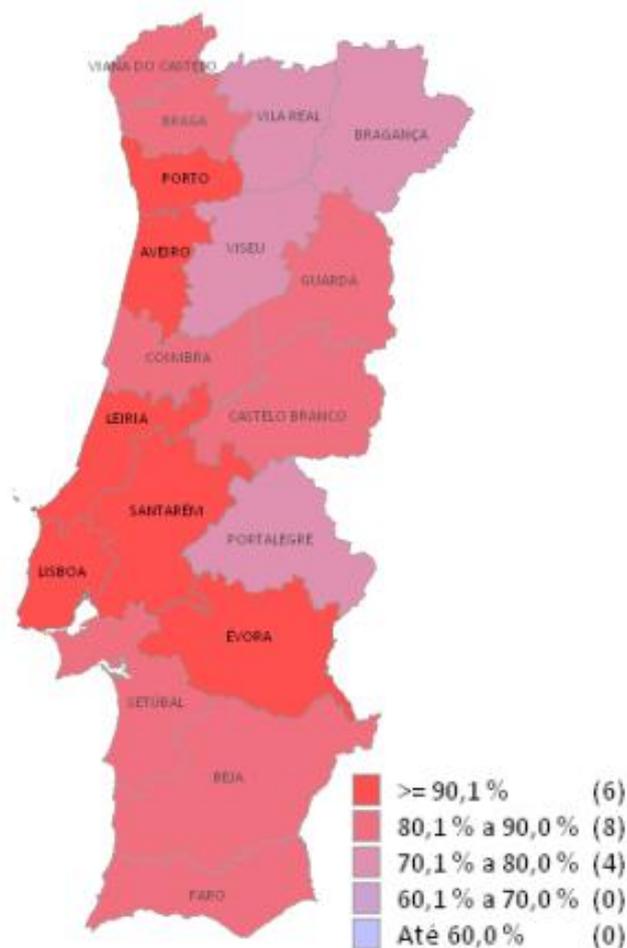
Fonte: Carta social, 2013, Gabinete Estratégia e Planeamento do Ministério da solidariedade Emprego e Segurança Social

No que diz respeito à utilização das respostas para esta população-alvo tem-se verificado alguma estabilização nos últimos anos, registando-se taxas acima dos 80 % para todas as respostas, à exceção do SAD e Residência Autónoma.

As respostas Intervenção Precoce (94 %) e Lar Residencial (91 %) apresentam em 2013 as taxas de utilização mais elevadas. De salientar, ainda o crescimento da utilização da resposta Residência Autónoma fixando-se em 2013 nos 79 %.

À semelhança da taxa de cobertura, a taxa de utilização das principais respostas para as Crianças, Jovens e Adultos com deficiência apresenta algumas diferenças ao longo do território continental, fixando-se numa taxa de utilização média de 90 % em 2013. A totalidade dos distritos do Continente apresenta uma taxa de utilização acima dos 70 %, sendo que 14 distritos registam valores superiores a 80 %.

Figura 20 - Taxa de utilização das respostas sociais Lar Residencial, Centro de Atividades Ocupacionais e Serviço de Apoio Domiciliário para pessoas com deficiência, por distrito 2013



Fonte: Carta social, 2013, Gabinete Estratégia e Planeamento do Ministério da solidariedade Emprego e Segurança Social

1.4. OUTRAS PROBLEMÁTICAS SOCIAIS

89

Os grupos atrás referidos não esgotam todos os problemas sociais e todos os tipos de pessoas com necessidades de apoio social. Outras situações transversais ao território da CIM TS tais como:

- As baixas taxas de natalidade;
- As pessoas em situação de desemprego;
- Os “velhos” e os “novos” pobres;
- As pessoas vítimas de toxicod dependência e doutras dependências;
- As situações de violência doméstica;
- A prostituição e outras situações de exclusão social.

Agregados familiares muito pobres, ou pessoas isoladas que não é raro encontrar em situações de habitação muito degradada, quase sem abrigo, não só em zonas urbanas, mas também em zonas rurais.

As baixas taxas de natalidade, traduzem um problema que resulta de uma combinação de fatores que não podem ser todos combatidos a nível local. Com efeito, um fator importante que ter contribuído para as baixas taxas de natalidade é o facto de as empresas não estarem devidamente organizadas para facilitar a conciliação da atividade dos seus colaboradores com a parentalidade e a vida familiar.

No que se refere ao desemprego assume especial relevância a situação das pessoas com baixos níveis de qualificação. Será preciso desenvolver respostas de formação e aprendizagem adaptadas a este tipo de pessoas, que pode prever não só a formação em sala, mas também, ou até sobretudo, formação em contexto de trabalho.

Ainda no que se refere aos desempregados, ou à procura do primeiro emprego são precisas estruturas que promovam saídas por via do micro empreendedorismo e autoemprego. Quer relativamente aos desempregados, quer também no caso de famílias onde esse problema não existe, mas que podem melhorar o seu rendimento aproveitando recursos e saberes existentes no seio da sua economia doméstica, nomeadamente os ligados à agricultura, cabe aqui uma valorização e apoio a essas formas de economia doméstica, seja apenas para autossustentência, seja, também, para venda.

No que se refere aos chamados “novos” pobres, trata-se de uma problemática que está em ascensão muito em resultado da crise económica que o país atravessa. Muitos deles incluem-se no grupo dos desempregados atrás referidos, mas nem todos. Também há aqui pessoas

cujas pensões de reforma têm vindo a diminuir, ou que têm que aplicar parte dela no apoio a membros da família em situação de carência económica. Há, ainda, ex-empresários cujas empresas encerraram e que ficaram em situação de grandes dificuldades económicas. Finalmente, há situações de famílias endividadas, algumas das quais poderiam ser ajudadas para ações de educação e aconselhamento financeiro.

A resposta a estas situações não pode ser feita da mesma forma que às “velhas” formas de pobreza. Muitos destes “novos” pobres estão numa situação de “pobreza envergonhada” cuja sinalização exige um trabalho de muita proximidade e feito com muito recato. O que tem vindo a ser feito mais recentemente na área da emergência social, nomeadamente as cantinas sociais, responde deficitariamente a este tipo de situações, sendo, também, muito discutível se esta é uma forma adequada para responder aos outros tipos de pobreza.

Para atender às situações de toxicodependência, pode justificar-se a criação de comunidades terapêuticas nesta zona.

No caso da violência doméstica considera-se pertinente mapear e ou potenciar a atuação em três níveis distintos: Apoiar as vítimas; Prevenir estas situações; Capacitar as organizações que lidam com este problema.

No apoio às vítimas, é preciso organizar respostas de emergência e partilha de boas práticas, a nível supraconcelhio, através da cooperação entre IPSSs que lidam com estas situações. Quanto à prevenção, é preciso organizar respostas dirigidas aos agressoras que tenham uma natureza integrada, de maneira a poderem ter em conta a multidimensionalidade dos fatores que estão subjacentes à emergência deste problema.

Uma nota final sobre o atendimento a estes e aos outros grupos com problemas sociais. Nesta zona já foram dados e continuam em desenvolvimento muitos passos positivos no sentido de mais e melhor cooperação e coordenação entre as várias organizações públicas e privadas envolvidas nas respostas aos problemas sociais. Um espaço onde isso acontece é no espaço das redes sociais de nível municipal e supramunicipal.

Dito isto, ao nível mais próximo das pessoas com problemas sociais, ou seja, no atendimento social, há ainda muito pouco feito em termos de integração desse atendimento, seja sob forma do “gestor de caso”, seja noutras formas. Isso exige uma cooperação e coordenação muito fortes não só entre as organizações com trabalho social de proximidade generalista e de primeira linha e com possibilidades para disponibilizar esses gestores de caso, mas também com as organizações que dispõem de recursos mais especializados para responder aos casos sinalizados e geridos no atendimento de primeira linha.

CAPITULO V

1. CARACTERIZAÇÃO DA SAÚDE

92

A informação presente neste capítulo tem por base o Diagnóstico de Situação do ACES Tâmega I – Baixo Tâmega de Dezembro de 2014, como caracterizador da saúde no concelho do Marco de Canaveses.

A extinção das Sub-Regiões de Saúde, aliada à necessidade de criar órgãos de gestão mais flexíveis e mais próximos do cidadão implicou um novo desenho do modelo organizacional dos Centros de Saúde. No âmbito da reforma dos Cuidados de Saúde Primários e com o Decreto-Lei nº 28/2008 de 22 de Fevereiro, foram criados os Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES), que se caracterizam por serviços públicos de saúde com autonomia administrativa, constituídos por várias Unidades Funcionais, que agrupam um ou mais Centros de Saúde e que têm por missão garantir a prestação de Cuidados de Saúde Primários à população de determinada área geográfica.

O concelho do Marco de Canaveses integra o ACES Tâmega I – Baixo Tâmega, por via de uma organização territorial dos ACES distinta daquela que agrupa o território do Tâmega e Sousa, englobando os concelhos de Celorico de Basto (Distrito de Braga), Amarante, Baião e Marco de Canaveses (Distrito do Porto), Cinfães e Resende (Distrito de Viseu).

De acordo com o Plano Local de Saúde/Diagnóstico de Situação, de Dezembro de 2014, as assimetrias constituem uma das características mais evidentes deste ACES, salientando os múltiplos desequilíbrios e a forte heterogeneidade registada não só nos indicadores sociais, mas também na acessibilidade viária entre os diferentes territórios do agrupamento.

Quadro 56 - Indicadores de saúde do ACES Tâmega I - Baixo Tâmega

	2001			2011		
	Marco de Canaveses (Município)	Tâmega (NUTS III)	Portugal	Marco de Canaveses (Município)	Tâmega (NUTS III)	Portugal
População residente	52.460	551.405	10.362.722	53.514	550.880	10.557.560
Nascimentos	701	7.075	112.774	491	4.882	96.856
Nascimentos fora do casamento (%)	8,4	8,7	23,8	23,2	24,3	42,8
Óbitos	396	4.251	105.092	352	4.063	102.848
Taxa de mortalidade infantil (‰)	4,3	5,9	5,0	0,0	3,5	3,1
Óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade por cada 1000 nascimentos						
Saldo natural	305	2.824	7.682	139	819	- 5.992
Diferença entre o total de nascimentos e o total de óbitos						

Fonte: Retrato de Portugal, PORDATA, 2011

1.1. NATALIDADE E FECUNDIDADE

A reposição das gerações assegura um capital humano forte, necessário para um desenvolvimento social e economicamente sustentado. As taxas de natalidade têm caído dramaticamente nos últimos 40 anos, encontrando-se estas taxas, em muitas regiões abaixo do nível de reposição.

A tabela seguinte apresenta o número de nados vivos em Portugal, ARS Norte e ACES Baixo Tâmega. A redução de número de nascimentos verificada entre os anos de 1996 e 2012 foi superior no ACES quando comparado com Portugal e a ARS Norte para o mesmo espaço de tempo. No ACES, a redução da percentagem de nados-vivos no período de tempo compreendido entre os anos 1997 e 2012 foi de 48,5%.

Quadro 57 - Número de nados-vivos em Portugal, NUT II Norte e ACES Baixo Tâmega – Tâmega I

Local de Residência	1997	2002	2007	2012
Portugal	106.299	108.192	96.925	85.306
ARS Norte	43.817	41.667	34.094	28.719
ACeS Baixo Tâmega	2.568	2.254	1.765	1.322

Fonte: Diagnóstico de Situação, ACES Tâmega I – Baixo Tâmega, Dezembro 2014

94

A Taxa Bruta de Natalidade (/1000 habitantes) tem vindo a decair de modo continuado em Portugal, na ARS Norte e no ACES. De facto, ao longo dos últimos anos a taxa de natalidade tem vindo a diminuir, numa contração mais acentuada, aproximando-se a Taxa Bruta da Natalidade do ACES Tâmega I - Baixo Tâmega da Taxa da Região Norte e Portugal.

Quadro 58 - Taxa bruta de Natalidade em Portugal, ARS Norte e ACES Baixo Tâmega – Tâmega I

Local de Residência	1997	2002	2007	2012
Portugal	11,0	10,9	9,7	8,5,
ARS Norte	12,2	11,3	9,2	7,8
ACeS Baixo Tâmega	13,7	11,9	9,5	7,3

Fonte: Diagnóstico de Situação, ACES Tâmega I – Baixo Tâmega, Dezembro 2014

O Índice Sintético de Fecundidade estima o número médio de crianças vivas nascidas por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade). Na área geográfica do ACES Tâmega I- Baixo Tâmega, o Índice Sintético de Fecundidade sofreu uma forte diminuição entre os anos 1997 e 2012, tendo diminuído neste ACES de um valor de 1,67 em 1997 para 1,12 em 2012. Tendo em conta que o número de 2,1 crianças por mulher é considerado o nível mínimo para assegurar a substituição de gerações, os números apresentados significam que a renovação de gerações não está assegurada na população do ACES Baixo Tâmega.

A redução deste índice poderá justificar-se pelas condições sociais e de trabalho que levam a uma maternidade em idades mais tardias e diminuição do número de filhos.

No ACES Tâmega I - Baixo Tâmega, a proporção (%) de nascimentos em mulheres com idade inferior a 20 anos entre os triénios 2001 e 2012 revela uma tendência para a diminuição acompanhando a redução da taxa de natalidade também verificada na ARS Norte e no Continente ao longo do mesmo período de tempo. Estes valores mantêm--se no entanto superiores à ARS Norte e Continente. A proporção de nascimentos em mulheres com 35 e mais anos tem aumentado no Continente, na ARS Norte e no ACES Baixo Tâmega – Tâmega I. Salienta-se que no ACES, o valor ainda se mantém inferior ao Continente e Região Norte.

1.2. OBITOS E MORTALIDADE

95

A mortalidade Geral no ACES Tâmega I – Baixo Tâmega diminuiu em valor absoluto entre os anos 2003 e 2009. No último triénio (2009-2012) verificou-se um ligeiro aumento da mortalidade. A Taxa Bruta de Mortalidade no ACES Tâmega I – Baixo Tâmega para o mesmo período de tempo teve a mesma oscilação, revelando-se inferior à do continente e ligeiramente superior à da ARS Norte.

Quadro 59 - Evolução do número de óbitos, Continente, ARS Norte e ACES Baixo Tâmega

	2001	2003	2005	2007	2009	2012
Continente	99706	103321	102323	98668	99335	102808
ARS Norte	31914	33063	32471	31618	31729	33124
ACeS Baixo Tâmega	1728	1752	1729	1647	1617	1757

Fonte: Diagnóstico de Situação, ACES Tâmega I – Baixo Tâmega, Dezembro 2014

A Taxa de Mortalidade Infantil corresponde ao número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade observado durante um determinado período de tempo, referido ao número de nados vivos do mesmo período (habitualmente expressa em número de óbitos de crianças com menos de 1 ano por 1000 nados vivos).

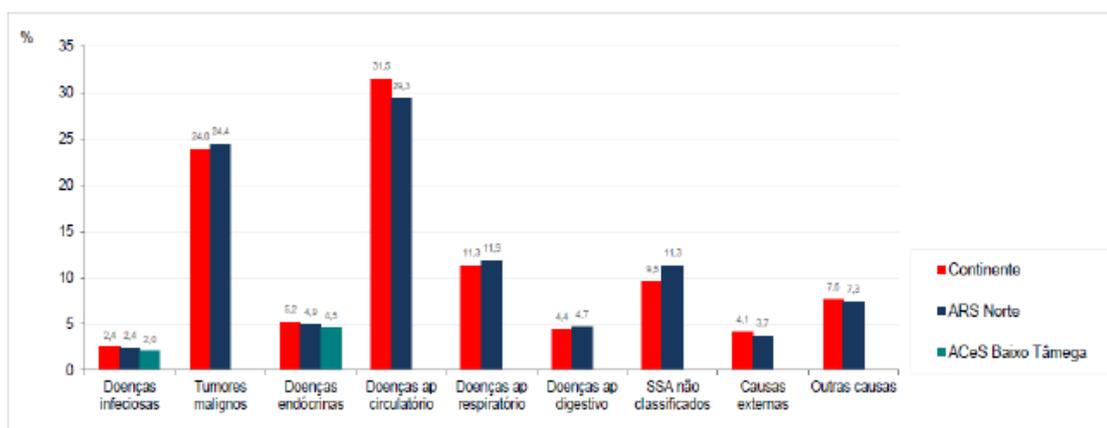
A mortalidade infantil tem diminuído nos últimos anos, no entanto, no ACES Baixo Tâmega, a Taxa de Mortalidade Infantil tem apresentado valores superiores aos da ARS Norte e Continente. Nos últimos 2 anos (2010-2012), a situação inverteu-se e a taxa de mortalidade infantil apresenta valores inferiores aos da ARS Norte e Continente.

1.2.1. MORTALIDADE PROPORCIONAL

A análise da Mortalidade Proporcional por Grandes Grupos de Causas de Morte para todas as idades e em ambos os sexos no triénio 2009-2011, não permitiu analisar dados referentes às principais causas de óbito no ACES Baixo Tâmega, identificadas no triénio anterior. As Doenças do Aparelho Circulatório (com 34% dos óbitos em 2007-2009) ou Tumores Malignos (representaram nesse triénio a segunda causa de morte com 20,4% dos óbitos) foram as principais causas de mortalidade proporcional no triénio 2007-2009.

Os dados possíveis relativos à proporção de óbitos para as grandes causas de morte para todas as idades e idades prematuras no triénio 2009-2011 do ACES, ARS Norte e Continente, apresentam-se de seguida.

Quadro 60 - Proporção de Óbitos para os Grandes Grupos de Causas de Morte no triénio 2009-2011 para todas as idades e ambos os sexos no ACES Baixo Tâmega - Tâmega I



Fonte: Diagnóstico de Situação, ACES Tâmega I – Baixo Tâmega, Dezembro 2014

1.3. DECLARAÇÃO OBRIGATÓRIA DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS

Em 2013 foi aprovado o regulamento de notificação obrigatória de doenças transmissíveis e outros riscos em saúde pública SINAVE através da Portaria nº 248/2013 de 5 de Agosto. O Regulamento aplica-se a todos os serviços de saúde do sector público, privado ou social, com desmaterialização do processo da notificação obrigatória de doenças transmissíveis e nova lista de Doenças de Declaração Obrigatória.

1.3.1. INFEÇÃO POR VIH/SIDA

97

A evolução da taxa de incidência de infeção por VIH no período 2001-2012 revelou uma tendência decrescente. A taxa de incidência no ACES Baixo Tâmega apresenta valores muito inferiores aos da ARS Norte e Continente.

1.3.2. TUBERCULOSE

A taxa de incidência da Tuberculose no ACES apresentou oscilações ao longo dos anos enquanto no Continente e ARS Norte a taxa de incidência desde o ano 2000 até ao ano 2012 tem registado uma tendência decrescente ao longo dos anos.

1.4. RECURSOS DE SAÚDE

Os recursos de saúde são constituídos por um conjunto de estabelecimentos, nomeadamente, Unidades de Cuidados Continuados Integrados, Unidades de Cuidados de Saúde e extensões de saúde, Unidades de Saúde Familiar, Unidades de Recursos Assistenciais Partilhados, Unidades de Saúde Pública, Unidades de Cuidados na Comunidade, Hospitais, Instituições privadas, com e sem fins lucrativos, Organizações não-governamentais e Instituições comunitárias com intervenção no domínio da saúde, existentes na respectiva área geográfica.

Devem desenvolver a sua atuação numa lógica de complementaridade e coordenação de recursos e de aproveitamento integral das capacidades existentes ou necessárias, exigindo uma gestão atenta às particularidades e características locais.

O ACES Baixo Tâmega – Tâmega I tem como hospitais de referência de primeira linha o Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa (Penafiel / Amarante); o Centro de Saúde de Celorico de Basto, além do CHTS, também referencia para o CHAA (Guimarães / Fafe).

ECL (Equipa Coordenadora Local) na sede do ACES – Amarante.

UCCI (Unidades de Cuidados Continuados Integrados).

- Unidade de Longa Duração da Misericórdia – Resende com 10 camas.
- Unidade de Cuidados Continuados de Longa Duração de Marco de Canaveses com 20 camas (Gestão da Santa Casa da Misericórdia do Marco).
- Unidades de Longa Duração em funcionamento em Celorico

- Unidades de Longa Duração em funcionamento em Cinfães
- Unidades de Longa Duração em funcionamento em Amarante

SAP / SASU / SUB

- SAP no Centro de Saúde de Baião,
- SAP no Centro de Saúde de Resende,
- SASU no Centro de Saúde de Amarante,
- SASU no Centro de Saúde de Marco de Canaveses,
- SUB no Centro de Saúde de Cinfães,
- SAC no Centro de Saúde de Celorico

UCSPs (Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados) às quais compete, à luz do disposto no artigo 10º do DL 28/2008, a prestação de cuidados personalizados, garantindo a acessibilidade, a continuidade, a qualidade e a globalidade dos mesmos.

- 1 UCSP no Centro de Saúde de Resende.
- 1 UCSP no Centro de Saúde de Celorico de Basto.
- 1 UCSP no Centro de Saúde de Cinfães.
- 5 UCSPs no Centro de Saúde de Amarante.
- 2 UCSPs no Centro de Saúde de Baião.
- 3 UCSPs no Centro de Saúde de Marco de Canaveses.

USF (Unidades de Saúde Familiar) são unidades funcionais multiprofissionais (médicos, enfermeiros e administrativos), com autonomia funcional e técnica, que prestam cuidados de saúde primários personalizados, num quadro de contratualização interna, envolvendo objetivos de acessibilidade, adequação, efetividade, eficiência e qualidade.

- 4 USF criadas (Alpendorada e Marco; S. Gonçalo e Baião).

Serviços de Atendimento a Utentes sem médico às quais compete, a prestação de cuidados personalizados, garantindo a acessibilidade, a continuidade, a qualidade e a globalidade dos mesmos prestados em regime de horas extraordinárias, com particular atenção para os grupos de risco, mantendo o seguimento sempre pelo mesmo médico.

- 1 no Centro de Saúde de Amarante
- 1 no Centro de Saúde de Marco de Canaveses

- Consultas a utentes sem médico nas diferentes unidades a descoberto

Extensões de Saúde são unidades sem condições para criação de UCSP / USF por falta de recursos médicos e / ou localização geográfica muito dispersa, prestando cuidados personalizados, garantindo a acessibilidade, a continuidade, a qualidade e a globalidade dos mesmos de acordo com as suas possibilidades.

- Um no Centro de Saúde de Amarante (Vila Caiz).
- Dois no Centro de Saúde de Marco de Canaveses (Livração, e Soalhães).
- Um em Baião (Gestação/Teixeira)

USP (Unidade de Saúde Pública), funciona como rede observacional de saúde da área geodemografia do ACES, com a finalidade de monitorizar o nível de saúde da população, incluindo quatro grandes áreas de intervenção, com sede no Centro de Saúde de Marco de Canaveses.

URAP (Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados), integra um número de técnicos superiores adequados à execução dos projetos já existentes e outros de desejável implementação, e outros profissionais não integrados nas Unidades Funcionais (USF / UCSP / UCC). Constituída por 7 Assistentes Sociais, 1 Nutricionistas, 1 Pneumologista, 1 Pediatra, 1 Médica Dentista, 1 Fisioterapeuta e 2 Técnicas de diagnóstico e terapêutica de radiologia, em avaliação de potenciais projetos de coordenação.

UCC (Unidades de Cuidados na Comunidade):

- Em Funcionamento (Celorico e Baião);
- 5 ECCI (Equipa de Cuidados Continuados Integrados): Amarante, Baião, Celorico, Cinfães e Marco.

UAG (Unidade de Apoio à Gestão), assegura o serviço de contabilidade, tesouraria, aprovisionamento, transportes e gestão das instalações equipamentos e património. Conta ainda com 1 responsável pelo serviço de pessoal e assistentes técnicos de apoio, na sede do ACES e em cada Centro de Saúde. Integra também os assistentes operacionais ao serviço das unidades funcionais do ACES.

CDP (Centro de Diagnóstico Pneumológico), com dois polos: Amarante e Marco de Canaveses.

Quadro 61 – Quadro sumativo da caracterização da saúde no concelho do marco de canaveses

100

	2001			2011		
	Marco de Canaveses (Município)	Tâmega (NUTS III)	Portugal	Marco de Canaveses (Município)	Tâmega (NUTS III)	Portugal
População residente	52.460	551.405	10.362.722	53.514	550.880	10.557.560
Hospitais	1	3	217	1	6	226
Centros de saúde	1	17	392	1	17	388
Consultas nos centros de saúde	104.317	1.325.174	27.652.305	123.827	1.324.761	27.951.185
Farmácias	9	102	2.888	11	119	3.074
Habitantes por pessoal ao serviço nos centros de saúde	655,8	447,6	350,2	608,1	407,2	369,5

Fonte: Retrato de Portugal, PORDATA, 2011

1.5. NÚCLEOS DE APOIO A CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO (NACJR)

Os Núcleos de Apoio a Crianças e Jovens em Risco (NACJR), criados pelo Despacho n.º 31292/2008 de 5 de Dezembro, têm vindo a assumir um papel de particular importância no apoio aos profissionais que, no âmbito da intervenção de primeiro nível, trabalham na prevenção dos maus tratos no âmbito das respetivas esferas de ação. Têm um papel facilitador na mobilização e articulação de recursos para a resolução dos mesmos e um papel determinante na articulação e comunicação entre todos os atores que compõem a pirâmide da proteção e promoção de direitos das crianças e jovens.

No ACES Baixo Tâmega, foi criado, em 18/11/2010 e esteve inativo por algum tempo, retomando funções em 10 de Abril de 2014, o NACJR do Baixo Tâmega, é composto por uma equipa multidisciplinar, proveniente de todos os concelhos que integram ACES e tem por finalidade desenvolver a nível do ACES as atividades constantes da “Ação de Saúde para as crianças e Jovens em Risco”. DE acordo com a informação veiculada à presente data não existe casuística que justifique uma análise aprofundada neste plano.

A nível dos Equipamentos de Apoio à Criança e Jovem em Risco, o ACES Baixo Tâmega – Tâmega I, tem uma cobertura considerada adequada, porquanto tem no seu território 2 Lares Residenciais (um em Celorico de Basto e outro em Resende) e dois Centros de Acolhimento Temporário, em Amarante e Celorico de Basto, respetivamente.

1.6. COMPORTAMENTOS ADITIVOS E DEPENDÊNCIAS DO CONCELHO DO MARCO DE CANAVESES

101

A informação disponibilizada neste ponto, tem por base a versão provisória do Diagnóstico do Concelho do Marco de Canaveses relativo aos Comportamentos Aditivos e Dependências (CAD), elaborado pelo Centro de Respostas Integradas (CRI) do Porto Central, da Divisão para a Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências (DICAD) da ARS Norte, reportando a Dezembro de 2014, que visa compreender a dimensão e natureza do fenómeno, bem como identificar os recursos e oportunidades existentes localmente para o desenvolvimento de um Plano de Intervenção Local no âmbito dos Comportamentos Aditivos e das Dependências no concelho do Marco de Canaveses (PLCAD do Marco de Canaveses).

Na grelha seguinte é apresentada a análise/interpretação dos dados recolhidos pelo CRI Ocidental, a par de outra informação qualitativa que justificou a sua seleção integrando assim quatro problemas para o concelho do Marco de Canaveses, designadamente:

Problema 1 – Consumos de substâncias psicoativas nos jovens;

Problema 2 – Consumos de substâncias psicoativas ilícitas nos adultos;

Problema 3 – Consumo de substâncias psicoativas lícitas nos adultos;

Problema 4 – Outros comportamentos aditivos e/ou dependências comportamentais sem substância.

PROBLEMAS IDENTIFICADOS	JUSTIFICAÇÃO
<p>Problema 1</p> <p>Consumos de substâncias psicoativas nos jovens</p>	<p>De acordo com o Inquérito Nacional em Meio Escolar de 2011, o “consumo recente de cannabis” nos alunos do 3º Ciclo, (últimos 12 meses) no NUT 3_ Tâmega foi de 5% dos alunos (1.524 alunos), sendo que era de 5% (1.247 alunos) em 2006, pelo que se verificou uma estabilização do consumo desta substância ao longo do tempo. A mesma tendência verifica-se nos alunos do Ensino Secundário, sendo que em 2011 a percentagem de “consumo recente de cannabis” foi de 16% (3.381 alunos) em contraponto aos 9% (1.236 alunos) verificados em 2006.</p>
	<p>No mesmo inquérito verifica-se uma tendência de diminuição do “consumo recente de álcool” (embriaguez) nos jovens ao longo do tempo, sendo que ainda assim é relevante o número de situações ocorridas: para os jovens do 3º Ciclo a percentagem diminuiu de 9% (2.245 alunos) em 2006 para 6% (1.268 alunos) em 2011 e no Ensino Secundário a percentagem passou de 17% (2.335 alunos) para 15% (3.170 alunos) no mesmo período de tempo.</p>
	<p>No que se refere ao “consumo recente de tabaco”, verificamos um aumento nos jovens do 3º Ciclo de 2006 (25% o que corresponde a 6.237 alunos) para 2011 (30% correspondendo a 6.340 alunos). A mesma tendência é verificada nos alunos do</p>

	<p>Secundário, faixa etária onde passamos de 34% (8.483 alunos) para 49% (10.335 alunos). 102</p>
	<p>Observa-se que a taxa de retenção e desistência a nível escolar no ano letivo 2012 - 2013 foi de 8,4 no Ensino Básico e de 12,8 no Ensino Secundário.</p>
	<p>De referir que no Ensino Básico se constata um aumento desta taxa relativamente à média dos últimos 8 anos escolares (8,4 – 7,7), e no Ensino Secundário uma diminuição (12,8 – 19,4).</p>
	<p>De acordo com os dados disponibilizados pelo SIM, verifica-se que o número de crianças e jovens do concelho do Marco de Canaveses em seguimento nas consultas de atendimento de jovens e crianças em risco se tem mantido estável ao longo dos últimos 3 anos (2011 a 2013), sendo o valor em 2013 de 8 sujeitos.</p>
	<p>Foram apreendidos cerca de 10,770 kg de cocaína em 2011, não se verificando apreensões desta SPA em 2012.</p>
	<p>O número global de processos registados na EMAT do Marco de Canaveses, relativos a 2011, foi de 110. Destes, 33 foram novos processos.</p>
	<p>Considerando o aumento da incidência do consumo de SPA nos jovens, o número de crianças e jovens em situações de risco, o número de jovens a consumir efetivamente SPA e ainda a disponibilidade crescente de SPA, salientamos a necessidade de se dar continuidade e/ou de se desenvolverem as respostas de prevenção universal, seletiva ou indicada, junto de cada um dos grupos alvo.</p>
<p>Problema 2</p> <p>Consumos de substâncias psicoativas ilícitas nos adultos</p>	<p>O número de utentes ativos do Marco de Canaveses inscritos no CRI Porto Central ter-se mantido estável nos últimos 2 anos, sendo no último ano de 120 utentes, a que corresponde uma taxa de 3,63% utentes por 10.000 habitantes (fonte SIM).</p>
	<p>Uma parte significativa destes utentes encontra-se em programa terapêutico com agonista opiáceo (40 utentes em 2013 – SIM).</p>
	<p>Constata-se que o número de utentes ativos com heroína/opiáceos como substância psicoativa principal em 2013 (à data de admissão) foi de 54 utentes, tendo-se registado uma diminuição relativamente aos dois anos anteriores. Apesar da diminuição, que é um facto positivo, não deixamos de estar perante um problema de saúde a valorizar e a necessitar de respostas ajustadas.</p>
	<p>A incidência e a prevalência do número de utentes com problemas ligados ao consumo de heroína justificam a manutenção das respostas existentes.</p>
	<p>No concelho do Marco de Canaveses é de registar um número significativo de utentes com habilitações académicas ao nível do 1º e 2º Ciclos (79 utentes ativos) o que está associado a situações de fragilidade económica e sociofamiliar, e aponta para a necessidade da existência de respostas em conformidade. Não podemos esquecer os efeitos negativos da atual crise económica em que vivemos, nas populações mais desfavorecidas.</p>

	Verifica-se um número significativo de utentes ativos infetados pelos vírus da hepatite C (20 utentes). 103
Problema 3	Verifica-se um aumento de utentes ativos em programa de tratamento para problemas ligados ao consumo de álcool (PLA), sendo que de 2011 para 2013 aumentou cerca de 2,11%.
Consumos de substâncias psicoativas lícitas nos adultos	
	O número de crimes de condução de veículo em estado de embriaguez (taxa => a 1,2 g/l) diminuiu entre 2012 e 2013, sendo no entanto ainda um número significativo e a necessitar de intervenção/cuidado.
	Ao longo do período em análise, o número de utentes ativos desempregados manteve-se sensivelmente o mesmo. Sabemos que o desemprego pode ser um fator de risco para sujeitos com PLA. A situação de desemprego é potenciadora do consumo de álcool e do seu agravamento e/ou da dificuldade do seu tratamento, pelo que, apesar da ligeira diminuição, continua a exigir atenção especializada.
Problema 4	Apesar dos dados acerca destes problemas serem insipientes, a perceção dos técnicos é de que se assiste a um aumento de situações problemáticas nesta área, e que esta tendência poderá agravar-se nos próximos tempos.
Outros comportamentos aditivos e/ou dependências comportamentais sem substância	
	Assim, a assunção desta problemática como uma prioridade permitirá que os serviços de saúde específicos se organizem para intervir nestas situações, criando procedimentos de referência de casos para posterior caracterização e criação de respostas.

Fonte: Plano Local Provisório de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências do Concelho do Marco de Canaveses, 2014, CRI Porto Ocidental – ARS Norte

CAPITULO VI

1. CARACTERIZAÇÃO DA CRIMINALIDADE

105

A taxa de criminalidade nos concelhos do Tâmega e Sousa, em 2012, variou entre 1,86% em Celorico de Basto e 3,31% em Baião e Felgueiras. Estes dois últimos concelhos foram os únicos a ultrapassar, embora por pequena margem, a média da Região Norte e todos ficaram aquém da média nacional.

Quadro 62 - Indicadores de criminalidade (2012)

	Contra a integridade física	Contra o património	Furto / roubo por esticção e na via pública	Furto de veículo e em veículo motorizado	Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l	Condução sem habilitação legal	Total
Portugal	0,54%	2,09%	0,14%	0,47%	0,24%	0,15%	3,86%
Norte	0,52%	1,70%	0,08%	0,44%	0,19%	0,11%	3,24%
Amarante	0,52%	1,47%	0,04%	0,19%	0,11%	0,07%	2,95%
Baião	0,71%	1,50%	-	0,11%	0,10%	0,09%	3,31%
Castelo P.	0,51%	1,17%	0,04%	0,15%	0,33%	0,12%	3,06%
Celorico B	0,19%	0,76%	0,02%	0,08%	0,29%	0,19%	1,86%
Cinfães	0,58%	1,12%	0,01%	0,11%	0,07%	0,06%	2,41%
Felgueiras	0,44%	1,73%	0,04%	0,36%	0,16%	0,10%	3,31%
Lousada	0,43%	1,54%	0,04%	0,21%	0,14%	0,08%	2,75%
Marco C.	0,44%	1,25%	0,04%	0,22%	0,13%	0,09%	2,37%
Paços F.	0,34%	1,42%	0,05%	0,26%	0,31%	0,15%	2,85%
Penafiel	0,47%	1,17%	0,05%	0,26%	0,16%	0,09%	2,38%
Resende	0,61%	0,69%	-	0,11%	0,05%	0,05%	2,01%

Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal, CIM TS, 2014

Os crimes contra o património são a categoria mais frequente. A sua frequência tende a ser menor nos concelhos mais rurais e envelhecidos do que nos ambientes mais urbanos e jovens: a sua frequência é menor em Resende (0,69%), Celorico de Basto (0,76%) e Cinfães (1,12%) e mais elevada em Lousada (1,54%) e Felgueiras (1,73%). A presença de Baião (1,50%) entre os concelhos em que estes crimes são mais frequentes não permite, no entanto, dar qualquer carácter determinístico a esta leitura.

Já os crimes contra a integridade física tendem a apresentar o padrão inverso, sendo menos frequentes nos concelhos mais jovens e urbanos: com a exceção de Celorico de Basto que, por muito larga margem, apresenta os níveis mais baixos do Tâmega e Sousa (0,19%), estes crimes são menos frequentes em Paços de Ferreira (0,34%) e Lousada (0,43%), sendo a tabela da sua frequência encabeçada por Cinfães (0,58%), Resende (0,61%) e Baião (0,71%).

Castelo de Paiva (0,33%), Paços de Ferreira (0,31%) e Celorico de Basto (0,29%) apresentam índices de condução sob o efeito do álcool que superam a média da Região Norte e do país,

mas não se pode afirmar que o problema tenha especial gravidade no Tâmega e Sousa dado que em todos os outros concelhos estes índices são muito inferiores. A diversidade geográfica, económica e demográfica destes três concelhos também não se presta a uma interpretação simplista destes dados.

106

Quadro 63 - Indicadores de criminalidade (2012)

	Contra a integridade física	Contra o património	Furto / roubo por esticção e na via pública	Furto de veículo e em veículo motorizado	Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l	Condução sem habilitação legal	Total
Portugal	0,54%	2,09%	0,14%	0,47%	0,24%	0,15%	3,86%
Norte	0,52%	1,70%	0,08%	0,44%	0,19%	0,11%	3,24%
Amarante	0,52%	1,47%	0,04%	0,19%	0,11%	0,07%	2,95%
Baião	0,71%	1,50%	-	0,11%	0,10%	0,09%	3,31%
Castelo P.	0,51%	1,17%	0,04%	0,15%	0,33%	0,12%	3,06%
Celorico B	0,19%	0,76%	0,02%	0,08%	0,29%	0,19%	1,86%
Cinfães	0,58%	1,12%	0,01%	0,11%	0,07%	0,06%	2,41%
Felgueiras	0,44%	1,73%	0,04%	0,36%	0,16%	0,10%	3,31%
Lousada	0,43%	1,54%	0,04%	0,21%	0,14%	0,08%	2,75%
Marco C.	0,44%	1,25%	0,04%	0,22%	0,13%	0,09%	2,37%
Paços F.	0,34%	1,42%	0,05%	0,26%	0,31%	0,15%	2,85%
Penafiel	0,47%	1,17%	0,05%	0,26%	0,16%	0,09%	2,38%
Resende	0,61%	0,69%	-	0,11%	0,05%	0,05%	2,01%

FONTE: CEGEA através da Direção-Geral da Política da Justiça

1.1. COMISSÃO DE PROTECÇÃO A CRIANÇAS E JOVENS

No cumprimento do imperativo constitucional (artigos 67.º, 69.º e 70.º) que confere um direito especial de protecção por parte do Estado e da sociedade às crianças e jovens órfãos, abandonados ou por qualquer forma privados de um meio familiar normal e da promoção efectiva dos direitos das crianças consagrados na Convenção sobre os Direitos da Criança, o XIII Governo Constitucional consagrou no seu Programa do Governo, como uma das suas prioridades, a promoção da família e a protecção das crianças e jovens em risco.

Neste contexto, o Governo decidiu, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 193/97, de 3 de Outubro (publicada no Diário da República, 1.ª série-B, n.º 254, de 3 de Novembro de 1997), desenvolver um processo interministerial e interinstitucional de reforma do sistema da protecção de crianças e jovens em risco.

As comissões de protecção de crianças e jovens (CPCJ) são instituições oficiais não judiciárias com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações susceptíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral (n.º 1 Art.º 12.º da Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro).

De acordo a Lei supra identificada, com as alterações impostas pela Lei n.º 31/2003 de 22 de Agosto, prevê no artigo 3º do Capítulo I a legitimidade da intervenção para promoção dos direitos e protecção da criança e do jovem em perigo, tendo esta lugar quando *“os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, ou quando esse perigo resulte de acção ou omissão de terceiros ou da própria criança ou do jovem a que aqueles não se oponham de modo adequado a removê-lo”*,

De assinalar que, em setembro de 2011, foram introduzidas alterações à aplicação informática de gestão processual da atividade das Comissões de Protecção, designadamente ao nível das categorias e subcategorias das situações de perigo legitimadoras da intervenção das Comissões de Protecção. Esta alteração permitiu o aprofundamento da caracterização das situações de perigo que atingem as crianças e jovens, possibilitando a identificação mais precisa dos problemas que as afetam. No entanto, considerando que esta modificação só entrou em vigor em setembro de 2011, tendo-se por isso optado pela comparação nos anos civis identificados.

Quadro 64 - Caracterização processual

	2011	2014
Nº de Processos de Promoção e Proteção Ativos	219	238
Nº de Processos de Promoção e Proteção transitados do ano civil anterior	191	234

Fonte: Relatório Anual de 2011 e 2014 da CPCJ do Marco de Canaveses

De acordo com a informação disponível no último Relatório Anual de Avaliação da Actividade das CPCJ, elaborado pela CNPCJ - Comissão Nacional de Proteção a Crianças e Jovens, referente ao ano de 2013 e apresentado em Maio de 2014, no ano de 2013, as CPCJ acompanharam 71567 (Volume Processual Global) processos, dos quais arquivaram 34347, assim no final do ano permaneciam ativos 37220 processos (transitaram para 2014).

Ao contrário do que foi possível observar no ano de 2012, o número de processos ativos no final do ano de 2013 aumentou (mais 1592 processos que em 2012), resultado do acréscimo dos processos em todas as categorias, em especial nos processos instaurados e reabertos.

Foi no entanto possível verificar, através das diligências feitas pela Comissão Nacional após a receção dos dados das CPCJ, que, desde 2011, o número de arquivamentos caracterizados na aplicação informática não traduz a totalidade das decisões de arquivamento, pelo adiantem que o valor de arquivamentos apresentado no quadro seguinte, que caracteriza a evolução do fluxo processual nas CPCJ de 2006 a 2013, e se encontra disponível no referido relatório, será inferior ao real.

Ainda de acordo com o Relatório Anual, no ano de 2013 o volume processual global totalizou 71567 processos, mais 2560 do que no ano de 2012 observando-se que em 2013 se mantém a tendência de crescimento verificada desde 2006, com a exceção do ano de 2011 em que houve um ligeiro decréscimo do Volume Processual Global, considerando que para o incremento do Volume Processual Global, terá contribuído o aumento em todas as tipologias do número de processo.

	Transitados	+	Instaurados	+	Reabertos	=	GLOBAL	-	Arquivados	=>	Alivos
2006	23712	+	25209	+	2026	=	50947	-	18980	=>	31967
2007	30320	+	29547	+	3141	=	63008	-	28895	=>	34113
2008	33394	+	29279	+	3986	=	66659	-	31748	=>	34911
2009	34416	+	28401	+	4079	=	66896	-	31871	=>	35025
2010	34753	+	28103	+	5444	=	68300	-	35501	=>	32799
2011	34243	+	27947	+	5751	=	67941	-	31232	=>	36709
2012	33605	+	29149	+	6253	=	69007	-	33379	=>	35628
2013	33821	+	30344	+	7402	=	71567	-	34347	=>	37220

Fonte: Relatório Anual de Avaliação da Actividade das CPCJ, 2013

Quadro 65 - Crianças/jovens acompanhados por escalão etário pela CPCJ do marco de canaveses por comparação entre 2011 e 2014

Escalão Etário	Género	Nº Processos Total 2011	Nº Processos Total 2014
0 - 2	M	17	14
	F	13	16
	Total	30	30
3 - 5	M	25	25
	F	23	27
	Total	48	52
6 - 8	M	25	26
	F	23	39
	Total	48	65
9 - 10	M	17	17
	F	12	21
	Total	29	38
11 - 14	M	37	55
	F	48	39
	Total	85	94
15 - 17	M	42	69
	F	37	61
	Total	79	130
18 - 21	M	2	20
	F	5	15
	Total	7	35
Nº de Processos		326	444

Fonte: Relatório Anual de 2011 e 2014 da CPCJ do Marco de Canaveses

Em função dos resultados apresentados no quadro anterior, poderemos ainda acrescentar a avaliação nacional global pela CNPCJ, disponível no Relatório Anual supra identificado, que conclui em todos os escalões etários, o número de crianças e jovens do sexo masculino (53,7%) foi superior ao do sexo feminino (46,3%).

Na análise por escalão etário destaca-se o dos 15 aos 21 anos que representa 32,6% (22663) do total de crianças acompanhadas. Este escalão regista um acréscimo em comparação ao ano anterior, onde representava 30,2% (20724) do total de processos. No cruzamento com a variável sexo, este escalão regista a segunda diferença mais alta entre sexos (9,5%), com mais 2149 crianças e jovens do sexo masculino. Importa mencionar que dos 22663 jovens acompanhados pertencentes a este escalão, 4815 jovens têm entre 18 aos 21 anos, o que corresponde a 6,9% do total.

O escalão etário dos 11 aos 14 anos (16988) surge em segundo lugar representando 24,5% das crianças e jovens acompanhadas. É neste escalão que a diferença entre sexos atinge o seu valor máximo com mais 11% (1876) crianças e jovens do sexo masculino.

Em terceiro lugar no total de crianças acompanhadas, surge o escalão etário dos 6 aos 10 anos, com 21,5% (14909) das crianças, valor inferior ao ano anterior (22,3%). Neste escalão a diferença de valores entre os dois sexos é de 5,9%, com mais 877 crianças e jovens do sexo masculino.

Por último, e pela primeira vez, o escalão etário dos 0 aos 5 anos (14873), com pouca diferença percentual para o intervalo etário anterior, representando 21,4% do total das crianças e jovens acompanhadas. Em 2012 este escalão etário correspondia a 23,1% (15802) do total de crianças e jovens. Destaca-se o facto de o número de crianças acompanhadas dos 0 aos 2 anos (6760), que correspondem a 45,5% do escalão e a 9,7% do total de crianças e jovens acompanhados, ter diminuído em relação ao ano anterior. Este intervalo etário correspondia a 57% do escalão e a 16,3% do total em 2011, e a 47,4% do escalão e a 10,9% do total em 2012.

Assinala-se como alterações mais significativas nos escalões etários das crianças acompanhadas pelas CPCJ no ano de 2013, o reordenamento da posição dos escalões etários mais representativos:

- Em 2012: 15-21; 11-14; 0-5; 6-10

- Em 2013: 15-21; 11-14; 6-10; 0-5

O escalão etário 15 aos 21 anos aumentou a sua representatividade, enquanto o escalão dos 0 aos 5 anos tornou-se o menos representativo das crianças ou jovens com processos acompanhados pelas CPCJ. Para uma análise mais aprofundada destes dados será importante considerar: o impacto de processos instaurados a jovens do escalão etário 15 aos 21 anos por abandono, absentismo e insucesso escolar e o Impacto das medidas de colocação, quer nos

processos transitados (a permanência das crianças com medida de colocação implica necessariamente o aumento da idade), quer nos processos instaurados (aplicação de medidas de colocação a crianças mais velhas).

111

Quadro 66 - Motivos de Intervenção – Problemáticas mais recorrentes no âmbito dos PPP (Processos de Promoção e Proteção) da CPCJmc

ESCALÃO ETÁRIO	2011	2014
	PROBLEMÁTICA DIAGNOSTICADA	PROBLEMÁTICA DIAGNOSTICADA
0 – 2	Negligência	Negligência
3 – 5	Negligência	Negligência
	Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança	Consumo de álcool/ Violência Doméstica/ Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança
6 - 8	Violência doméstica	Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança/ Negligência
	Negligência	Falta de supervisão e acompanhamento/familiar / Violência Doméstica
9 – 10	Violência Doméstica	Negligência
11 – 14	Negligência	Negligência/ Violência Doméstica
	Violência Doméstica	Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança
15 – 17	Criança/Jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar	Negligência/ Absentismo Escolar
		Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança/ Criança/Jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar
18 - 21	Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança	Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança

Fonte: Relatório Anual de 2011 e 2014 da CPCJ do Marco de Canaveses

A sistematização da informação sobre as principais problemáticas permite às CPCJ, no quadro das suas atribuições e competências, designadamente nas da modalidade alargada, a ponderação das estratégias e das ações que previnam a ocorrência das situações de perigo.

No mesmo enquadramento o Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ de 2013, refere que as situações de perigo comunicadas às Comissões de Proteção incidem, maioritariamente, em cinco problemáticas: Negligência 25,3% (18910); Exposição a

comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança 24,5% (18273); Situações de perigo em que esteja em causa o Direito à Educação 16,3% (12152), a Criança/Jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar 11,1% (8265) e os Mau trato físico 5,7% (4237), indo de encontro com a caracterização concelhia apresentada. 112

A nível nacional ainda a destacar que a problemática de Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança é a primeira causa que motiva a intervenção das CPCJ. Esta problemática apresenta uma distribuição que diminui com o aumento da idade da criança ou jovem, situação inversa verificada no concelho do Marco de Canaveses.

Mercê das alterações introduzidas em 2011 analisada a Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança, conhecendo melhor as situações de perigo que efetivamente lhe estão associadas. Assim, foram caracterizadas 64,1% (5524) das situações relativas a esta problemática, sendo que, destas foi possível identificar que 94,5% (5215) correspondem a situações de Violência Doméstica. Com uma expressão pouco significativa, 3,1% (171), surge o Consumo de estupefacientes e com 2,4% (132) o Consumo de álcool, no que respeita à caracterização nacional.

À semelhança do referido a respeito da Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança, a análise à Negligência à luz de subcategorias possibilita um melhor conhecimento da realidade que encerram, apesar da análise que é possível efetuar em 2013 estar limitada a 1498 (23,4%) dos 6407 casos. Assim, verificou-se a nível nacional que destes, 48,1% (720), respeitam à Falta de supervisão e acompanhamento/familiar, 21,0% (315) a negligência ao nível da saúde, 16,6% (249) a negligência ao nível Educativo, 8,7% (130) a negligência ao nível psicoafectivo e por último 5,4% (81) a negligência Face a comportamentos da criança/jovem.

Quadro 67 - Distribuição por freguesia do marco de canaveses o nº de crianças e jovens sinalizados por comparação entre 2011 e 2014

FREGUESIA	TOTAL DE PPP	
	2011	2014
Alpendorada, Várzea e Torrão	47	16
Avessadas e Rosem	5	5
Banho e Carvalhosa	7	4
Bem Viver	20	12
Constance	6	11
Livração	5	2
Marco	60	54
Paredes de Viadores e Manhuncelos	20	17
Penha Longa e Paços de Gaiolo	18	5
Sande e São Lourenço	19	8
Sobretâmega	13	16
Soalhães	36	19
Tabuado	5	2
Várzea, Alviada e Folhada	20	10
Vila Boa do Bispo	11	13
Vila Boa de Quires e Maureles	42	22

Fonte: Relatório Anual de 2011 e 2014 da CPCJ do Marco de Canaveses

[CAPITULO VII]

1. MAPEAMENTO DAS DIMENSÕES-PROBLEMA

115

Neste ponto do diagnóstico proceder-se-á à confrontação de oportunidades e ameaças, subjacentes ao concelho do Marco de Canaveses, que ressaltaram da análise especializada apresentada nos capítulos anteriores.

Trata-se de, por um lado, reter aspetos para a definição de uma estratégia de desenvolvimento para o concelho e, por outro, conferir à caracterização realizada uma dimensão de avaliação que permite identificar e distinguir um elenco de oportunidades e ameaças que constituirão os pontos, fortes e fracos, de partida, para todo o trabalho a levar a cabo, no âmbito do Plano de Desenvolvimento Social.

É importante reforçar que a elaboração do Diagnóstico Social Concelhio e a operacionalização dos seus resultados no âmbito do Plano de Desenvolvimento Social (PDS) são momentos de um mesmo processo, indissociáveis e que visam sobretudo o enquadramento e convergência de medidas futuras.

O cruzamento de pontos fortes e pontos fracos, inventariados neste diagnóstico, com as ameaças e oportunidades decorrentes permitem-nos, assim, chegar a um conjunto de questões mais específicas e concretas para o nosso concelho do Marco de Canaveses, com vista à definição dos principais eixos prioritários de acção do concelho.

Da reunião de trabalho entre parceiros do CLAS e que cooperaram com o Programa de Contrato Local de Desenvolvimento Social, no dia 29 de Maio de 2015, tendo simultaneamente se procedido à avaliação do Programa CLDS+, tendo este resultado numa menção quantitativa de “muito bom” por todos os grupos, a par do destaque de algumas evidências positivas no concelho intrínsecas à intervenção do programa, tais como:

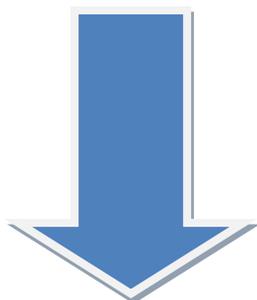
- I. A proximidade das atividades à população e ao território (foram realizadas atividades nas freguesias; criadas oportunidades de participação e de desenvolvimento de competências a utentes, que de outra forma não as teriam); (sessões sobre emprego e empregabilidade; sessões de educação parental);
- II. A criação de respostas ao público crianças e jovens inexistentes no concelho, sobretudo nos períodos de férias letivas (Oficinas de Animação, Programas de Férias);
- III. Relação com o sector privado para a promoção do emprego (sessões e contactos com empresários e entidades para captação de ofertas de emprego e informação sobre medidas ativas de emprego);

- IV. As ações na área da gestão do orçamento familiar, com ênfase na dinamização das hortas familiares (hortas familiares, sessões sobre gestão doméstica com a DECO);

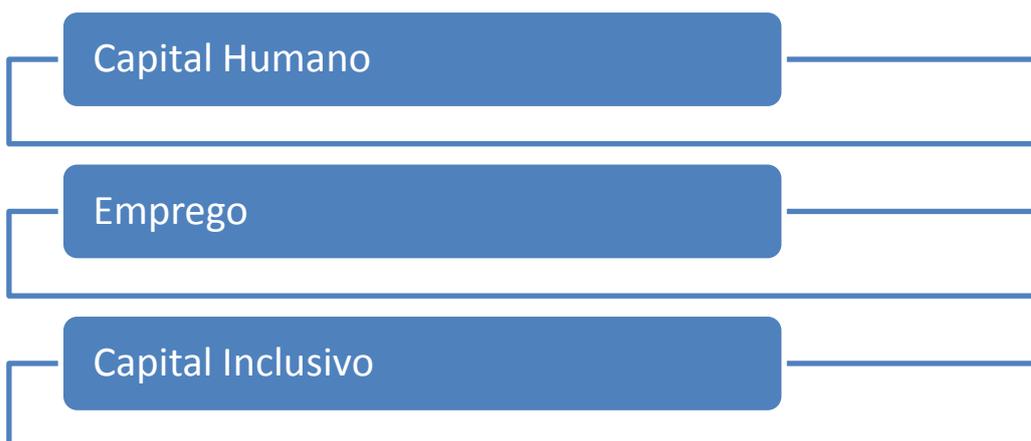
116

No que respeita à definição de prioridades de intervenção, tomando por base a versão provisória do Diagnostico Social remetido a todos os intervenientes, por comparação com os cinco grupos, resultou a seguinte priorização:

- I. Crianças e jovens em risco e Pessoas em Situação de Desemprego;
- II. Saúde mental, violência doméstica e envelhecimento e dependência dos idosos;
- III. Dependências (toxicodependência, alcoolismo e dependência de não-substâncias);
- IV. Deficiência e apoios sociais (RSI, pensões, subsídio de desemprego, apoios em situações de emergência social);
- V. Velhos e novos pobres e endividamento das famílias;
- VI. Baixa taxa de natalidade.



Impulsiona o seguinte agrupamento de prioridades de Intervenção a desenvolver no PDS



REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

118

CARTA SOCIAL, Rede de Equipamentos, Relatório 2013, Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério da solidariedade Emprego e Segurança Social.

DIAGNÓSTICO DE SITUAÇÃO ACES Tâmega I – Baixo-Tâmega, Unidade de Saúde Pública, ARS Norte, Dezembro 2014.

PTD – Plano Territorial de Desenvolvimento do Tâmega 2008-2013, CIM TS, Novembro de 2008.

PEDI – Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal, CIM TS, Maio 2015.

PAPE – Plano de Ação para a Promoção da Empregabilidade, CIM TS, 2015.

PDS S – Plano de Desenvolvimento Social Supraconcelhio 2020, CIM TS, 2015.

RETRATO DE PORTUGAL – Indicadores 2011, PORDATA, Fundação Manuel dos Santos, Junho de 2013

www.ine.pt

www.pordata.pt

Informação cedida pelos Agrupamentos Escolares do concelho.